

**Faculdade de Letras
Universidade de Lisboa**



**Competências Linguísticas e Trajectórias Profissionais
dos Imigrantes Ucrânicos e Moldavos na AML**

Eduardo Filipe Cardoso Marques da Silva

Orientador: Professor Doutor Jorge Malheiros

Mestrado em População, Sociedade e Território

Outubro de 2010

Resumo

Em termos gerais, este projecto tem como objectivo analisar o actual quadro de integração dos imigrantes do Leste Europeu em Portugal, mais concretamente os ucranianos e moldavos. Inicialmente, serão apresentadas as razões que originaram o surgimento deste novo fluxo migratório e as características específicas deste tipo de imigrante para depois se enunciarem e descreverem as políticas de integração existentes a nível nacional, de forma a compreender-se o contributo que os diversos agentes têm na integração dos imigrantes. Serão abordadas, de um modo mais específico e aprofundado, as suas competências linguísticas e a influência que estas têm na sua integração na sociedade portuguesa, com destaque para a inserção no mercado de trabalho, incluindo-se aqui as questões da mobilidade e progressão profissional. Serão destacados os Cursos de Português para Estrangeiros, nomeadamente aqueles que se inserem no âmbito do Programa “Portugal Acolhe” e a sua importância para o reforço das competências linguísticas e sociais, questão que assumimos à partida como potencialmente relevante para uma integração bem sucedida dos ucranianos e moldavos na área de estudo escolhida – Área Metropolitana de Lisboa e, em particular, o concelho de Vila Franca de Xira.

Palavras-Chave: Competências Linguísticas; Integração; Mobilidade Profissional; Imigrantes de Leste.

Abstract

Generally speaking the present paper endeavours to analyse how Eastern European immigrants and specifically those from the Ukraine and Moldova are currently being integrated in Portugal. First the reasons are addressed for this new wave of immigration as well as the specific features characterizing the migrating population involved. At a second stage, there will be presented the Portuguese integration policies and instruments presently in place, in order to properly assess the contributions each of these national institutions provide to the integration of immigrants. Particular emphasis will be placed on Portuguese language skills held by the aforementioned groups of immigrants and the relevance this factor bears for their integration into Portuguese society, specially their integration into the labour market including the question of their professional progress and job mobility. Another focal point will be courses of Portuguese as a foreign language and particularly those provided under the auspices of the Program “Portugal Acolhe”, and the importance these courses have for a successful integration of Ukrainians and Moldavians within the chosen area of this study, which is the Lisbon Metropolitan area and Vila Franca de Xira in particular.

Keywords: Language Skills; Integration; Professional Mobility; Eastern European Communities.

Índice

Índice de Figuras e Índice de Quadros.....	5
Lista de Siglas e Abreviaturas.....	7
 <i>Capítulo 1: Introdução: objectivos, hipóteses e conceitos-chave</i>	 8
 <i>Capítulo 2: Contexto Migratório, metodologia e modelo analítico da dissertação.....</i>	 15
2.1. Contexto migratório	15
2.1.1. Notas para a compreensão da imigração contemporânea em Portugal.....	15
2.1.2. Evolução do Panorama Migratório Nacional – uma breve síntese.....	22
2.1.3. Migrações da Europa de Leste para Portugal.....	23
2.1.3.1. Processo e características.....	23
2.1.3.2. Factores que justificam o grande fluxo migratório de Leste.....	25
2.1.3.3. Situação socioeconómica dos países de origem.....	27
2.2. Modelo de análise e metodologia.....	29
 <i>Capítulo 3: Presença e Integração dos imigrantes da Europa de Leste em Portugal: o caso de Moldavos e Ucrânianos.....</i>	 36
3.1. Integração de imigrantes.....	36
3.2. Integração dos Imigrantes de Leste.....	41
3.2.1. Caracterização dos Imigrantes de Leste e sua inserção na Sociedade Portuguesa.....	43
3.2.2. Características dos Ucrânianos e Moldavos.....	51
3.3. Integração económica.....	52
3.3.1. Inserção no mercado de trabalho.....	52
3.3.2. Qualificações.....	59
3.3.3. Presença na Economia Informal.....	63
3.3.4. Mobilidade ocupacional dos imigrantes – aspectos gerais e o caso dos ucrânianos e moldavos.....	64
3.3.5. Apoio à inserção profissional e Empreendedorismo Imigrante.....	68

Capítulo 4: Competências linguísticas e inserção profissional.....	70
4.1. Competências linguísticas – barreiras e oportunidades.....	72
4.1.1. Políticas Linguísticas Europeias e Portuguesas.....	72
4.1.2. Reconhecimento de Diplomas.....	75
4.1.3. Sector Educativo e Competências Linguísticas dos Imigrantes.....	77
4.1.4. Domínio da Língua Portuguesa.....	79
4.1.4.1. Projecto “Aproximações à Língua Portuguesa”	84
4.1.5. Portugal Acolhe.....	89
4.2. A influência das competências linguísticas nas opções e trajectórias profissionais.....	96
4.2.1. Imigrantes Moldavos Entrevistados.....	96
4.2.2. Imigrantes Ucranianos Entrevistados.....	102
4.2.3. Análise Comparativa.....	107
Capítulo 5: Conclusão.....	113
Referências Bibliográficas.....	120
Bibliografia Online.....	128
Anexos.....	132
1. Guião das Entrevistas.....	133
2. Matrizes de Entrevistas (Moldavos).....	134
3. Matrizes de Entrevistas (Ucranianos).....	143

Índice de Figuras

Figura Nº 1 – Modelo de Análise.....	32
Figura Nº2 – Evolução dos stocks de ucranianos e de moldavos no país no período de 2001-2008.....	44

Índice de Quadros

Quadro nº 1 – Evolução dos ucranianos, em termos absolutos e % em relação ao total de estrangeiros, em Portugal.....	45
Quadro Nº 2 – Evolução dos moldavos, em termos absolutos e % em relação ao total de estrangeiros, em Portugal.....	46
Quadro Nº 3 – Evolução do número de ucranianos com autorização de residência, por distrito no período 2006-2008.....	47
Quadro Nº 4 – Evolução do número de moldavos com autorização de residência, por distrito no período 2006-2008.....	49
Quadro N º 5 – Distribuição dos ucranianos e moldavos no país, por sectores de actividade, em 2001.....	53
Quadro Nº 6 – Inserção no Mercado de Trabalho – Ucranianos e Moldavos (síntese dos elementos básicos).....	59
Quadro Nº 7 – Total de Formandos por Géneros em 2008 e 2009, em termos absolutos e relativos	94
Quadro Nº 8 – Situação face ao Emprego – Homens e Mulheres em 2008 e 2009, em termos absolutos e relativos	94
Quadro Nº 9 – Formandos por Escalão Etário – Homens e Mulheres em 2008 e 2009, em termos absolutos e relativos	95
Quadro n º 10 – Habilitações Literárias dos Formandos – Homens e Mulheres em 2008 e 2009, em termos absolutos e relativos	95

Quadro nº 11 – Processo de integração e relevância do conhecimento da língua portuguesa – síntese da situação de moldavos e ucranianos.....	107
Quadro Nº 12 – Matriz de Entrevistas (Moldavos)	134
Quadro Nº 13 – Matriz de Entrevistas (Moldavos)	139
Quadro Nº14 – Matriz de Entrevistas (Ucranianos).....	143
Quadro Nº 15 – Matriz de Entrevistas (Ucranianos).....	147

Lista de Siglas e Abreviaturas

ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

ACIME – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

ALTE - Association of Language Testers in Europe

AML – Área Metropolitana de Lisboa

AMP – Área Metropolitana do Porto

ANEFA - Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos

CAPLE - Centro de Avaliação do Português Língua Estrangeira

CES – Centro de Estudos Sociais

CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social

CIES/ISCTE – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa

CLAII – Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes

CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATAI – Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PISA- Project for International Student Assessment

PLNM – Português Língua Não Materna

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SGFOR - Sistema de Gestão de Formação

UE – União Europeia

UNIVA – Unidade de Inserção na Vida Activa

Capítulo 1: Introdução: objectivos, hipóteses e conceitos-chave

Este trabalho de investigação constitui a tese de mestrado em *População, Sociedade e Território* que tem como tema: “Competências Linguísticas e as Trajectórias Profissionais dos Imigrantes Ucranianos e Moldavos na AML”, utilizando como principal área de análise o município de Vila Franca de Xira.

Esta investigação pretende fazer uma análise comparativa entre duas comunidades da Europa de Leste que estão entre as mais representadas em Portugal (ucranianos e moldavos), no que diz respeito a alguns aspectos do seu modo de integração social e económica na sociedade portuguesa e mais concretamente na área de estudo. Foi seleccionada esta região devido ao facto de albergar a maioria dos imigrantes residentes em Portugal. Mesmo no caso dos imigrantes de Leste, que se caracterizam por ter uma maior dispersão geográfica pelo país comparativamente às outras comunidades, a AML também constitui a sua principal área de implantação.

Como este tipo de imigração é mais recente, não existem, ainda, tantos estudos efectuados, como acontece com outras comunidades em Portugal, nomeadamente as lusófonas. Deste modo, este projecto poderá acrescentar algo mais ao conhecimento existente, actualmente, sobre o tema. Para além de se analisarem certas diferenças relacionadas com o contexto social, político e económico dos países de origem e de destino, que podem condicionar uma bem sucedida integração em Portugal, o estudo irá focar, particularmente, o contributo de certas políticas de integração (principalmente relacionadas com o ensino do português para estrangeiros) para a progressão e mobilidade profissional e social das comunidades em análise. Pretende-se, assim, compreender o papel do conhecimento do português como um factor essencial na integração dos ucranianos e moldavos na AML e de que modo este aspecto influencia a sua adaptação e mobilidade dentro do mercado de trabalho nacional.

Este trabalho tem como pergunta de partida: **O domínio da língua portuguesa é um factor que facilita a mobilidade profissional e a integração no mercado de trabalho dos ucranianos e moldavos na AML?**

Como hipóteses fundamentais de resposta a esta questão, assumem-se:

1ª Hipótese

O domínio da língua portuguesa é um factor que dá um contributo importante para uma integração mais bem sucedida de ucranianos e moldavos na sociedade portuguesa e, em particular, no mercado de trabalho porque assegura um conjunto de competências que possibilitam ter acesso a novas profissões ou a posições mais qualificadas nas carreiras, que dependem, em larga medida, de um bom domínio do português. Adicionalmente,

alarga as possibilidades de contacto directo com os membros da população autóctone, aumentando o capital relacional dos imigrantes, com evidentes vantagens potenciais para estes.

2ª Hipótese (complementar)

O Programa “Portugal Acolhe” e outros Cursos de Formação tiveram um impacto positivo neste processo de integração, uma vez que colocaram à disposição destes imigrantes mecanismos relativamente acessíveis de aquisição de competências linguísticas formais no domínio do português.

3ª Hipótese (complementar)

O conhecimento do Português tem maior impacto nos ucranianos em relação aos moldavos, devido ao facto da língua ucraniana não ter origem latina e daí o seu vocabulário e estrutura serem muito diferentes. Realça-se também a diferença de alfabeto que pode originar, inicialmente, maior dificuldade na aprendizagem do português.

A realização de um projecto de investigação implica definir com clareza quais os objectivos que se pretende cumprir, tendo como base os diversos conceitos-chave associados ao tema e a sua relação. Esta fase do projecto é importante, visto que se tem uma ideia da estrutura do trabalho através da visualização dos objectivos gerais e específicos. Os principais aspectos que se pretende conhecer, com a elaboração do estudo, estão presentes nos objectivos.

Neste caso, tratando-se da análise de duas comunidades de imigrantes, os objectivos gerais são os seguintes:

- 1 – Identificar/caracterizar os principais aspectos das políticas de integração de imigrantes existentes actualmente a nível nacional e europeu.
- 2 – Traçar perfis de caracterização dos imigrantes de Leste e, mais especificamente, dos ucranianos e moldavos em Portugal.
- 3- Perceber de que modos estas comunidades estão integradas na nossa sociedade, mais concretamente na área de estudo – AML e, mais especificamente, no município de Vila Franca de Xira.

4-Perceber de que forma a aquisição de competências na língua portuguesa contribui para um processo de integração mais bem sucedido, designadamente em termos de mercado de trabalho.

Estes objectivos ajudam a definir os grandes capítulos nos quais se baseia o projecto, assumindo-se, desde já, uma forte articulação entre eles. É importante conhecer as políticas existentes e o modo como estas configuram uma filosofia e um quadro de integração de imigrantes. A caracterização destes é relevante para se entender o tipo de indivíduos em questão, as suas especificidades e o modo como se processa a sua integração na nossa sociedade, identificando potenciais vantagens e desvantagens. Efectivamente, conhecendo as políticas e as características dos imigrantes, torna-se mais fácil a compreensão do modo como estes estão integrados no nosso país.

A partir de cada objectivo geral definiram-se objectivos específicos que contribuem para uma melhor percepção daquilo que se pretende saber e explicar, constituindo assim os subcapítulos do projecto.

Os objectivos específicos são os seguintes:

1.1. Apresentar e descrever as principais políticas existentes no âmbito da integração de imigrantes em Portugal.

1.2. Compreender o contexto migratório português e, mais especificamente, o fenómeno migratório do Leste Europeu.

2.1. Caracterizar os imigrantes de Leste, mais concretamente os ucranianos e moldavos, e a sua inserção na sociedade portuguesa.

2.2. Destacar o papel da inserção económica dos imigrantes na sua integração na sociedade portuguesa.

2.3. Relacionar a sua qualificação profissional com os sectores de actividade onde estão inseridos.

3.1. Destacar a importância do conhecimento da língua como factor da sua integração económica e social.

3.2. Compreender a influência dos cursos de Português para estrangeiros na sua integração no mercado de trabalho, nomeadamente na sua inserção, mobilidade e progressão profissional e, de uma maneira geral, na sociedade portuguesa.

No quadro do primeiro destes objectivos específicos pretende-se fazer o ponto de situação relativamente à política pública e privada, no que diz respeito à integração de imigrantes. A criação de legislação favorável constitui um factor positivo que contribui decisivamente para uma melhor integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento. Antes de se efectuar uma análise de determinadas comunidades imigrantes é necessário e fundamental conhecer o que já foi concretizado a nível político. Pretende-se, também, realizar uma caracterização breve do contexto migratório nacional e reflectir sobre o surgimento de um novo fluxo migratório, na última década em Portugal, proveniente do Leste da Europa e perceber quais razões que estiveram na base da entrada deste novo grupo de imigrantes. É importante conhecer estas novas comunidades que apresentam características distintas das outras presentes no nosso país. Em destaque estarão os ucranianos e moldavos e é sobre eles que se vai efectuar uma análise mais aprofundada e concisa. A sua inserção no mercado de trabalho é um dos aspectos mais importantes para a sua plena integração na sociedade e por isso será salientado o papel que a inserção económica tem na integração destes imigrantes. Outro aspecto relevante prende-se com a dicotomia existente entre a qualificação profissional destes imigrantes e as profissões que exercem. Frequentemente, verifica-se que apresentam elevadas qualificações. No entanto, as funções que desempenham e os sectores de actividade em que trabalham (por exemplo, servente ou martealeiro da construção civil) exigem níveis de conhecimento relativamente genéricos e indiferenciados, sendo nítido, nestes casos, o desajuste entre qualificações possuídas e qualificações exigidas. Este aspecto revela um desaproveitamento das capacidades e competências destes imigrantes, uma vez que trabalham em áreas que praticamente não tiram partido dos seus conhecimentos e da sua experiência.

Por fim, destacam-se dois aspectos que estão interligados entre si, que dão um contributo decisivo e têm uma influência muito positiva na boa integração destas comunidades: a aprendizagem da língua portuguesa como forma de facilitar o desempenho nas suas respectivas profissões e a interacção com as outras pessoas e a importância da existência de cursos de Português para estrangeiros na sua inserção, mobilidade e progressão, a nível profissional/económico e, de uma forma mais abrangente, na sociedade de acolhimento.

Esta investigação debruça-se sobre um tema que consideramos importante na área das migrações. Apesar de já terem sido realizados diversos estudos sobre a integração de determinadas comunidades, em certas regiões do país, constata-se que poucos têm como objectivo compreender a influência do conhecimento da língua na inserção, na mobilidade e progressão profissional e, de um modo mais geral, na integração na sociedade. É importante realçar que este aspecto também acontece devido ao facto de a maioria dos imigrantes presentes em Portugal terem como língua materna o português e, por isso, não

necessitarem de aprender o idioma, o que torna pouco pertinente a análise da importância da língua na sua integração no mercado de trabalho e na sociedade portuguesa. Mesmo nos estudos realizados a comunidades que têm uma língua diferente da nossa, como é o caso das oriundas do Leste Europeu, verifica-se que não há muitos projectos de investigação que relacionem a língua com a integração no mercado de trabalho e na sociedade. Em nossa opinião, o facto da área de estudo abranger a AML e, mais concretamente, Vila Franca de Xira, confere a este trabalho, que se assume, desde já, possuir um carácter de investigação exploratória, alguma originalidade.

A escolha deste tema surgiu por diversas razões. Por um lado, o fenómeno migratório é um domínio que me interessa pessoalmente. Sempre tive curiosidade em saber quais as nacionalidades dos estrangeiros presentes em Portugal, quais as principais comunidades existentes e de que modo participavam na sociedade dita de acolhimento. Ao contrário de outros, considero a existência de imigrantes positiva para qualquer país, embora reconheça que determinados grupos, pelo nível de diferença sociocultural que apresentam, possam constituir desafios significativos para as sociedades de acolhimento, o que origina uma certa hostilidade e discriminação por parte dos membros destas. No entanto, esse aspecto é só uma parte da questão. Efectivamente, os imigrantes podem ter um papel muito importante no país de destino, em diversas áreas como a demografia, a economia ou até a cultura. O facto de serem, geralmente, de camadas etárias mais jovens contribui para atenuar o envelhecimento da população e o aumento da taxa de fecundidade. Além disso, com o seu trabalho e conhecimento contribuem para a riqueza económica e intelectual do país. A existência de diferenças nas culturas e tradições do(s) país(es) de origem e de destino possibilita uma maior diversidade cultural no país de acolhimento, que deve ser encarada como algo positivo e enriquecedor.

Nesse sentido, considero relevante e útil realizar um trabalho na área das migrações internacionais, nomeadamente estudando algumas das comunidades presentes no nosso país. Optei pelos imigrantes de Leste, mais concretamente por ucranianos e moldavos (dois dos principais grupos de imigrantes instalados no país), visto ser um tipo de imigração que começou a surgir há poucos anos em Portugal. Pelo facto de utilizarem uma língua muito diferente da nossa, especialmente os ucranianos, desperta-me interesse observar o modo como ultrapassam potenciais dificuldades de comunicação no quadro da sua integração em Portugal.

Os conceitos-chave deste trabalho são as competências linguísticas, integração, mobilidade profissional e imigrantes de Leste. As competências linguísticas relacionam-se com o conhecimento e domínio da língua do país de acolhimento, situação que à partida os imigrantes de Leste não possuem, visto que são provenientes de países com línguas bastante diferentes da nossa. Desse modo, é necessário adquirirem determinadas

competências na língua portuguesa de forma a facilitar a sua interacção com a comunidade local e a sua integração na sociedade lusa. Esta pode ser considerada como o processo que impede ou contraria a marginalização social dos imigrantes. Estes situam-se, com frequência, nos mais baixos estratos da escala social, constituindo uma espécie de subproletariado que se mantém a relativa distância da comunidade envolvente. Só através de adequadas medidas compensatórias podem ser reduzidas ou superadas as desvantagens sociais destas populações, o que implica, necessariamente, a implementação de uma coerente política de integração (Pestana, 1995).

A mobilidade profissional diz respeito à dinâmica que determinado indivíduo ou grupo, incluindo-se aqui qualquer imigrante ou grupo de imigrantes, tem perante o mercado laboral, ou seja, a capacidade de encontrar e mudar de emprego, o que pode ter influência no seu estatuto profissional. A mobilidade pode ser horizontal e vertical. A primeira implica uma mudança de emprego entre empresas de categoria profissional equivalente e do mesmo ramo de actividade, ou seja, o seu estatuto profissional mantém-se após essa mudança. A segunda implica uma ascensão ou uma certa despromoção no estatuto profissional, visto que, neste caso, o indivíduo realiza uma movimentação entre categorias ou níveis profissionais, revelando uma progressão positiva ou negativa dentro das empresas (Xavier de Carvalho, 2004).

Relativamente à designação “imigrantes de Leste”, pode-se definir como a imigração proveniente dos países do Leste Europeu que, no final da década de 90, começou a surgir em Portugal. Entre esses países destacam-se cinco que constituem as comunidades de Leste mais significativas em Portugal – Ucrânia, Roménia, Moldávia, Rússia e Bulgária. Apenas duas delas – ucraniana e moldava - vão ser abordadas e analisadas neste projecto de investigação, tal como foi referido anteriormente.

O trabalho é constituído por esta introdução e por mais quatro capítulos. O capítulo 2 é composto por todos os aspectos que enquadram a teoria e a metodologia subjacente ao tratamento do tema. Será efectuado um breve enquadramento das teorias principais existentes no âmbito das migrações, da integração de imigrantes e das políticas educativas relacionadas com os imigrantes. Em termos de metodologia apresentar-se-á a forma como o tema irá ser abordado no que diz respeito, quer às informações provenientes de fontes secundárias (estatísticas oficiais, estudos e obras de vários autores), quer aos procedimentos a ser realizados relativamente à observação directa sob a forma de entrevistas, incluindo-se aqui os processos de recolha, análise e extracção da informação mais relevante. É, também, indicado o modelo de análise que inclui as componentes do estudo e a forma como estas se articulam, explicitando o processo de investigação que permitirá compreender os objectos em análise e dar resposta à questão de partida. Ainda neste

capítulo será apresentado o actual panorama migratório nacional, com destaque para o fenómeno migratório do Leste Europeu, os factores que justificam este grande fluxo e a situação socioeconómica dos países de origem.

O capítulo 3 diz respeito à integração dos imigrantes em Portugal, em particular dos ucranianos e moldavos. A integração económica é o aspecto a que será dada maior atenção e importância, uma vez que para além de ser uma das dimensões mais decisivas na integração de qualquer imigrante, é também um dos objectivos definidos para esta tese perceber de que forma estas comunidades estão integradas no mercado de trabalho nacional. A questão da sobrequalificação que uma parte significativa dos ucranianos e moldavos apresenta, em relação à actividade que desempenham, é um dos aspectos mais relevantes da sua inserção profissional. A economia informal está, frequentemente, associada aos imigrantes e, por isso, também irá ser abordada neste capítulo. Outros aspectos como a mobilidade ocupacional dos ucranianos e moldavos e o empreendedorismo imigrante serão, também, focados nesta parte do trabalho.

O capítulo 4 é designado de “competências linguísticas e trajectórias profissionais dos ucranianos e moldavos”. Será apresentada uma breve contextualização de algumas teorias acerca da importância e dos efeitos que as competências linguísticas têm na integração dos imigrantes. Pretende-se, também, conhecer as políticas europeias e nacionais existentes no âmbito educativo e realçar a importância da aquisição de competências linguísticas no âmbito da integração de imigrantes. Deste modo, será destacado o Programa “Portugal Acolhe” que funciona como uma “ferramenta” com forte potencial para a integração social e económica desta população. Inclui-se igualmente aqui uma análise das informações recolhidas através de entrevistas que serão efectuadas a um grupo definido de imigrantes dessas duas nacionalidades. Para além da análise e das reflexões sobre as entrevistas de cada nacionalidade, será realizada uma análise comparativa, de modo a encontrar semelhanças e diferenças nas várias respostas dadas pelos ucranianos e moldavos.

Por fim, o capítulo 5 será constituído por uma síntese conclusiva dos principais aspectos referenciados ao longo do trabalho, com especial incidência no capítulo em que se explorou o conteúdo das entrevistas que responde mais directamente à pergunta de partida e permite validar e fundamentar as hipóteses previamente estabelecidas.

Capítulo 2: Contexto Migratório, metodologia e modelo analítico da dissertação

2.1. Contexto migratório

2.1.1. Notas para a compreensão da imigração contemporânea em Portugal

As migrações internacionais constituem um importante fenómeno a nível global e têm implicações em várias áreas, visto que originam uma grande circulação de pessoas por diversos pontos do globo. Nas últimas décadas houve uma intensificação dos fluxos migratórios em termos gerais (Castles, 2005) e, por esse motivo, tomou-se consciência das alterações significativas que este fenómeno suscita, quer nas áreas de origem, quer nas de destino, despertando, deste modo, curiosidade e interesse por parte de diversos autores. Há, assim, muita informação e diversas análises recentes sobre este tema. No entanto, com o desmantelar do ex-bloco soviético, criou-se um novo tipo de movimento migratório proveniente dos países de Leste em direcção à Europa Ocidental, incluindo Portugal.

Relativamente a este tipo de migrantes, o número de estudos é menos vasto, comparativamente ao que se passa com fluxos de outras nacionalidades. Com o fluir dos anos, vão surgindo mais trabalhos que focam este tipo de migração, de que são exemplo os trabalhos sobre imigrantes polacos e ucranianos em Itália, na Áustria e noutros países europeus (Nare, 2003; Heidinger, 2008) ou as pesquisas sobre a imigração albanesa na Itália e na Grécia (Vaiou, 2002; Prokopiou, 2003). Como Portugal é um dos destinos destes imigrantes, observa-se um crescente interesse da comunidade científica em conhecer o perfil e as características desta nova vaga migratória e compreender o seu processo de integração no nosso país, como atestam os estudos de Baganha, Marques e Góis (2004), de Fonseca, Nunes e Alegria para a região de Évora, ou de Perista (2004) e de Mendes (2009) para a Área Metropolitana de Lisboa.

A criação de associações de imigrantes originou também um maior interesse em conhecer o seu papel na integração socioeconómica dos estrangeiros em Portugal. De acordo com determinados autores (Albuquerque et al, 2000), as associações representam para os imigrantes um espaço de convívio, educação, comunicação, organização social, informação e solidariedade, sendo através destas que as identidades culturais colectivas se encontram organizadas.

Genericamente, as associações têm uma dupla função:

- 1 – Pretendem a conservação, difusão e afirmação dos padrões de cultura de que os imigrantes são portadores;
- 2- Promovem estratégias de actuação visando a sua inserção e integração na sociedade receptora.

Para além disso, as suas acções contribuem para minimizar as desvantagens sociais e económicas sentidas pelos imigrantes e proporcionar as mesmas regalias a que têm direito os cidadãos dos países de acolhimento. Deste modo, as associações assumem um papel de mediação entre as populações que representam e o Estado, ou outras estruturas com relevante peso político na sociedade.

Outros autores abordam a temática da integração, realçando a existência de determinadas políticas como a igualdade de direitos entre nacionais e estrangeiros que está expressa no artigo 15º, parágrafo 1º da Constituição Portuguesa. As acções das autoridades portuguesas estão focadas principalmente na remoção de barreiras aos imigrantes, no acesso à economia (ex: mercado de trabalho), à política (direito de voto nas eleições locais) e às dimensões sociais (educação, habitação, saúde) (Fonseca et al, 2002).

Destaca-se a criação, no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros, do “Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas” (ACIME) em 1996, cujas competências, meios e capacidade de intervenção se reforçaram significativamente em 2002, tendo-se esta entidade transformado no actual “Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural” (ACIDI), que tem o objectivo de contribuir para a coordenação de várias políticas de integração conduzidas pelos órgãos do governo e, na medida do possível, pelas ONG’S, associações de imigrantes e municípios.

A aquisição da nacionalidade do país de acolhimento constitui, para os estrangeiros nela interessados, o derradeiro e culminante passo do seu processo de gradual integração no país. Subordina-se, geralmente, ao preenchimento de um requisito fundamental, a prova de residência prolongada. Relacionado com este aspecto está o conhecimento suficiente da língua portuguesa. É necessário que sejam maiores ou emancipados face à lei portuguesa, possuam capacidade de auto-subsistência e tenham uma ligação efectiva à comunidade local. Em Portugal, segundo a nova lei da nacionalidade, Lei Orgânica nº2/2006, de 17 de Abril, os estrangeiros de todas nacionalidades podem naturalizar-se portugueses caso residam no país, há pelo menos 6 anos.

A situação de ilegalidade de certos imigrantes é outro aspecto importante no contexto de integração. Em 1992/1993, houve uma regularização extraordinária de estrangeiros através do Decreto-Lei nº 292/92 de 12 de Outubro que visava a defesa da respectiva dignidade, a prevenção da marginalidade e a integração na sociedade portuguesa dos imigrantes em situação irregular. Como este processo não resolveu todos os casos, em 1996 ocorreu uma segunda legalização extraordinária de imigrantes.

Segundo Mègre (1995), destacam-se três factores que contribuem para a existência de situações de ilegalidade:

1. Permanência em território nacional de indivíduos que entraram em Portugal com vistos de turismo ou negócios, permanecendo para além dos prazos de estadia autorizados;
2. Permanência de candidatos de asilo, cujo pedido é indeferido por falta de fundamento;
3. A entrada clandestina no país.

Já no presente século, ocorreram outros processos que, de modo implícito ou explícito, possibilitaram a regularização de milhares de imigrantes presentes em Portugal. Por exemplo, as autorizações de permanência para cidadãos estrangeiros emitidas pelo SEF entre 2001 e 2003, ao abrigo de legislação publicada no primeiro destes anos, constituíram um mecanismo de legalização e mesmo de auxílio à integração de imigrantes, permitindo a formalização das relações laborais (a obtenção de uma autorização de permanência exigia a posse de um contrato de trabalho) e, efectivamente, a regularização extraordinária de cerca de 185000 imigrantes, maioritariamente oriundos do Brasil e da Europa de Leste (Fonseca et al, 2002).

Em 2003 e 2004, o denominado “Acordo Lula” permitiu a regularização de alguns milhares de cidadãos brasileiros, enquanto o “Processo dos Correios” alargou esta possibilidade a outros estrangeiros, desde que possuíssem um contrato de trabalho em Portugal.

Um dos aspectos que é mais focado e que constitui uma das dimensões mais importantes em termos de integração de imigrantes relaciona-se, precisamente, com o mercado de trabalho, existindo deste modo, muitos estudos neste âmbito. Muitos autores realçam o crescente número de estrangeiros activos em Portugal, assim como os sectores de actividade em que se verificou maior crescimento de emprego entre a população activa estrangeira, como por exemplo os serviços pessoais e domésticos (Ferrão, Malheiros e Baganha, 1999) e o alojamento, restauração e similares (Almeida, Nunes e Amaro, 2008). A plena inserção no mercado de trabalho é um factor essencial para os estrangeiros se sentirem mais adaptados e integrados na sociedade de acolhimento. Sem emprego ou com emprego instável, torna-se mais difícil a sua adaptação a um novo país, o que origina um potencial acrescido de exclusão social, marginalização e, porventura, criminalidade.

A questão da qualificação profissional dos estrangeiros é muitas vezes abordada (Góis e Carlos Marques, 2007; Idem, 2008; Baganha e Sousa Ribeiro, 2007). Por um lado, a modernização do tecido empresarial português, parcialmente sustentada pelo afluxo de fundos da UE, criou, sobretudo nas décadas de 80 e 90, uma necessidade de especialistas em áreas em que Portugal era deficitário. Por outro lado, realça-se que os trabalhadores

qualificados estrangeiros eram, até há bem pouco tempo, complementares à população activa nacional. Isto acontecia devido ao facto de Portugal continuar a apresentar os mais baixos níveis de escolaridade da UE e por ter uma carência de trabalho qualificado em determinadas áreas profissionais (design, marketing).

Relativamente aos trabalhos menos qualificados é de salientar que, muitas vezes, os estrangeiros ocupam lugares que os portugueses não procuram (ex: construção civil, serviços de limpeza doméstica e industrial) (Ferrão et al, 1999). Note-se que os imigrantes tendem a especializar-se em actividades económicas específicas, consoante a nacionalidade. Este padrão é reforçado pela ajuda que recebem de redes sociais dos seus conterrâneos já instalados, que funcionam tanto a nível da facilitação efectiva da colocação num emprego, como na própria circulação de informação acerca da existência de oportunidades laborais. Dos sectores de absorção da mão-de-obra imigrante, destaca-se a construção civil. Relativamente aos trabalhadores estrangeiros regularizados no ano de 2001, 40 % trabalhavam nesta área, o que fazia deste segmento o maior empregador da força laboral estrangeira. Isto era verdade tanto para os imigrantes africanos como para os de Leste (Gama et al, Novembro de 2002). No caso das mulheres, as limpezas industriais e o trabalho doméstico emergem como sectores empregadores de grande relevância (Pereira, 2009).

Em termos gerais, os imigrantes têm enfrentado dificuldades de inserção na sociedade portuguesa, constituindo-se, assim, como um dos grupos de população mais vulnerável a situações de pobreza e exclusão social. Uma das expressões mais visíveis dessa problemática é a segregação socioespacial a que muitos estão sujeitos (Malheiros e Mendes, 2007). Efectivamente, uma parte significativa dos imigrantes residentes em Portugal concentra-se em bairros degradados, sobretudo dos distritos de Lisboa e Setúbal, onde os níveis de concentração são mais elevados.

No final da década de 90 registam-se alterações importantes ao panorama migratório português. A par da continuidade da imigração proveniente dos PALOP e de um reforço da imigração proveniente do Brasil, surgiu um novo fluxo que veio ter consequências importantíssimas – a imigração com origem nos países do Leste Europeu. Na designação “imigrantes de Leste” há que distinguir diferenças significativas em termos de expressão da presença de diferentes nacionalidades em território português. Cerca de 60 % do total de autorizações de permanência concedidas a oriundos do Leste Europeu foram atribuídas a ucranianos, registando as restantes nacionalidades mais representadas, valores comparativamente mais baixos. A segunda comunidade mais representada era a da Moldávia com pouco mais de 10%, seguindo-se a romena, com cerca de 10 %, e a russa. Esta vaga migratória, para além das modificações na sua composição, revelou também mudanças nos níveis de qualificação (reforço das formações intermédias, sobretudo de

carácter técnico, e de formações superiores) e nas diferentes tendências de inserção sectorial (maior presença na agricultura e nalguns ramos da indústria transformadora) e regional (maior dispersão pelas regiões portuguesas) (Malheiros, 2001; MSST/DEPP, 2002).

De acordo com dados do SEF relativos ao total de titulares de autorizações de residência, em 2002, o distrito de Lisboa, por si só, concentrava mais de metade (53,9 %) dos imigrantes. Dados da Inspeção Geral do Trabalho, relativos à população estrangeira com contratos registados para obtenção de autorização de permanência, mostram que aquele distrito agregava apenas 34,5 % da população de nacionalidade romena, 27,9 % da de nacionalidade moldava e 18,1 % da de nacionalidade russa. Entre os ucranianos, exactamente a comunidade mais representativa, esse valor era de apenas de 18,8 % (Perista, 2004). Isto evidencia, precisamente, a maior tendência para a dispersão territorial destes imigrantes quando comparados, por exemplo, com os provenientes dos PALOP.

Ao longo do presente decénio, alguns estudos procuraram caracterizar a população imigrante oriunda da Europa de Leste e analisar a problemática da integração destes cidadãos. Por exemplo, num trabalho efectuado pelo Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS), realizou-se uma caracterização global dos imigrantes de Leste em Portugal. São abordados vários temas como as estruturas familiares, motivos para migrar e perspectivas de retorno, contexto de residência, situação face à privação, níveis de qualificação escolar, competências linguísticas ao nível da língua portuguesa e inserção profissional (Perista, 2004).

Um outro estudo (Almeida e Camarneiro, 2006) abordou esta temática de uma outra forma, relacionando a desinserção e desenraizamento pessoal e social, com a emergência de sintomas depressivos. O objectivo desse estudo era conhecer o tipo de relação existente entre o apoio social e a presença de sintomatologia depressiva em imigrantes de Leste. Concluiu-se que, de uma maneira geral, estes se sentiam socialmente apoiados. No entanto, 25 % apresentavam sintomatologia depressiva à qual está ligada a discriminação sentida, especialmente no local de trabalho. Verificou-se também que morar com a família e em meio rural constitui maior apoio social e daí ser menor a presença de sintomas depressivos.

Tendo como base um inquérito nacional realizado a imigrantes da Ucrânia, Rússia e Moldávia, um outro estudo descreveu as principais características sociais e demográficas desta população, os modos principais da sua inserção social e a sua incorporação económica no mercado de trabalho português. Foram comparadas as trajectórias no mercado de trabalho dos imigrantes do Leste Europeu em 2002 e 2004 e apresentados alguns indicadores do grau de integração desta população na sociedade portuguesa.

Nesse trabalho é também salientado que a maioria dos inquiridos considerava positiva ou muito positiva a sua experiência migratória para Portugal. No entanto, os seus projectos migratórios naquela altura eram, essencialmente, temporários, como ocorre em muitos outros casos, havendo tendência para se tornarem definitivos à medida que o tempo passa. Sendo assim, prevê-se que uma parte significativa destes imigrantes, que de início tinham como objectivo amealhar um determinado nível de poupanças e regressar aos seus países de origem, venham a permanecer em Portugal e procedam ao reagrupamento familiar (Baganha et al., 2004), como, de resto, já vem acontecendo com muitas famílias.

Foi realizado um estudo no qual se destacava uma nova realidade migratória do concelho de Loures relativa aos imigrantes de Leste. Esse estudo centrava-se em três freguesias desse concelho que não têm tradição em acolher imigrantes e foca a questão da inserção profissional, o grau de instrução e a condição de ilegalidade. A sociabilidade e os impactos decorrentes da presença de imigrantes nessas freguesias são também referidos. Por fim, perspectiva-se o futuro deste tipo de imigração no concelho de Loures (Alves, 2004).

No âmbito do “V Congresso Português de Sociologia”, foi apresentado um trabalho que pretendia analisar os trajectos migratórios dos ucranianos em Portugal e as suas modalidades de inserção no mercado de emprego. Esta questão foi suscitada pelas qualificações escolares e profissionais de que são portadores. As estratégias migratórias demonstraram traços comuns entre eles e particulares ao fenómeno em estudo, determinando as suas formas de inserção no profissional que diferem das estratégias migratórias protagonizadas pelos imigrantes que há mais tempo residem no nosso país (Matias, 2004).

Relativamente às questões da educação e da formação em língua portuguesa, têm sido realizadas diversas iniciativas nomeadamente em termos de ensino do português para estrangeiros, tanto para as crianças e jovens em idade escolar, como para adultos. O Programa “Entreculturas”, criado em 1991 pelo Ministério da Educação com o objectivo de proporcionar as mesmas oportunidades a todos os alunos presentes nas escolas portuguesas independentemente da sua nacionalidade ou etnia, foi das primeiras iniciativas no domínio da integração de imigrantes e descendentes a ser concretizada. Com o aumento da diversidade de origens dos alunos matriculados nas escolas de todo o país, foi necessário um programa de educação multicultural que promovesse uma melhor integração das crianças e jovens estrangeiros que frequentam a escola em Portugal.

O Programa “Portugal Acolhe” lançado pelo Governo em 2001 também foi muito importante. Era constituído por duas componentes: uma de ensino do português para estrangeiros e outra de cidadania. Nesta era disponibilizada informação sobre os direitos e deveres dos imigrantes na sociedade portuguesa.

O Programa “Português para Todos” (2008) pretende ensinar a língua portuguesa a quem não a tem como língua materna. Para além de capacitar os imigrantes ao nível das suas competências no português, possui também uma componente de português técnico em diversas áreas como o Comércio, os Cuidados de Beleza, a Engenharia e Construção Civil e a Hotelaria. A grande vantagem destes cursos é o facto de serem certificados e o diploma possibilitar a dispensa do exame de português na aquisição da nacionalidade portuguesa e na renovação da autorização de residência permanente.

O reconhecimento de diplomas, nos países de destino, é um aspecto fundamental que deve assistir a todos os imigrantes que possuem formações superiores. Na área da saúde destacam-se dois projectos de reconhecimento de diplomas de imigrantes. O primeiro diz respeito aos médicos e foi criado em 2002 pela Fundação Calouste Gulbenkian em parceria com o Serviço Jesuíta aos Refugiados. Este projecto pretendia promover a integração social e profissional de imigrantes com qualificações numa área considerada essencial para o país e que demonstra uma carência de profissionais nacionais. A contratação externa torna-se, neste caso, necessária e desejável. As mesmas instituições realizaram outro projecto relacionado com o reconhecimento de habilitações de enfermeiros imigrantes em 2004. Era composto por diversas componentes tais como: formação complementar dos candidatos em contexto de trabalho (hospital e centro de saúde), cursos de Língua Portuguesa e Cidadania específicos para este tipo de formandos, monitorização, acompanhamento e apoio à integração profissional dos enfermeiros imigrantes que conseguiram a equivalência das habilitações académicas, apoio ao reagrupamento familiar e à integração sociofamiliar dos cônjuges e a concepção e desenvolvimento de produtos como o Manual de ensino/aprendizagem de português como língua estrangeira, o Glossário de termos técnicos e específicos na área da saúde e o Manual de cidadania e cultura portuguesa.

Os “Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes” (CLAI’s) são organismos com relevância na procura das melhores soluções para a sua integração e caracterizam-se por ter uma acção de âmbito local. São serviços que prestam apoio às comunidades imigrantes com o objectivo de lhes fornecer informações e esclarecimentos sobre diversas áreas relacionadas com a sua permanência em território nacional como são os casos da saúde, educação, trabalho e regularização. O ensino da língua é uma das actividades que, normalmente, prestam aos imigrantes. Deve-se referir que o ensino da língua disponibilizado nestes centros, geralmente, não se insere no Programa “Português para Todos”,

como é o caso dos CLAI's do concelho de Vila Franca de Xira. É importante que exista uma oferta diversificada de cursos de Português pois estes permitem fomentar uma melhor integração social e profissional dos imigrantes e torna-os mais aptos e competentes a nível linguístico. Estes cursos, geralmente, disponibilizam informações sobre os direitos e deveres de cidadania. Este aspecto aliado à aprendizagem da língua contribui positivamente para que os imigrantes tenham as mesmas oportunidades que os nacionais.

2.1.2. Evolução do Panorama Migratório Nacional – uma breve síntese

A comunidade estrangeira residente em Portugal começou a ter maior visibilidade a partir da década de 70, com o processo de descolonização que originou um grande volume de chegadas de imigrantes da África Lusófona ao nosso país. Nessa altura, destacava-se, também, a presença de imigrantes europeus reformados, principalmente do Reino Unido, Alemanha e Holanda que se estabeleceram, essencialmente, no Algarve. Para além destes, a comunidade de expatriados europeus incluía ainda alguns directores, técnicos e especialistas que trabalhavam, na sua maioria, para empresas estrangeiras. Efetivamente, como consequência de um processo controlado de abertura económica ao exterior implementado pelo regime desde o início dos anos 60, ocorreu, a partir desta altura, um aumento do investimento estrangeiro em Portugal acompanhado por algumas chegadas de profissionais qualificados.

“Nos anos 80, o número de estrangeiros continuou a aumentar a um ritmo razoável, com o acréscimo relativo dos asiáticos (principalmente indianos, chineses e paquistaneses) e de sul-americanos (principalmente brasileiros). Nesta década, verificou-se uma taxa de crescimento de profissionais qualificados (europeus e brasileiros) superior à taxa dos pouco qualificados. Isto pode estar relacionado com a entrada de Portugal na União Europeia que constituiu um processo de internacionalização da economia portuguesa. Este facto originou um aumento de fluxos de capital, uma maior entrada de empresas estrangeiras e de recursos humanos altamente qualificados, em sectores em que Portugal era deficitário (ex: design, marketing)” (Ferrão et al, 1999:149 e 150).

No entanto, nesse período, os movimentos de saída eram ainda bastante expressivos e, por isso, Portugal era reconhecido como um país de emigrantes. A diáspora portuguesa foi intensa durante muito tempo, o que originou a saída de muitos portugueses do país, em busca de melhores condições de vida. A comunidade portuguesa no estrangeiro está dispersa por vários países, em todos os continentes. A sua distribuição é a seguinte: Europa (1 336 700), África (540 391), América do Norte (1 015 300), América do Sul

(1617837), América Central (6523) e Oceânia (55459). No total, a diáspora portuguesa é de cerca de 4,6 milhões de indivíduos residentes em todo o mundo (Arroteia, 2001).

“Nos últimos anos (após meados dos anos 80), a posição de Portugal no contexto das migrações internacionais alterou-se substancialmente, tal como sucede nos restantes países meridionais da UE. Portugal atenuou a sua função de emissor de mão-de-obra para os países mais desenvolvidos da Europa e da América do Norte e passou a receber um número significativo de imigrantes, cujas características e origens se foram progressivamente diversificando” (Malheiros, 1996: 203).

A década de 90 marca o início de um novo ciclo migratório no nosso país pelo facto de Portugal se ter tornado, essencialmente, num destino migratório e os movimentos de saída passarem a ser menos intensos e, essencialmente, de carácter temporário. Nessa altura, com destaque para o final do decénio, surgiu um novo tipo de fluxo migratório proveniente do Leste da Europa que originou uma maior diversidade das nacionalidades estrangeiras no país e, consequentemente, uma maior mistura entre diferentes etnias, culturas e religiões. Apesar disso, os imigrantes lusófonos continuam a ter grande expressão, sobretudo os brasileiros e os cabo-verdianos. Em termos geográficos, a AML continua a ser a região com maior número de estrangeiros, apesar de se verificar que os imigrantes de Leste se distribuem mais no país, não se concentrando tanto na zona de Lisboa, como acontece com os provenientes dos PALOP. A região do Algarve surge na segunda posição e regista uma presença significativa de brasileiros e de dois tipos de imigrantes europeus, por um lado, provenientes de países comunitários e que são sobretudo reformados do Reino Unido, Alemanha e Holanda e, por outro, do Leste Europeu nomeadamente Ucrrianos, Romenos, Moldavos e Russos. Em terceiro lugar, aparece a AMP que tem comunidades brasileiras e do Leste da Europa com algum significado.

2.1.3. Migrações da Europa de Leste para Portugal

2.1.3.1. Processo e características

Este fenómeno não se previa, atendendo aos padrões migratórios dos anos anteriores. Foi particularmente imprevisível porque Portugal não adoptou, durante este período, nenhuma política pró-activa de recrutamento de imigrantes do Leste Europeu, nem tinha quaisquer laços históricos, culturais ou económicos privilegiados com esta região a que se possa atribuir o súbito e intenso movimento de trabalhadores migrantes daqui oriundos. Como salientam Baganha et al (2004:27), o “facto das principais determinantes, geralmente referidas na literatura – relações pós-coloniais, recrutamento directo, migração patrocinada

pelo Estado, acordos bilaterais, fortes ligações históricas, culturais ou económicas, redes migratórias existentes – estarem todas ausentes, neste caso torna-o particularmente interessante.”

Este novo fluxo migratório originou mudanças significativas no nosso panorama migratório, assistindo-se a um alargamento considerável do fenómeno migratório em Portugal. Passou a haver uma maior diversidade de nacionalidades com diferentes problemas e necessidades e, nesse sentido, foi necessário elaborar novas políticas migratórias que permitissem uma plena e adequada integração deste grupo de imigrantes. A verdadeira dimensão da imigração do Leste Europeu torna-se mais visível no ano de 2001, não só porque esse ano terá registado o máximo de entradas (Baganha, Marques e Góis, 2004), mas, também, porque uma alteração na legislação levou ao processo de regularização assente nas “autorizações de permanência” que permitiram regularizar cerca de 100000 cidadãos desta origem, entre 2001 e 2004. Este novo tipo de título, ao contrário das autorizações de residência, era emitido no interior do país e permitia ao imigrante, para além da residência, trabalhar em Portugal. De resto, a autorização de permanência e a sua renovação (o título era concedido anualmente podendo ser renovado até um período máximo de 5 anos) estavam condicionadas à posse de um contrato de trabalho.

Verificava-se que a presença de cidadãos de países da Europa de Leste em Portugal era reduzida na década de 90 (2373 em 1999, de acordo com o SEF) e pertenciam a várias nacionalidades. No ano de 2001, foram concedidas 126901 autorizações de permanência a trabalhadores imigrantes que se encontravam ilegalmente no país, ao abrigo do artigo 55º do Decreto-Lei nº4/2001. Os imigrantes de Leste representavam mais de metade (56%) destas autorizações de permanência (Baganha et al, 2006). O processo de regularização extraordinária realizada em 2001 produziu grandes mudanças a nível das comunidades mais representativas existentes em Portugal, visto que os imigrantes de Leste passaram a ocupar um lugar de destaque a partir dessa altura, sobretudo os ucranianos que representavam a maior parte destes.

A Convenção de Schengen potenciou a vinda para Portugal deste tipo de imigrantes pois passou a haver maior liberdade de circulação no Espaço Schengen e isso facilitou a concessão de vistos aos nacionais desses países, em qualquer país pertencente a este espaço. Uma parte significativa entrou em Portugal através de outros países, nomeadamente da Alemanha onde obtiveram o visto de turista que lhes permitiu atravessar a Europa e chegar ao nosso país. No entanto, este visto não permitia trabalhar em Portugal e, deste modo, muitos imigrantes ficaram numa situação irregular, pouco tempo após a sua chegada.

Baganha (2005:34) refere que a perda de controlo de um dos mais importantes mecanismos de regulação dos fluxos teve como consequência a formação de uma nova

bolsa de ilegais, desta vez provenientes de países com os quais Portugal não tinha quaisquer vínculos históricos ou ligações económicas.

Este fluxo processou-se de uma forma rápida e intensa e atingiu o seu pico mais alto em 2001. Este facto pode constatar-se através do número de autorizações de permanência que foram concedidas entre 2001 e 2002 a este tipo de imigrantes (53 % das autorizações deste período). Deve-se referir que a grande maioria destes imigrantes eram ucranianos (36%). Segundo dados da Inspeção-Geral do Trabalho, os ucranianos correspondiam a 41% dos contratos de trabalho da construção civil e 24,3% da indústria transformadora (Reis de Oliveira, 2005:105)

Salienta-se, também, o facto de neste período ter havido uma intensificação das redes transnacionais de tráfico de mão-de-obra ilegal, o que facilitou a deslocação para Portugal de milhares de cidadãos do Leste da Europa.

A vinda de muitos ucranianos e moldavos para Portugal deveu-se a diversas razões. Uma das mais importantes diz respeito à facilidade de obtenção de vistos de trabalho e ao menor controlo das autoridades portuguesas comparativamente a outros países (Lages et al, 2006). Havia a ideia de que em Portugal o processo de regularização era fácil de se realizar e, mesmo no caso de não se concretizar, as probabilidades de serem apreendidos pelas autoridades eram reduzidas. Efectivamente a atitude dos portugueses e as políticas imigratórias existentes parecem ser percebidas favoravelmente pelos imigrantes, uma vez que não são evidenciadas práticas de rejeição ou expulsão daqueles que trabalham irregularmente.

2.1.3.2. Factores que justificam o grande fluxo migratório de Leste

Em seguida são apresentados, de modo sintético e sistemático, alguns factores que proporcionaram uma vaga migratória, tão intensa, oriunda dos países da Europa de Leste (Baganha et al, 2006:284):

- Elevada pressão migratória nas regiões de origem do fluxo;
- Falta de controlo na emissão de vistos de curta duração por parte de outros países da União Europeia;
- Facilidade de movimento dentro do espaço Schengen;
- Tráfico de pessoas organizado a partir da Europa de Leste, normalmente sob o disfarce das denominadas “agências de viagens”.

Já as principais determinantes da direcção do fluxo migratório para Portugal, podem ser sintetizadas da seguinte forma (Baganha et al, 2006:284):

- As diferenças salariais e de nível de vida existentes entre Portugal e os vários países de origem;
- A promoção de Portugal feita por “agências de viagens” dos países do Leste Europeu que ofereciam pacotes atractivos e acessíveis a um largo segmento da população;
- A existência em Portugal de uma regularização extraordinária de trabalhadores imigrantes, aberta em permanência de Janeiro a Novembro de 2001;
- A escassez de mão-de-obra que se verificava no mercado de trabalho português, particularmente acentuada em sectores como a construção civil e obras públicas.

Os factores apresentados anteriormente tiveram influência nos volumosos fluxos migratórios originários dos países do Leste da Europa para Portugal. Houve um conjunto de situações que ajudam a explicar este intenso fenómeno migratório. A situação nos países de origem teve grande importância visto que a queda do Comunismo originou um processo de reestruturação política e económica com consequências negativas bastante fortes sobre os níveis salariais e o desemprego, provocando uma maior tendência para emigrar. Deve-se referir que muitos dos que estão em Portugal vieram através de outros países europeus como a Alemanha. O facto de esta pertencer ao Espaço Schengen, tal como Portugal, facilitou a sua movimentação. A existência de falsas “agências de viagens”, que ofereciam pacotes atractivos e acessíveis, constituiu uma forma de promoção de Portugal nesses países. Por outro lado, a situação no nosso país também favoreceu a sua chegada, nomeadamente devido à regularização extraordinária de imigrantes realizada em 2001 que proporcionou a diminuição do número de imigrantes irregulares que tinham ficado nessa situação, tanto por terem entrado irregularmente no país, através de redes clandestinas, como por terem deixado caducar os seus vistos turísticos ou de trabalho.

Houve também a necessidade de se recorrer a trabalhadores estrangeiros, pois em sectores como a construção civil e obras públicas, a mão-de-obra nacional era insuficiente para suprir as necessidades do mercado de trabalho português. Nesse sentido, a presença de imigrantes de Leste tornou-se muito útil para a realização desse tipo de trabalhos.

Pena Pires (2002:163) citado por Mendes (2007:118) defende a ideia de que estes imigrantes são indispensáveis ao funcionamento de vários segmentos da economia nacional, nomeadamente daqueles que ainda se baseiam na exploração intensiva do trabalho. O relativo esgotamento das reservas de mão-de-obra ao nível do mercado interno, bem como a continuidade da emigração dos jovens activos para o exterior, a baixa taxa de fecundidade, a difícil substituição de gerações e a acelerada feminização da

população activa, são alguns dos factores que justificam o recrutamento da mão-de-obra de Leste e de outras nacionalidades.

A situação sociodemográfica de Portugal é um motivo que contribui para que tenha havido a necessidade de recrutar imigrantes provenientes do Leste da Europa. O aumento da emigração de jovens activos pouco qualificados e a baixa taxa de fecundidade originou um gradual esgotamento das reservas de mão-de-obra interna. Para além disso, Portugal efectuou no período de maior intensidade de chegadas dos imigrantes da Europa de Leste diversas obras públicas de grande envergadura (Ponte Vasco da Gama, Expo 98, Metro do Porto, Barragem do Alqueva) que necessitaram de muita mão-de-obra. Como a existente em Portugal era reduzida, foi necessário recorrer aos imigrantes, nomeadamente os de Leste, para se poder realizar essas obras.

No entanto, como veremos adiante com mais detalhe, nos últimos anos tem-se verificado uma diminuição da imigração ucraniana em Portugal que vai de par com o aumento do desemprego que, no caso desta comunidade, duplicou durante o período de 2002 a 2004, continuando a crescer nos anos subsequentes. Pode-se concluir que existe um mecanismo que auto-regula os fluxos migratórios, tanto nos períodos de maior criação de emprego como naqueles em que o desemprego é maior. O decréscimo da comunidade ucraniana regista-se, não só através do menor número de entradas, mas também do aumento das saídas que ocorrem por diversas razões de natureza económica: crise económica que se verifica em Portugal, nomeadamente, em sectores onde este tipo de imigrantes trabalha (construção e obras públicas); melhoria das condições de vida na Ucrânia; maior facilidade da imigração ucraniana para a Rússia; crescimento económico em Espanha e melhores salários oferecidos em países como a França e o Reino Unido.

2.1.3.3. Situação socioeconómica dos países de origem

O fim do bloco soviético teve influência na actual situação socioeconómica dos países do Leste Europeu. A situação desses países fragilizou-se devido ao surgimento de diversos problemas sociais e económicos como o elevado desemprego, aumento da criminalidade e diminuição do poder de compra. Pestana (1995:91) afirma que “a transição de um modelo económico socialista planificado, burocrático e centralizado, para uma economia liberal de mercado revelou-se particularmente difícil, empobreceu e fragilizou largos sectores da sociedade.” Estes aspectos tornaram complicada a vida nesses países. Houve assim a necessidade de efectuar uma adaptação a uma nova situação social, económica e política que gerou alguma instabilidade e, por isso, passou a haver uma maior pressão migratória em direcção a outros países europeus.

A Moldávia é um país que se tornou independente em 1991, após o fim da União Soviética. Uma das principais características que a distingue de outras ex-repúblicas soviéticas está relacionada com o facto de a sua cultura e língua serem de origem latina. A língua oficial do país é o moldavo, que é uma variante do romeno. A sua população apresenta uma grande diversidade étnica, cerca de metade é de origem latina, 27 % pertence ao grupo eslavo oriental repartido por russos e ucranianos e a restante é representada por minorias étnicas entre as quais a búlgara, a hebraica e a cigana (Sacco, 2005). Nos últimos anos, o país apresentou, em termos económicos, uma mudança radical visto que a Moldávia era, no tempo da União Soviética, um país tradicionalmente agrícola. Actualmente, a importância do sector primário é menor, visto que a percentagem da população activa decresceu até aos 22 % e o contributo deste sector para o PIB ficou reduzido a 11 %. Esta evolução coincidiu com os problemas de reconversão impostos pela passagem à economia privada (Sacco, 2005). Segundo o mesmo autor (2005:336), o “FMI considera as condições da economia moldava precárias, sobretudo, porque no fim dos anos 90, o Governo não teve capacidade de fazer frente à vulnerabilidade da economia, fortemente ligada às condições externas (sobretudo relativamente à Rússia).” Deste modo, para promover o crescimento do país e aproveitar as ajudas internacionais, o Governo considerou prioritárias a racionalização e a privatização do sector energético, um maior controlo na gestão e nas despesas administrativas, a racionalização do sector público e o prosseguimento da reforma agrícola.

A Ucrânia é outro país que surgiu após a desintegração da União Soviética, mas, ao contrário da Moldávia, apresenta uma origem eslava que se manifesta numa cultura e língua muito diferentes das que caracterizam a Moldávia. O ucraniano é uma língua que deriva do Russo e, também, apresenta um alfabeto diferente – o cirílico. A sua população é maioritariamente (78%) de etnia ucraniana. Existe uma grande variedade de minorias étnicas, a maior das quais a Russa (17 %). Das restantes minorias, as mais representativas são a tártara, a bielorrussa e a moldava (Sacco, 2005). Após a sua independência em 1991, a Ucrânia passou por uma grande crise económica e sobretudo uma grave crise da indústria que se tornou mais complexa devido à falta de instituições adequadamente preparadas para enfrentar essa fase, em consequência da anterior gestão económica e política, autoritária e centralizada. A passagem de uma economia planificada para uma de mercado causou grandes problemas económicos ao país (Sacco, 2005). Este autor (2005:353) refere, ainda, que o “FMI e o Banco Mundial através de consideráveis ajudas financeiras permitiu sanear a balança de pagamentos, iniciar as necessárias reformas estruturais nos sectores da agricultura, do carvão e do mercado financeiro e promover o desenvolvimento de um tecido industrial competitivo.”

2.2. Modelo de análise e metodologia

O modelo de análise é um esquema onde são apresentados diversos aspectos caracterizadores do tema e do problema que se está a investigar, bem como as ligações entre eles. Neste caso, tratando-se, em termos gerais, do estudo do processo de integração dos ucranianos e moldavos e, em termos específicos, da compreensão do papel das competências na língua portuguesa enquanto elemento promotor de uma inserção mais bem sucedida, designadamente no domínio profissional, coloca-se no centro do esquema esta questão e na sua periferia as diversas componentes que ajudam a explicar o modo de integração destes imigrantes, com destaque para os aspectos relacionados com a língua. As quatro caixas do modelo de análise dizem respeito a essas mesmas componentes, cada uma contendo vários elementos, estando os que dizem respeito ao processo central (a influência dos conhecimentos do português no processo de integração) destacados a “negrito”.

Em qualquer processo de integração de imigrantes estão inerentes vários aspectos, tais como: os agentes envolvidos, as políticas existentes, as características dos imigrantes e a sua inserção no mercado de trabalho.

Estes quatro aspectos constituem a base da boa integração de qualquer imigrante no novo país de residência. Exceptuando aquele que se refere às características próprias destes imigrantes, todos os outros deverão funcionar no quadro de uma estratégia de acolhimento eficaz, de modo a facilitar a adaptação ao país que escolheram para viver e evitar um certo desconforto e instabilidade do imigrante na sociedade de acolhimento. Portanto, é importante analisar todas essas componentes, de modo a compreender-se melhor a situação existente e a forma como os imigrantes se adaptam ao estilo de vida e às características do país de destino, que é, necessariamente, distinto do país de origem.

Os principais agentes envolvidos neste processo são as Associações de Imigrantes, as Autarquias Locais, o Governo Central e por fim a União Europeia.

As Associações desempenham um papel fundamental pois visam contribuir para uma melhor inserção e integração na sociedade receptora. Constituem um espaço de convívio no qual se partilham experiências e se mantém a identidade cultural do país de origem. Servem, também, de ponto de ligação entre estas comunidades e o Estado português e ajudam na execução das políticas necessárias à sua integração. As Autarquias Locais caracterizam-se por ter uma actuação mais focada numa determinada área restrita e na sua população, mas como a maioria das questões centrais da integração (a educação dos filhos, a habitação, a assistência médica, etc.) assumem um carácter quotidiano e de proximidade, aquelas são fundamentais para acompanhar e dar assistência aos imigrantes neste processo. A criação de “Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes” tem,

obviamente, a intervenção frequente das autarquias (noutros casos são organizações da sociedade civil como as misericórdias ou as associações de imigrantes) em parceria com o Governo Central (ACIDI) que é o responsável pelas políticas de integração ao nível macro. Efectivamente, embora a acção do Governo seja mais abrangente e inclua também a gestão dos fluxos migratórios, ela caracteriza-se, também, por ter uma implantação local. A União Europeia corresponde à designação actual da antiga Comunidade Económica Europeia (CEE) que foi criada em 1957 pelo Tratado de Roma. Pretendia-se criar um espaço comum de aproximação política e económica dos seus Estados-membros que permitisse maior harmonia e estabilidade dentro da comunidade. O processo de tomada de decisões dentro do Espaço Comunitário envolve as suas três principais instituições: O Parlamento Europeu, directamente eleito, que representa os cidadãos da UE; o Conselho da União Europeia, que representa os Estados-membros e a Comissão Europeia, que deve defender os interesses de toda a União. (Comissão Europeia, 1995). É uma instituição de maior dimensão que congrega algumas políticas que os Estados-Membros, ou seja, os Governos nacionais necessitam de cumprir. Por exemplo, a nível linguístico foi criado um documento intitulado “Quadro Europeu Comum de Referência” que pretende promover e facilitar a cooperação e a informação entre os vários países, no campo do ensino e aprendizagem de línguas e criar uma base sólida para o reconhecimento de qualificações e diplomas.

Como referimos anteriormente, existem, em Portugal, diversas políticas facilitadoras da integração, de entre as quais gostaríamos de destacar as seguintes: ensino do português para estrangeiros, promoção da igualdade de direitos entre nacionais e estrangeiros, abertura de processos de regularização destinados a imigrantes irregulares e aquisição de nacionalidade do país de destino.

A primeira política só é relevante para estrangeiros provenientes de países onde a língua oficial não seja o português, como é o caso dos ucranianos e moldavos. Deste modo, é extremamente importante aprender a língua do país de acolhimento, uma vez que constitui um factor essencial na adaptação ao novo país e à interacção e comunicação entre os estrangeiros e os nacionais. A segunda diz respeito a qualquer imigrante e é essencial, uma vez que permite aos estrangeiros terem as mesmas condições que os nacionais, relativamente aos seus direitos e deveres, assegurando igualdade de oportunidades nas diversas áreas como o mercado de trabalho, a habitação, a educação e a saúde. No terceiro caso, a possibilidade de regularização é essencial e está mesmo a montante da segunda componente, uma vez que só é possível ter direitos no país de destino (com pequenas excepções) a partir do momento em que a estadia do estrangeiro é reconhecida pelas autoridades daquele país e avalizada por estas. A quarta pode não se aplicar a todos

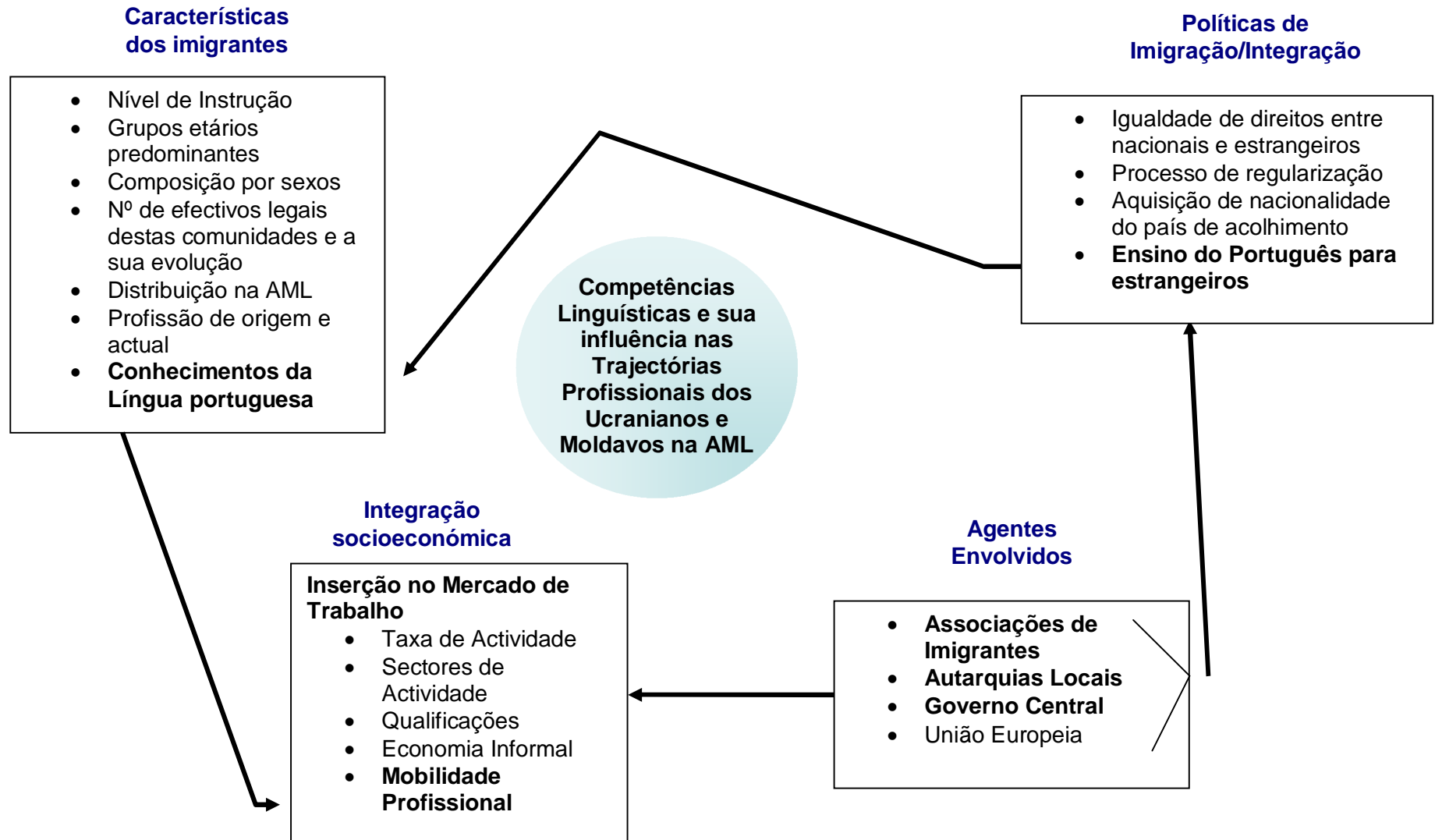
os imigrantes, visto que só ao fim de alguns anos de residência podem adquirir uma nova nacionalidade. Não é obrigatória, e depende da vontade do imigrante em questão.

Relativamente às características dos imigrantes é importante conhecê-las de modo a poder traçar-se os seus diversos perfis, relativamente a aspectos como o seu nível de instrução, grupos etários predominantes, composição por sexos, número de efectivos legais destas comunidades, a sua evolução ao longo dos anos, assim como a sua distribuição geográfica, profissão de origem e actual e conhecimentos da língua portuguesa.

O último aspecto, mas não menos importante, diz respeito à integração propriamente dita na qual se deve realçar a inserção no mercado de trabalho. Esta constitui um importante passo na plena integração na sociedade receptora, visto que a procura de emprego é a razão principal da vinda de muitos imigrantes e é a fonte de sustento de qualquer pessoa. Permite uma melhor integração social evitando assim a sua exclusão e marginalidade. Para se ter uma noção do tipo de imigrante existente e a forma como este está inserido no mercado de trabalho, é necessário ter conhecimento dos principais sectores de actividade em que estão presentes e a sua ligação com o sector da economia informal, a sua taxa de actividade, as qualificações e o dinamismo que têm relativamente à mudança ou manutenção do emprego.

É importante destacar que todas estas componentes têm relações entre si, funcionam em conjunto. O processo de integração de qualquer imigrante envolve diversos aspectos que se interligam e que originam diferentes formas de integração na sociedade de acolhimento. A componente das políticas só é concretizada através da actuação dos diversos agentes. São as várias instituições existentes que criam, executam e implementam as políticas necessárias para a melhor integração dos imigrantes. Essas políticas irão influenciar a adaptação destes à nova sociedade. As características que eles apresentam também podem ter influência na sua integração, como por exemplo, o seu nível de instrução. Em princípio, aqueles que apresentam maior nível de estudos poderão ter maior probabilidade de progredirem em termos profissionais e de obterem um nível de vida mais elevado, embora para isso também seja necessário contar com outros aspectos. A componente da inserção no mercado de trabalho está muito relacionada com todas as outras, visto que a actuação dos agentes e as políticas existentes podem ser mais ou menos favoráveis para a total integração profissional do imigrante. Por exemplo, as leis da igualdade de direitos e deveres entre estrangeiros e nacionais e da regularização são bastante importantes para que haja semelhança de tratamento e de oportunidades entre a população local e a população imigrante. Dessa forma, reduzem-se os constrangimentos originados pela mudança de país e de sociedade que apresentam, naturalmente, diferenças entre si em termos do seu funcionamento político-administrativo, económico, educativo, cultural, etc.

Modelo de Análise



Porque a questão de partida se centra, como já referimos, no papel das competências linguísticas na integração, o modelo analítico explicita, de modo mais claro, as relações entre os elementos mais directamente implicados neste processo. Efectivamente, o ensino do português para estrangeiros é fundamental, sobretudo para os imigrantes de Leste pois não têm nenhum conhecimento da língua portuguesa e, desse modo, a sua integração seria potencialmente muito mais dificultada, designadamente em termos de possibilidades de mobilidade profissional, se não houvesse um conjunto de agentes que criassem e/ou promovessem cursos de língua portuguesa.

A metodologia de investigação é uma componente do projecto com grande importância e utilidade, uma vez que nela são explicitadas todas as fontes de informação que foram consultadas e qual o seu contributo para enriquecer o conteúdo do mesmo. Existem diversas obras de referência e organismos especializados que realizam estudos em determinada área. Sendo a migração um tema muito estudado, existe bastante bibliografia nacional e estrangeira. Nesse sentido, a análise da investigação publicada sobre este tema, e especificamente no que diz respeito às duas comunidades de Leste em questão, é, como temos vindo a observar, fundamental para se compreender aquilo que já foi realizado sobre este assunto. Por outro lado, após a leitura desta literatura, parcialmente sintetizada no Estado da Arte, mas também utilizada noutras secções da tese, torna-se mais fácil descobrir algum aspecto relevante que não tenha sido ainda abordado, de modo a tornar este projecto de investigação mais rico, útil e interessante.

As monografias publicadas, os artigos dos periódicos, as peças dos órgãos de informação, disponíveis em papel ou em suportes informáticos, não são suficientes para a abordagem ser completa, relevante e actual, sobretudo quando colocamos uma questão específica a que queremos responder num dado contexto. Embora se possa obter este tipo de informação através de um método de observação indirecta no qual o investigador recolhe dados importantes através de estudos, entrevistas ou questionários realizados por outros autores, será pertinente complementar esta informação com elementos mais orientados e actuais, resultantes do contacto directo com os imigrantes ou associações de imigrantes, designadamente por meio de inquéritos por questionário ou entrevistas.

As três hipóteses enumeradas que respondem à pergunta de partida relacionam-se com três aspectos distintos. O primeiro diz respeito à comprovação ou não da importância decisiva do conhecimento de português na progressão e mobilidade profissional das duas comunidades analisadas. O segundo foca as diversas iniciativas existentes no âmbito do ensino do português para estrangeiros e mais especificamente o Programa “Portugal Acolhe”. O último aspecto prende-se com as origens linguísticas dos moldavos e ucranianos que podem influenciar a sua aprendizagem do português.

A revisão da literatura, incluindo resultados de investigação, mas também a análise de notícias ou documentos especializados, constitui uma fonte essencial para a possível confirmação das hipóteses e a melhor compreensão do problema. Pretende-se, assim, associar os dados obtidos aos que se recolherem por processos de observação directa, recorrendo a instrumentos adequados como são as entrevistas. A recolha destes testemunhos directos é de grande importância em qualquer projecto, aplicando-se frequentemente no estudo de comunidades de imigrantes e dos seus modos de integração na sociedade de acolhimento. Este tipo de observação permite fundamentar e comprovar as hipóteses formuladas e explicitar melhor os conceitos-chave e os seus indicadores. É um método de investigação importante na construção de conhecimento, mais adequado e actualizado sobre o que se pretende estudar. O objectivo, ao efectuar estas entrevistas, é o de responder, da melhor forma possível, à pergunta de partida formulada inicialmente e obter a confirmação ou não das hipóteses estabelecidas.

Outra metodologia a utilizar constará da análise de fontes estatísticas elaboradas ao longo dos últimos anos, focando vários indicadores que caracterizam estas duas comunidades, nomeadamente em relação à evolução do número de imigrantes ucranianos e moldavos, sua distribuição geográfica e inserção profissional. Estes indicadores irão ser apresentados em forma de tabela pois permite ter uma melhor leitura dos dados aí contidos e torna-se mais prática a análise desses mesmos dados estatísticos.

A observação directa dos factos que se quer comprovar será realizada através de um conjunto de entrevistas efectuadas a imigrantes moldavos e ucranianos residentes na área de estudo (AML). Estas concentrar-se-ão na área de Vila Franca de Xira pelo facto de ser o local onde tenho mais facilidade em conseguir reunir o número de imigrantes necessários para o meu estudo, utilizando um método baseado em contactos de partida que prosseguirá, posteriormente, numa lógica tipo “bola de neve”. A minha amostra, que tem um carácter ilustrativo e não representativo, será constituída por 14 ucranianos (8 homens e 6 mulheres) e 13 moldavos (7 homens e 6 mulheres). O número de homens é superior nas duas nacionalidades visto que na sua totalidade, no país, existem mais homens ucranianos e moldavos do que mulheres. Por outro lado, como o número de ucranianos é maior do que o de moldavos será realizada mais uma entrevista aos primeiros. O processo de angariação dos imigrantes será efectuado através de pessoas conhecidas e amigas que servirão de elo de ligação entre mim e o imigrante em questão. Esta forma revela-se mais correcta pois assim tornam-se mais acessíveis e disponíveis para responder às perguntas que é preciso formular.

Após a concretização das entrevistas será efectuada uma análise das respostas obtidas. Relacionar-se-ão as respostas dos entrevistados da mesma nacionalidade e também se irá efectuar uma comparação das respostas dadas pelas duas nacionalidades, para se compreender as semelhanças e as diferenças entre elas. Vão ser construídas duas matrizes: uma para os moldavos e outra para os ucranianos que irão sintetizar as respostas de cada entrevistado, de forma a obter-se uma leitura mais abrangente e adequada das informações conseguidas, chegando, deste modo, mais facilmente às conclusões. Será feita uma análise qualitativa das entrevistas, ou seja, uma análise do conteúdo das respostas com o objectivo de se perceber que semelhanças há entre as respostas dos vários imigrantes, o que revelará uma maior ou menor diversidade de características apresentadas por estes. É de referir que o guião das entrevistas é composto por 15 perguntas de resposta aberta. Todas elas estão relacionadas com a experiência migratória dos moldavos e ucranianos no nosso país. Pretende-se saber os motivos que os levaram a emigrar, a razão da escolha de Portugal, as suas trajectórias migratórias e profissionais, as suas principais dificuldades no momento de chegada e na obtenção de emprego, eventual ajustamento do emprego actual com a experiência profissional e com as qualificações, a actuação dos agentes, o balanço da migração e as perspectivas de futuro. As restantes perguntas orientam-se de modo mais directo para dar resposta à questão de partida e estão relacionadas com o conhecimento da língua portuguesa e a influência que tem nas trajectórias profissionais, na integração no mercado de trabalho e na sociedade portuguesa. Pretende-se compreender a relação que existe entre a língua e a mobilidade profissional e, consequentemente, a progressão na carreira dos imigrantes.

As diversas questões que se forem colocando ao longo da investigação serão registadas, de forma a constituir um relato, ou narrativa do processo, sobre as principais dificuldades sentidas e opções assumidas, permitindo apresentar um balanço crítico não apenas sobre os produtos do estudo, mas também sobre os procedimentos que se desenvolveram, os instrumentos adoptados ou produzidos e, finalmente, a relevância da questão de partida.

Capítulo 3: Presença e Integração dos imigrantes da Europa de Leste em Portugal: o caso de Moldavos e Ucrânianos

3.1. *Integração de imigrantes*

O fenómeno das migrações internacionais tem ganho grande importância nas últimas décadas a nível global. Os fluxos migratórios tornaram-se mais intensos e diversificados, colocando novos desafios às sociedades de acolhimento Europeias, com destaque para as da Europa do Sul onde a transição da emigração para a imigração aconteceu nos anos 80 e mesmo 90. Este facto originou uma maior preocupação por parte dos diversos agentes dos vários países, no que diz respeito à integração dos imigrantes. A Europa tem reforçado o seu peso enquanto espaço receptor e constitui uma das regiões mundiais que mais recebe imigrantes, tendo por isso o dever de integrá-los da melhor forma na sua sociedade. É do conhecimento geral que, actualmente, é necessário e importante a presença de imigrantes nos países europeus, visto que estes dão um contributo muito positivo em termos demográficos e económicos, para além de constituírem uma fonte de diversidade e riqueza cultural para os países que os acolhem.

Tal como noutros países europeus, o crescente número de estrangeiros instalados em Portugal deu origem a uma maior mistura e diversidade racial, étnica, cultural e religiosa. Assistiu-se, também, a uma maior visibilidade dos problemas associados a este grupo de população minoritário, como a pobreza, o desemprego, a criminalidade, e mesmo o aparecimento de manifestações racistas e xenófobas. Neste sentido, a integração tornou-se um aspecto fundamental para que esta população não viva marginalizada e excluída da sociedade. A plena integração é crucial para se retirar todos os benefícios da sua presença em Portugal.

A integração é um processo de duplo sentido, visto que necessita não só da adaptação do imigrante à sociedade de destino, mas também da adaptação das instituições e da sociedade em geral. É preciso que haja um esforço das duas partes para que a integração ocorra da forma mais adequada e eficaz. Saliente-se o facto desta ser multidimensional, pois engloba diversas vertentes: social, cultural, económica e política e envolver vários actores como o Governo, os Municípios, as ONG's, as Associações de Imigrantes e a Comunicação Social (Fonseca, 2004; Penninx, 2008).

Esta pode ser definida como a capacidade de proporcionar condições favoráveis aos estrangeiros de modo a que tenham um padrão de vida semelhante aos nacionais. Os imigrantes deverão possuir os mesmos direitos e deveres, de forma a haver igualdade de tratamento e de oportunidades para todos. O acesso ao mercado de trabalho é um dos aspectos mais importantes na integração de qualquer imigrante, visto que os motivos

económicos são, frequentemente, apontados como os principais para se emigrar. O acesso à saúde, educação, segurança social, aprendizagem da língua do país e participação política são outros aspectos essenciais para que a integração seja completa e efectiva. No entanto, este último não está tão desenvolvido, não só em Portugal como a nível europeu, visto que nem todos têm possibilidades de votar e, normalmente, só podem participar a nível local (Fonseca et al, 2002).

O Conselho de Ministros de 3 de Maio de 2007 aprovou a resolução de um programa de actuação, de vocação global, no domínio da integração, destinado a evitar situações de exclusão social e contribuir para a garantia de condições de vida condignas. Este programa designado “Plano Nacional de Integração de Imigrantes” continha um conjunto de 123 medidas para os diversos sectores do governo, relevantes neste âmbito. Destaca-se o facto, de até essa altura, não existir nenhum plano global e integrado que sintetizasse os objectivos e as acções necessários que deveriam ser implementados pelos vários sectores da administração, de modo a assegurar um bom processo de integração dos imigrantes. Note-se que este Plano integra metas que as várias entidades governamentais devem cumprir anualmente, fazendo também menção ao papel que outras entidades do sector público (autarquias locais) e da sociedade civil podem desempenhar. Já em 2010, o Plano original, avaliado positivamente em termos internos e mesmo internacionais, como evidencia o facto de as Nações Unidas considerarem Portugal um país-exemplo em matéria de integração de imigrantes, deu lugar a um segundo Plano de carácter idêntico que inclui medidas em diversos domínios nos quais se destacam o Acolhimento, a Cultura e Língua, a Educação, a Saúde, o Emprego, a Formação Profissional e Dinâmicas Empresariais, Idosos Imigrantes e Promoção da Diversidade e da Interculturalidade.

Ana Gama et al (2002) referem que os imigrantes enfrentam dificuldades de integração na sociedade portuguesa, constituindo-se, assim, como um dos grupos da população mais vulnerável a situações de pobreza e de exclusão social. Como mencionámos anteriormente, esse facto é visível através da segregação socioespacial a que muitos estão sujeitos, uma vez que se registam níveis de concentração, relativamente importantes de imigrantes e descendentes em vários bairros degradados, com destaque para os localizados nos distritos de Lisboa e Setúbal (Malheiros e Mendes, 2007).

Há uma tendência, também, de concentração a nível económico, ou seja, os imigrantes tendem a especializar-se em determinada actividade económica, consoante a nacionalidade, devido ao facto de receberem ajuda de redes de compatriotas seus, já instalados no país e com emprego, circulando melhor a informação acerca da existência de oportunidades laborais. Destaca-se o crescente número de estrangeiros activos em Portugal e os sectores de actividade onde se inserem que, em muitos casos, se caracterizam por exigirem poucas qualificações (ex: construção civil, agricultura e serviços

domésticos). Esta situação é particularmente relevante nos imigrantes dos PALOP e do Leste Europeu.

A integração é bastante dificultada quando não conseguem entrar no mercado do trabalho, designadamente nas situações em que o principal objectivo é o económico. No caso da reunificação familiar, esse problema não é tão relevante, porque a intenção, essencialmente, não será procurar trabalho, mas sim apoiar o imigrante que já está instalado e estabilizado no país. Neste último caso, verifica-se que há a migração de um ou mais familiares, como por exemplo mulher e filhos, com o objectivo de se reunirem novamente com um familiar que já está a residir no novo país. Relembre-se que a família constitui um importante factor de estabilidade emocional e de socialização, permitindo uma melhor adaptação do imigrante à sociedade de destino (Fonseca et al, 2005).

A integração é um processo que implica a existência das mesmas condições e oportunidades para os estrangeiros e nacionais, isto é, os imigrantes devem ter os mesmos direitos e deveres que a população autóctone. Só assim será possível haver uma plena integração destes na sociedade de acolhimento. Deve-se promover a coesão e a inclusão social destes novos residentes exteriores, de modo a não se sentirem marginalizados e excluídos da sociedade que escolheram para viver. É necessário haver uma adaptação não só do imigrante a um novo país, mas também da população local e dos agentes envolvidos neste processo. A integração envolve muitos actores, a várias escalas, desde o Governo até aos municípios, assim como as associações de imigrantes e as ONG's que trabalham nesta área.

A integração tem um carácter multidimensional visto que engloba diversos sectores da sociedade, como são os casos do mercado de trabalho e de habitação, saúde, educação e cultura. Esta visão multidimensional da integração permite assegurar diversos aspectos, tais como (Spencer, 2008: 6-7):

1. A integração no mercado de trabalho de uma forma que reflecta as qualificações e a experiência profissional dos imigrantes;
2. A inclusão social ao nível das instituições e actividades destinadas à população em geral que permitem satisfazer as necessidades dos indivíduos e das comunidades – educação, saúde, apoio social e habitação;
3. A inclusão na vida cívica – em termos de participação activa nas instituições e organizações da sociedade civil, particularmente no caso dos imigrantes cuja permanência tem um carácter duradouro;
4. O desenvolvimento do “capital relacional”, confiança e boas relações entre os imigrantes, os seus vizinhos e as comunidades em geral.

“Segundo Ribas-Mateos (1997) existem dois tipos de modelos de integração de imigrantes: comunitário e o assimilacionista. No primeiro caso, associado a países como a Holanda, caracteriza-se por princípios de aquisição de nacionalidade via *ius soli* que pretende a preservação de identidades específicas dos imigrantes nas quais prevalece o princípio das minorias étnicas sobre o princípio dos estrangeiros. No segundo caso, a estratégia de incorporação centra-se mais nas características individuais do que nas especificidades do grupo étnico em questão. A política é baseada nos direitos universais dos cidadãos, partilhados por todos os membros da sociedade” (Fonseca et al, 2002: 42).

Como referimos, para a integração ocorrer eficazmente é necessário haver a participação de diversos agentes, especialmente aqueles que foram criados exclusivamente com o objectivo de a facilitar. Um desses agentes são as associações de imigrantes que adquiriram recentemente um estatuto legal e uma visibilidade maior no processo de integração e, neste sentido, passaram a ter um papel mais activo nesta área visto que, com o avolumar do número de imigrantes e com a crescente diversidade de nacionalidades, houve a necessidade de atribuir maior importância a estes agentes e, por isso, em termos jurídicos as associações tornaram-se reconhecidas pela sociedade. Este facto revelou-se de grande importância, visto que o maior número de imigrantes também originou um maior número de problemas e necessidades relacionados com este grupo minoritário da população que eram urgentes serem resolvidos, contribuindo as associações positivamente para este aspecto. Um dos princípios-chave na sua acção tem sido a garantia dos direitos individuais de cidadania para os imigrantes, promovendo assim uma igualdade de direitos entre nacionais e estrangeiros. Verifica-se que alguns dos problemas com que eles se deparam não são individuais, mas são partilhados por um grupo que tem um passado comum e que vive na mesma área de residência (este facto é típico das associações locais da periferia da AML). Existem também certas associações que estão direccionadas para um grupo específico de imigrantes ou minorias étnicas como os jovens e as mulheres (Fonseca et al, 2002).

As ONG's ligadas à imigração são outros actores importantes. Têm como objectivo principal promover a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa. Em termos nacionais, há três tipos diferentes de ONG's que trabalham nesta área (Baganha e Marques, 2001: 57-58):

1. Aquelas que se ocupam dos direitos dos imigrantes em esferas específicas. Ex: “Obra Católica das Migrações” – instituição de caridade católica vocacionada para os direitos sociais dos imigrantes.
2. Organizações que tratam dos direitos das principais comunidades imigrantes presentes em Portugal. Ex: “Casa do Brasil”.

3. As que promovem a igualdade e combatem a discriminação contra certos grupos de indivíduos em que, frequentemente, se incluem membros da população imigrante. Ex: “SOS Racismo”.

«Destaca-se também o papel dos “Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante” (CNAI’s) em Lisboa e no Porto, que envolvem departamentos de vários ministérios (SEF, Inspeção do Trabalho, Segurança Social, Saúde e Educação) assim como gabinetes que disponibilizam apoio específico no que respeita à lei da imigração, reunificação de famílias, reconhecimento de habitações e inserção no mercado de trabalho» (Comissão Europeia, 2004). Associada aos CNAI’s existe uma rede de 78 CLAI’s (Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes). Estes centros são espaços que disponibilizam informações e prestam ajuda no âmbito do acolhimento e integração das comunidades imigrantes nas diversas áreas do país onde estão implementados. A sua principal função é a procura de melhores soluções para os problemas e necessidades que os imigrantes apresentam. Os CLAI’s funcionam em parceria com outras instituições como as autarquias, o ACIDI, as associações de imigrantes e ONG’s.

No concelho de Vila Franca de Xira, existem 4 CLAI’s (Vila Franca, Arcena, Póvoa de Santa Iria e Vialonga), que foram abertos em 2007, num protocolo entre o ACIDI e a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Os seus objectivos são proporcionar respostas locais, articuladas ao nível das necessidades de acolhimento e integração das comunidades imigrantes e promover a integração dos imigrantes e minorias étnicas na sociedade, com base nas políticas de integração e no combate à exclusão social. Estes centros prestam apoio e informações nas seguintes áreas: acção jurídica, legalização, retorno voluntário, saúde, educação, cultura e desporto e informações gerais e apoio à formação de associações. Os imigrantes são atendidos por mediadoras, técnicas dotadas de competências e conhecimentos necessários ao atendimento desta população, adquiridos no âmbito de várias formações anuais da responsabilidade do ACIDI. Para além dos atendimentos, são desenvolvidos projectos de âmbito sociocultural que possam contribuir para a integração das comunidades imigrantes (Amorim Figueiredo, 2010).

Segundo dados da mesma autora, foram atendidos nos 4 CLAI’s do concelho, no ano de 2009, um total de 1216 imigrantes, 637 do sexo feminino e 579 do sexo masculino. Os imigrantes com idades entre os 26 e 45 anos são os que mais procuram este tipo de serviço. Em termos de nacionalidades, os brasileiros e caboverdianos são os que recorrem mais a estes CLAI’s. Os ucranianos e os moldavos também têm uma presença significativa nos atendimentos, sobretudo no CLAI de Vila Franca. A legalização, a nacionalidade e o reagrupamento familiar são os assuntos principais que os imigrantes do concelho solicitam.

Relativamente à questão específica do ensino da língua portuguesa a imigrantes adultos, além de alguns cursos disponibilizados pelos CLAI's do concelho de Vila Franca de Xira, o Centro de Formação de Alverca é aquele que tem implementado cursos de português para estrangeiros no âmbito do Programa "Portugal Acolhe" e do "Português Para Todos". Existem dois tipos de cursos, o de português técnico e o de português percurso A. Deve-se referir que algumas escolas do concelho também disponibilizam estes cursos, o que constitui uma forma de alargar a oferta formativa neste âmbito na área em questão.

3.2. Integração dos Imigrantes de Leste

Existe um conjunto de factores que contribuem para uma maior dificuldade de integração dos imigrantes de Leste comparativamente aos imigrantes lusófonos. Deve-se referir que, frequentemente vivem como indivíduos isolados, numa primeira fase do processo migratório. Posteriormente, o resto da família junta-se ao imigrante, geralmente homem, que teve a iniciativa de emigrar numa primeira instância. No entanto, a principal dificuldade diz respeito à falta de ligação histórica e cultural dos países de origem com Portugal, o que obriga os imigrantes a fazer um maior esforço de adaptação a uma sociedade muito diferente daquela a que estão habituados. O desconhecimento da língua portuguesa é um factor que prejudica a sua integração, sobretudo numa fase inicial. Neste sentido, há a necessidade de aprender a língua do país de acolhimento de forma a facilitar a sua integração.

Gaspar (2002:70) refere que "apenas a necessidade de emprego e da perspectiva de permanência temporária constitui a força destes trabalhadores, para além das características fisionómicas e do comportamento cultural que podem ter contribuído para a recepção amigável da população local."

Os imigrantes de Leste apresentam uma grande disponibilidade em termos de trabalho visto que têm uma maior predisposição para trabalhar mais horas e fazer turnos, além de terem maior mobilidade profissional pelo facto de aceitarem, com mais facilidade, os empregos que lhes oferecem. Possuem, também, um grau de qualificação mais elevado que lhes permite, no caso de ser bem aproveitado, realizar uma maior diversidade de actividades e ter um nível de vida mais elevado. Estes aspectos favorecem a sua inserção e mobilidade no mercado laboral nacional e, conseqüentemente, facilitam a sua integração na sociedade.

Um outro aspecto igualmente importante diz respeito à regularização destes imigrantes no território nacional. Como referimos, o Decreto-Lei nº 4/2001 permitiu regularizar cerca de 100000 imigrantes do Leste Europeu, durante um período relativamente curto (2001-2004).

Relembra-se que este decreto representou uma novidade em relação aos anteriores, pelo facto de o imigrante só poder efectuar a sua regularização após a obtenção de um contrato de trabalho previamente registado no Ministério do Trabalho. A associação entre necessidades do mercado de trabalho e imigração ficou assim claramente explícita, elemento que se manteve no quadro da legislação promulgada subsequentemente. De acordo com o Ministro da Administração Interna da altura, “os novos instrumentos jurídicos abrem o caminho a uma nova política de abertura regulada em que o fluxo deve ser directamente proporcional à capacidade de integração.” Segundo o mesmo, a integração deve privilegiar, sobretudo, a área económica e em segundo lugar a social e a cultural, o que implica a definição de um estatuto jurídico e de cidadania, prudente mas inclusivo (Beja Horta, 2002).

Nesta óptica, o principal aspecto da integração deve estar centrado na componente económica e na sua inserção no mercado de trabalho. No entanto, as componentes social e cultural são também essenciais para a plena integração do imigrante. Neste sentido, é necessário que haja uma igualdade de direitos e deveres entre os nacionais e os estrangeiros que permita a definição de um estatuto jurídico e de cidadania completo e abrangente para o imigrante.

As associações de imigrantes têm um papel muito importante para a integração destes, pois têm como objectivo geral apoiar os imigrantes a nível social, económico e cultural. Um dos aspectos que é mais importante nestas comunidades de Leste diz respeito às suas competências linguísticas e de comunicação. Neste sentido, algumas associações disponibilizam ajuda aos imigrantes nessa área, através do ensino da língua portuguesa em cooperação com outras entidades como as Direcções Regionais de Educação e os Centros do Instituto de Emprego e Formação Profissional. O conhecimento da língua da sociedade de acolhimento é não só uma necessidade fundamental para a integração dos imigrantes, mas também um direito que os assiste enquanto cidadãos. As competências linguísticas adquiridas são essenciais para facilitar a comunicação e a interacção entre estas comunidades e a população nacional, assim como constitui um requisito básico para a inserção no mercado de trabalho e de habitação e na vida social. É, deste modo, um importante instrumento de integração que lhes permite viver bem inseridos, sem haver o risco de se tornarem um grupo marginalizado.

Segundo Dionísio (2009:149), existem algumas medidas que têm tido um contributo mais importante para a integração dos imigrantes de Leste, com destaque para: os cursos de língua e cultura portuguesas, o projecto de reconhecimento de habilitações para médicos e enfermeiros, o Programa “Portugal Acolhe”, a criação da figura jurídica da Autorização de Permanência, a nova Lei da Nacionalidade, a implementação dos CLAI’s e o apoio concedido às Associações de Imigrantes pelo GATAI.

3.2.1. Caracterização dos Imigrantes de Leste e sua inserção na Sociedade Portuguesa

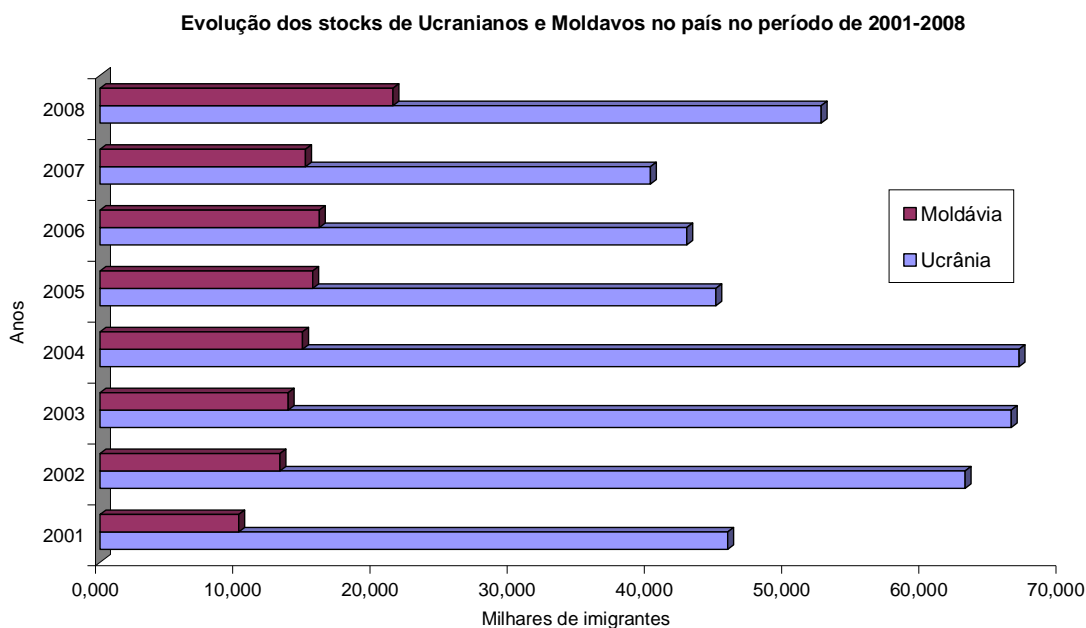
Na análise de qualquer perfil de imigrante é fundamental conhecer diversos aspectos como o início dos fluxos migratórios para determinado destino, o número de imigrantes por nacionalidade, a distribuição espacial, as qualificações, os sectores de actividade onde se inserem e a composição etária e por sexo. No caso específico dos imigrantes de Leste em Portugal, verifica-se que estes têm algumas particularidades que os distinguem dos outros residentes no nosso país, nomeadamente os lusófonos. Consta-se que a sua chegada a Portugal ocorreu numa fase muito mais recente do que os provenientes das ex-colónias e de uma forma mais intensa, visto que não se processou de modo gradual e espaçado no tempo, como aconteceu com os outros imigrantes. A sua presença no país começou a notar-se de uma forma mais repentina. Em poucos anos já aqui viviam largos milhares de imigrantes originários do Leste da Europa. As principais comunidades, em termos numéricos, presentes em Portugal, são por ordem decrescente as seguintes: ucranianos, romenos, moldavos, russos e búlgaros. Todas as outras nacionalidades são pouco significativas.

Um dos aspectos mais relevantes que caracteriza esta população diz respeito à sua língua que é muito diferente da nossa e da maioria dos imigrantes que residem em Portugal e que são provenientes das ex-colónias. Este aspecto é um entrave assinalável para a sua integração. No entanto, a criação de cursos de português para estrangeiros veio, como veremos, facilitar essa situação.

Relativamente à sua distribuição geográfica pelo país, apresenta padrões distintos comparativamente aos brasileiros e sobretudo aos cidadãos dos PALOP, devido ao facto dos imigrantes de Leste terem a tendência de se distribuírem mais pelo território, não se concentrando tanto na região de Lisboa. Há uma presença importante deste tipo de imigrante no interior do país em áreas rurais, o que não acontece com os africanos.

No que diz respeito à área de estudo (AML) verifica-se, também, uma implantação espacial bastante diferente dos restantes grupos de imigrantes aí residentes. Têm uma expressão relativamente reduzida nas freguesias da primeira e da segunda coroa suburbanas e estão sobrerrepresentados em freguesias mais distantes da cidade de Lisboa, algumas das quais são ainda marcadamente rurais, nomeadamente, nos concelhos de Sintra, Mafra, Azambuja, Montijo, Alcochete e Setúbal. Além disso, têm também um peso relativamente expressivo nos bairros históricos, em redor do centro tradicional de Lisboa, habitando em pensões, quartos alugados e nalguns apartamentos partilhados com outros membros da mesma comunidade (Fonseca, 2004).

Em seguida é apresentado um gráfico com a evolução dos ucranianos e moldavos no país, no período de 2001 a 2008, e quatro quadros. Os dois primeiros correspondem à evolução dos ucranianos e moldavos, em termos absolutos e % em relação ao total de estrangeiros, em Portugal nos anos de 2002, 2004, 2006 e 2008. Os dois seguintes dizem respeito à evolução do número de ucranianos e moldavos no período de 2006 a 2008, por distritos e no país.



Fontes: SEF, INE e Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas.

Ao analisarmos o gráfico pode-se observar que há uma evolução distinta, no período em questão, para as duas nacionalidades. Em relação aos moldavos verifica-se que, exceptuando 2007, houve sempre um crescimento do número de imigrantes desta nacionalidade. Em 2001 eram cerca de 10000 e até 2006 ocorreu sempre um aumento. Neste ano já eram cerca de 15000 os moldavos a viver em Portugal. Em 2007 houve um ligeiro decréscimo, tal como referido anteriormente. No último ano apresentado, 2008, nota-se que houve um maior crescimento (+ 7000 que o ano anterior) visto que os moldavos eram cerca de 21000. No que diz respeito aos ucranianos constata-se que tiveram maiores oscilações visto que até 2004 registou-se um crescimento muito grande (+ 20000 do que em 2001), mas nos três anos seguintes ocorreu uma descida do número de ucranianos. Em 2007, eram menos que no primeiro ano analisado. Em 2008, tal como nos moldavos, houve uma evolução positiva. Neste ano eram cerca de 52000.

Ao analisarmos o quadro nº 1, verifica-se que, em termos absolutos, o número de ucranianos prolongou o seu crescimento até 2004, ocorrendo uma diminuição nos 2 anos subsequentes. Mais recentemente (entre 2006 e 2008), o número de ucranianos voltou a aumentar, o que, para além de resultar, provavelmente, de alterações introduzidas no sistema de registos do SEF, parece estar associado ao crescimento das chegadas relacionadas com o reagrupamento familiar. Relativamente ao total de estrangeiros, constata-se que o peso dos ucranianos também diminuiu em 2006. Nesse ano, os ucranianos representavam quase 10 % dos estrangeiros a viver em Portugal. Os anos de 2002 e 2004 são aqueles que apresentam uma maior percentagem de ucranianos.

Quadro Nº1
Evolução dos Ucranianos, em termos absolutos e % em relação ao total de estrangeiros, em Portugal

Anos	Absoluto	%
2002	63045	14,9
2004	66981	14,3
2006	42765	9,8
2008	52553	11,9

Fontes: SEF, INE e Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas.

Ao observarmos o quadro nº 2, constata-se que o número de moldavos, em termos absolutos e ao contrário dos ucranianos, registou sempre um crescimento nos anos em análise. No que diz respeito ao total de estrangeiros, o peso dos moldavos não teve alterações nos anos de 2002 e 2004 e aumentou nos dois anos seguintes. Em 2008, os moldavos eram menos de metade dos ucranianos a residir em Portugal e representavam 4,8 % dos estrangeiros a viver no país.

Quadro Nº2
Evolução dos Moldavos, em termos absolutos e % em relação ao total de estrangeiros, em Portugal

Anos	Absoluto	%
2002	13123	3,1
2004	14764	3,1
2006	15991	3,7
2008	21353	4,8

Fontes: SEF, INE e Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas.

O quadro nº 3 refere-se ao número de ucranianos e à sua evolução no período 2006-2008, por distritos. Relativamente às unidades territoriais apresentadas destacam-se principalmente Faro e Lisboa, embora se constate que há vários distritos com uma comunidade ucraniana relevante, como são os casos de Santarém, Leiria, Porto e Setúbal. Os distritos de Faro e Lisboa, com valores quase idênticos, representavam cerca de 40 % dos ucranianos em Portugal, em 2008. Pelo contrário, os distritos de Bragança, Portalegre, Vila Real, Viana de Castelo e os Açores são os que apresentam menor número de ucranianos residentes (apenas algumas centenas). Em 2006, Faro, Lisboa e Leiria tinham maior peso relativo no total de ucranianos em Portugal. Só estes três distritos representavam cerca de 49 % do total. Em 2007, a situação é semelhante, embora Faro tenha crescido e Lisboa tenha perdido 1 % em relação ao ano anterior. Em 2008, Santarém ganha maior peso e juntamente com Faro e Lisboa é o distrito com maior percentagem de ucranianos. Emergem assim 3 áreas de maior fixação desta população:

- O distrito de Lisboa, de algum modo complementado por Setúbal e por Santarém (prolongamento para Norte);
- O distrito de Leiria que parece continuar o eixo de fixação que se desenvolve de Lisboa para Norte, na área do distrito de Santarém;
- O Algarve.

Quadro Nº 3
Evolução do número de ucranianos com autorização de residência, por distrito no período 2006-2008

	2006	%	2007	%	2008	%
Aveiro	3148	7,6	3205	8,1	3147	6,0
Beja	624	1,5	639	1,6	676	1,3
Braga	1276	3,1	1329	3,4	1951	3,7
Bragança	191	0,5	197	0,5	201	0,4
Castelo Branco	629	1,5	662	1,7	606	1,2
Coimbra	1206	2,9	1247	3,2	1540	2,9
Évora	823	2,0	765	1,9	778	1,5
Faro	8132	19,6	8825	22,4	10558	20,1
Guarda	412	1,0	448	1,1	463	0,9
Leiria	4499	10,8	4321	10,9	5340	10,2
Lisboa	7654	18,4	6857	17,4	11061	21,1
Portalegre	302	0,7	234	0,6	301	0,6
Porto	3711	8,9	3708	9,4	3854	7,3
Santarém	3586	8,6	2349	5,9	6125	11,7
Setúbal	2332	5,6	1845	4,7	3249	6,2
Viana do Castelo	357	0,9	309	0,8	395	0,8
Vila Real	396	1,0	383	1,0	344	0,7
Viseu	810	2,0	818	2,1	873	1,7
Açores	389	0,9	389	1,0	296	0,6
Madeira	1053	2,5	950	2,4	736	1,4
Total	41530	100	39480	100	52494	100

Fonte: SEF

O quadro nº 4 refere-se ao número de moldavos e à sua evolução no período 2006-2008, por distritos. Relativamente às unidades territoriais apresentadas destacam-se, principalmente, Faro, Lisboa, Setúbal e Santarém por terem um número mais elevado de imigrantes moldavos. Qualquer destes distritos tem mais de um milhar de imigrantes desta nacionalidade. Os moldavos localizam-se preferencialmente no Algarve e só depois surge a área de Lisboa. Realça-se o facto de Faro representar quase 1/3 dos moldavos a viver em Portugal, em 2008. Pelo contrário, os distritos de Vila Real, Viana do Castelo, Guarda, Castelo Branco e Açores são os que apresentam menor número de moldavos residentes, com apenas algumas dezenas. Verifica-se que houve um ligeiro decréscimo do número de moldavos, com autorização de residência, entre 2006 e 2007. Em 2008, a situação alterou-se e ocorreu novamente um aumento. Nesse ano, existiam pouco mais de 21000 moldavos a viver em Portugal. Em termos relativos, em 2006, Faro e Lisboa representavam mais de 50 % dos moldavos a viver no país. Em 2007, Faro ganha maior importância relativa, concentrando cerca de 38 % dos moldavos do país nesse ano. Em 2008, o peso dos moldavos em Santarém torna-se mais relevante, tal como aconteceu com os ucranianos. No entanto, Faro e Lisboa continuam a ser os distritos com maior percentagem de moldavos.

Em síntese, no caso dos Moldavos, destacamos como principais áreas de fixação:

- A AML (distritos de Lisboa e Setúbal) e o seu prolongamento para Norte (distrito de Santarém);
- O Algarve, que emerge como o principal espaço de fixação.

Quadro Nº 4
Evolução do número de moldavos com autorização de residência por distrito, no período 2006-2008

	2006	%	2007	%	2008	%
Aveiro	413	2,9	473	3,4	479	2,3
Beja	203	1,4	220	1,6	308	1,5
Braga	120	0,8	104	0,7	186	0,9
Bragança	92	0,6	104	0,7	110	0,5
Castelo Branco	49	0,3	44	0,3	66	0,3
Coimbra	177	1,2	190	1,4	236	1,1
Évora	300	2,1	291	2,1	358	1,7
Faro	4401	30,5	5319	37,8	6681	31,6
Guarda	48	0,3	48	0,3	54	0,3
Leiria	669	4,6	682	4,9	767	3,6
Lisboa	3379	23,4	2996	21,3	4962	23,5
Portalegre	229	1,6	217	1,5	349	1,7
Porto	479	3,3	474	3,4	578	2,7
Santarém	1218	8,4	650	4,6	2519	11,9
Setúbal	2017	14,0	1649	11,7	2991	14,1
Viana do Castelo	68	0,5	55	0,4	63	0,3
Vila Real	27	0,2	20	0,1	23	0,1
Viseu	159	1,1	163	1,2	174	0,8
Açores	91	0,6	88	0,6	43	0,2
Madeira	279	1,9	266	1,9	200	0,9
Total	14418	100	14053	100	21147	100

Fonte: SEF

Em termos de qualificações, constata-se que os imigrantes de Leste possuem, de uma forma geral, um grau de escolarização mais elevado comparativamente à média dos outros estrangeiros e também dos próprios nacionais (sobretudo população mais idosa). Perista (2004:79) realça o facto da população com mais idade, da Europa de Leste, que reside em Portugal, ter mais escolaridade do que a portuguesa. Isso acontece, porque no caso dos mais velhos ocorre uma maior selecção daqueles que emigram, havendo a tendência em sair os mais escolarizados, enquanto nos jovens há uma maior generalização da decisão de migrar. Por outro lado, os regimes comunistas anteriores à queda do muro generalizaram, com eficácia, as formações escolares médias e técnicas, facilitando também o acesso às próprias universidades e politécnicos, o que contribuiu para aumentar, em termos estruturais, os níveis de escolaridade médios destas populações. Contudo, esta situação não apresenta correspondência ao nível dos sectores de actividade onde se inserem em Portugal, visto que a grande maioria trabalha em profissões que necessitam de pouca qualificação, como são os casos da construção civil, agricultura, serviços domésticos e indústria. Velez de Castro (2008:158) refere que “pelo facto dos Europeus de Leste serem um grupo recente, pode ainda não ter despertado a consciência dos empregadores, dos imigrantes empregados e do próprio Estado, para a atribuição de equivalências e posterior abertura a outros segmentos do mercado de trabalho. Deve-se ter em atenção, também, que as funções que cada grupo ocupa neste mesmo mercado estarão condicionadas pela conjuntura económica actual e pela capacidade de imposição/competitividade de cada grupo”.

Por outro lado, observa-se, também, um modo diferente de organização na sociedade em que se inserem, visto que o processo migratório dos africanos é apoiado em estratégias de organização em redes sociais de familiares e amigos, enquanto os de Leste Europeu organizam-se através de sistemas de redes profissionais, por vezes ilegais, e de recrutamento de tráfico de mão-de-obra. Apenas recentemente, com a forte redução da capacidade atractiva do mercado de trabalho nacional e o aumento do desemprego destes imigrantes, se tem assistido a uma nova lógica migratória que parece apoiar-se mais no quadro das relações familiares, com destaque para o reagrupamento familiar, como vimos a propósito do acréscimo de ucranianos e moldavos registado de 2007 para 2008.

O perfil etário deste tipo de imigrante situa-se, normalmente, entre os 30 e 50 anos. Verifica-se que a procura de emprego e o enriquecimento económico são as principais motivações da emigração desta população para o nosso país. Numa primeira fase, foi sobretudo de carácter individual e masculina pois a reunificação familiar só agora parece começar a intensificar-se, uma vez que este tipo de imigração é ainda muito recente em Portugal. Porém, há uma tendência para a consolidação dos processos de reunificação familiar, sobretudo nos casos em que a situação do imigrante é mais estável, o que

favorece a vinda do resto da família. Note-se que este processo, no seu conjunto, acaba por favorecer a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.

3.2.2. Características dos Ucrânianos e Moldavos

Os ucranianos presentes em Portugal, e mais concretamente na AML, são predominantemente homens que emigraram sozinhos e com objectivos claramente económicos que são acentuados pelo facto de ter havido uma desestruturação económica no país de origem, resultante do desmantelamento do bloco soviético. Pelo facto de ser na sua maioria uma imigração individual, há um natural afastamento espacial e social face ao resto da família. No entanto, há uma preocupação em gerir de forma disciplinada e rigorosa o orçamento pessoal, através do envio de remessas para o seu país de origem, pelo menos uma vez por mês (Mendes, 2009). Com o prolongar da sua estadia no país, há uma tendência para a reunificação familiar que, como vimos, se tornou mais significativa nos últimos dois ou três anos.

De acordo com Mendes (2009: 202-203), existem três causas principais subjacentes à saída destes imigrantes do seu país e que “estão associadas normalmente a um quadro de carências materiais e de falta de perspectivas face ao futuro, nomeadamente os baixos salários auferidos no país de origem ou ao facto de estarem desempregados; à necessidade de ajudar os filhos, assegurando-lhes uma educação superior e de qualidade e ao contexto social, económico e político que lhes é desfavorável, visto que mesmo aqueles que trabalhavam no território de origem, o pouco que ganhavam só permitia cobrir as despesas com a alimentação.”

Em relação aos moldavos verifica-se que estes apresentam características semelhantes às dos ucranianos. O seu pico de entrada no país também se situa em torno de 2000 e também surgiu de uma forma inesperada e intensa, visto que num período muito curto (2 ou 3 anos), o número de moldavos cresceu muito significativamente. No que diz respeito ao seu perfil demográfico constata-se que estão, essencialmente, em idade activa e o sexo masculino é muito mais numeroso que o feminino (Perista, 2004; dados do SEF dos últimos anos)

As razões laborais e económicas são as principais determinantes da sua necessidade de emigrar, visto que, tal como noutros países de Leste, a situação socioeconómica do país de origem se degradou muito com o fim da União Soviética. Verifica-se que num momento inicial é o homem que emigra primeiro e com o passar do tempo, através da reunificação familiar, a mulher e os filhos também vêm para Portugal. Em termos de qualificações, observa-se que muitos destes imigrantes possuem um nível elevado ou médio. No entanto,

em termos profissionais não há correspondência visto que se inserem em sectores que exigem pouca qualificação. Em termos da língua, constata-se que há alguma semelhança com a portuguesa na medida em que, também, é de origem latina, tendo portanto uma base comum. Deste modo, a aprendizagem do português torna-se mais fácil, comparativamente a outras nacionalidades do Leste da Europa que têm línguas muito diferentes da nossa e, em alguns casos, com um alfabeto distinto (cirílico). Um aspecto que se deve destacar é a sua maior distribuição geográfica pelo país. Embora a região de Lisboa continue a ter grande relevo, outras regiões como o Algarve e o interior do país apresentam uma presença significativa de moldavos.

3.3. Integração Económica

3.3.1. Inserção no mercado de trabalho

A importância dos imigrantes no mercado de trabalho português aumentou significativamente entre finais dos anos 90 do século passado e os primeiros anos do presente decénio, sendo este o período em que se iniciou a vaga de imigração da Europa de Leste para Portugal. Normalmente, estes imigrantes ainda exercem trabalhos que necessitam de qualificações profissionais inferiores às que eles possuem, na medida em que exercem a sua actividade principalmente na construção civil (homens) e nos serviços de limpeza doméstica e industrial (mulheres), a que se podem acrescentar a agricultura e certas actividades industriais como a extractiva e a transformadora. O sector de limpeza doméstica foi aquele que revelou um crescimento de emprego mais elevado entre a população activa estrangeira nos últimos anos, devido à presença de mulheres do Leste Europeu a desempenharem este tipo de actividade. Verifica-se que a falta do domínio da língua portuguesa, por parte destes imigrantes, surge como uma barreira para a sua presença no sector dos serviços, o que seria mais adequado às suas qualificações. O quadro apresentado em seguida, quadro nº 5, diz respeito à distribuição dos ucranianos e moldavos por sectores de actividade no país em 2001. É de destacar que a Construção e a Indústria Manufactureira são os dois sectores com maior número de ucranianos e representavam cerca de 65 % do total. Havia também uma presença significativa nos Serviços, no Comércio, na Restauração e Hotelaria e na Agricultura. A situação dos moldavos era semelhante visto que, também, a Construção e a Indústria Manufactureira ocupavam os lugares cimeiros. No entanto, o sector dos Serviços apresenta maior importância relativa, pois o número de moldavos era quase igual neste sector comparativamente à Indústria Manufactureira. A Restauração e Hotelaria, o Comércio e a

Agricultura também tinham algum peso para os moldavos tal como acontecia com os ucranianos.

Quadro Nº 5
Distribuição dos ucranianos e moldavos no país,
por sectores de actividades, em 2001

Sectores de Actividade	Ucranianos	Moldavos
Agricultura e Pescas	2727	485
Indústrias Extractivas	788	51
Indústria Manufactureira	12319	1276
Água, Gás e Electricidade	24	5
Construção	21001	5195
Comércio	3575	558
Restauração e Hotelaria	3047	578
Transporte e Comunicação	747	231
Serviços	6670	1228
Total	50898	9607

Fonte: Fonseca et al, 2002

Actualmente, as sociedades desenvolvidas apresentam uma dualidade em termos de mercado de trabalho. O segmento primário é caracterizado pela segurança da carreira, por melhores condições de trabalho, por se praticarem melhores salários, por haver maiores perspectivas de progressão na carreira, por englobar empregos mais qualificados e se basear em procedimentos sociais regulados pelo Estado. O segmento secundário é caracterizado por baixos salários, alta rotatividade de trabalhadores, possibilidades reduzidas de promoção e insegurança no emprego. Este segmento associa-se, frequentemente, aos trabalhadores imigrantes. Valente Rosa (2005) abordou este tema e realçou que existe um primeiro segmento designado de mercado “primário” e um segundo designado de mercado “secundário” que é caracterizado por trabalho precário ou pouco qualificado, baixos salários e fracas perspectivas de carreira, no qual os imigrantes de Leste se inserem.

Esta divisão no mercado de trabalho origina diferentes perspectivas de vida para os imigrantes, na medida em que as condições oferecidas nos dois segmentos são completamente distintas. O segmento “primário” seria aquele que melhor se adequaria aos imigrantes de Leste devido ao facto de possuírem um grau de qualificação elevado. O segmento “secundário” é um tipo de segmento que não proporciona uma boa progressão na carreira profissional para quem apresenta um nível de formação acima da média, como é o caso destes imigrantes.

Realça-se o facto de a maioria dos estudos sobre os imigrantes e o mercado de trabalho em Portugal se debruçarem sobre os modos informais de inserção, visto que este é o meio mais frequentemente utilizado pelos imigrantes na obtenção de emprego, pelo menos numa fase mais inicial. O estudo da inserção laboral e da mobilidade profissional dos imigrantes qualificados é um aspecto, muitas vezes, pouco abordado e analisado. Segundo Góis e Marques (2007:29), “os fluxos de imigrantes que se dirigiram para os segmentos qualificados do mercado de trabalho, tem sido uma realidade pouco conhecida, apesar de se reconhecer que, sobretudo a partir da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986, se tem registado um aumento significativo deste tipo de imigrantes.”

A sua inserção no mercado de trabalho da sociedade de acolhimento é um aspecto fundamental para se compreender de que forma é que estes estão integrados no novo país que escolheram para viver. Sem um emprego, a integração do imigrante fica mais dificultada, pois o objectivo que o levou a migrar é de cariz económico, situação comum à grande maioria dos imigrantes. Existem dois modos diferentes de se obter um emprego: um modo informal que se relaciona com as redes de amigos e familiares do imigrante e um outro modo formal que se realiza através de outro tipo de contactos (resposta a anúncios, concursos, recrutamento através de empresas de colocação de mão-de-obra) que não está associado à rede relacional que envolve pessoas, normalmente conhecidas e da mesma

nacionalidade. Este último modo é mais característico numa fase mais avançada do processo migratório, visto que o imigrante já tem mais conhecimentos, tanto a nível de pessoas como de informações. Tem, também, maior facilidade em comunicar na língua do país, o que proporciona a obtenção de um emprego, de outra forma que não através dos familiares e amigos da mesma etnia. Há assim uma maior independência do imigrante para encontrar emprego. Deve-se referir que ele não deixa de recorrer totalmente a esta modalidade informal, ela apenas se torna menos frequente com o passar do tempo. Efectivamente, quando está no início da sua experiência migratória não sabe como é que a sociedade de acolhimento funciona; as suas competências linguísticas são claramente insuficientes, caso seja proveniente de países em que o português não é a língua oficial como acontece com os imigrantes de Leste. Adicionalmente, não têm conhecimento do modo de aceder às modalidades formais de se obter emprego, como são os casos dos centros de emprego, os concursos públicos e as respostas a anúncios.

Este facto foi confirmado após a realização de um inquérito aos imigrantes de Leste em 2004, pelo CES, em que se verificou que os ucranianos e os moldavos para a obtenção do primeiro emprego se apoiam maioritariamente nas redes sociais informais constituídas por membros da mesma comunidade, assim como nas designadas “agências de viagens “. Nesta fase, o contacto com portugueses é reduzido. Mais tarde, a procura de emprego efectua-se mais frequentemente através de amigos e/ou conhecidos portugueses, o que pode ser indicativo de uma crescente integração na sociedade portuguesa e da diminuição da relevância da comunidade imigrante para veicular informações e contactos necessários à sua integração no mercado de trabalho (Baganha et al, 2006).

Com o prolongar do tempo de permanência no país, maior é o seu domínio da língua portuguesa e menor é a sua dependência das redes de sociabilidade endógenas à própria comunidade. Desta forma, conseguem aceder a oportunidades do mercado de trabalho e a informações mais alargadas e diversas sobre as condições laborais. O supracitado inquérito apresentava também a distribuição sectorial dos ucranianos e moldavos em Portugal, no momento do primeiro emprego e do emprego actual. Baganha et al (2006:290) destacam que “houve um grande decréscimo nas duas nacionalidades em relação ao sector da construção civil, devido ao facto deste sector ter uma maior incidência de desemprego nos migrantes. Cerca de 53 % dos migrantes que se encontravam desempregados no momento do inquérito exerceram a sua primeira profissão em Portugal no sector da construção civil.” Como este sector se caracteriza por ser algo inconstante e por apresentar flutuações relevantes em termos de dinâmica, uma vez que está bastante dependente da concretização de determinados projectos de obras públicas e das capacidades de consumo dos cidadãos (relativamente à aquisição de alojamento, por exemplo), pode gerar grande volume de desempregados em determinadas alturas. Quando

estes imigrantes chegaram ao nosso país, o sector da construção estava muito activo devido às obras para o campeonato da Europa em 2004, à construção da barragem do Alqueva e a outros projectos em curso no país. A mão-de-obra nacional existente era insuficiente e por isso foi necessário recorrer aos estrangeiros, como os do Leste Europeu, para efectuar essas actividades.

De acordo com um estudo realizado em 2002 sobre a imigração de Leste em Portugal, constatou-se que 96% dos inquiridos indicaram ter entrado no nosso país com vistos de curta duração, muitos deles obtidos nas embaixadas alemãs dos países de origem. Deve-se referir que a maioria estava empregada nos seus países de origem e desempenhavam actividades muito mais qualificadas do que aquelas que têm em Portugal. Em termos salariais, o que ganham em Portugal é muito superior ao que ganhavam nos seus países. Desta forma, os seus rendimentos são muito mais elevados e a sua situação económica melhorou muito com a emigração para um país que, pelo menos conjunturalmente, apresentava níveis de crescimento económico e melhor nível de vida. No entanto, a crise económica a que se assiste em Portugal desde 2003/2004 conduziu a um forte incremento nos níveis de desemprego dos imigrantes da Europa de Leste (por exemplo, os Centros de Emprego do IEFP registavam 1659 ucranianos e 319 moldavos desempregados em 2002, enquanto em 2008 estes valores já atingiam 3804 e 1068, respectivamente) e numa atenuação dos fluxos migratórios oriundos destes países, com destaque para a Ucrânia.

Relativamente ao recrutamento de mão-de-obra estrangeira legalmente autorizada a trabalhar em Portugal, o Conselho de Ministros passou a elaborar um relatório, mediante o parecer do IEFP, no qual se faz a previsão anual das oportunidades de trabalho existentes e dos sectores de actividade onde se verificam, tal como prevê o Decreto-Lei nº51/2004, de 13 de Abril.

Apesar do crescimento progressivo do desemprego, Baganha et al (2006:291) salientavam a existência, pelo menos até 2005, de uma evolução positiva da integração dos ucranianos e moldavos no mercado de trabalho nacional, uma vez que se verificava uma maior estabilidade contratual, uma melhoria das condições de trabalho e o aumento dos salários médios auferidos, isto apesar de se saber que estes normalmente estão inseridos em actividades que não correspondem às suas qualificações, nem à sua experiência profissional no país de origem.

O facto desta população apresentar níveis de qualificação mais elevados do que a população nacional e, em muitos casos, do que os outros estrangeiros facilita a sua progressão e mobilidade no mercado de trabalho português. No entanto, é importante referir que o reconhecimento de diplomas pode ser essencial para que essas qualificações sejam válidas e úteis. Em determinadas profissões, com destaque para as que são reguladas por ordens, a formação adquirida no país de origem tem de ser reconhecida,

seja por via da equivalência de diplomas, seja através de formação complementar ou específica no país de destino. Para contrariar este problema, “o Governo português criou um conjunto de iniciativas, destinadas a minimizar o desperdício de determinadas qualificações, em cooperação com algumas organizações não governamentais, nomeadamente, qualificações para as quais existia uma procura crónica no mercado de trabalho nacional ou uma deficiente distribuição regional dos recursos existentes, nomeadamente no sector da saúde, nas profissões médicas e de enfermagem” (Góis e Marques, 2007:81).

Relativamente aos modos de incorporação laboral deste tipo de imigrantes, Pereira (2009:127) refere que a construção, limpezas, trabalho doméstico, agricultura e indústria (transformadora e extractiva) são as suas principais actividades. Em termos das características da relação laboral verifica-se que os vínculos são precários e temporários, o trabalho é informal, a maioria dos salários situam-se entre 300 e 600 euros e há uma sobrequalificação para as funções desempenhadas. De acordo com a mesma autora (2009:223), os imigrantes de Leste revelam uma grande empregabilidade pois apresentam determinadas características que favorecem o seu recrutamento por parte dos empregadores. A primeira relaciona-se com as competências no trabalho (capacidade de aprendizagem e de execução, capacidade de trabalho, autonomia e fiabilidade). A segunda diz respeito à aceitação de níveis salariais mais baixos e/ou situações laborais mais precárias. Por fim, têm uma maior disponibilidade para aceitar horários prolongados ou situados fora dos períodos laborais comuns.

Um outro aspecto que proporcionou a sua maior facilidade de inserção no mercado de trabalho, nomeadamente no sector da construção, está relacionado com a sua capacidade de iniciativa na procura de emprego, visto que eles, frequentemente, apareciam nas obras a pedir trabalho e como o sector da construção estava em fase de crescimento e havia necessidade de mão-de-obra, muitos conseguiram obter emprego nesta actividade. Este facto aliado aos três acima referidos faz com que os imigrantes do Leste da Europa apresentem bons níveis de empregabilidade e tenham uma presença muito significativa no sector da construção civil e obras públicas.

Num estudo efectuado por Perista (2004:130) refere-se que cerca de 2/3 dos inquiridos que se encontram a trabalhar afirmam estar satisfeitos com o seu emprego/trabalho. Esta situação deve-se não só ao facto de ganharem bem (21 % destes inquiridos) mas também por gostarem do trabalho que estão a desempenhar (36 %). Isto contraria a ideia de que há uma desadequação entre as habilitações e o trabalho desenvolvido por estes indivíduos. Deve-se salientar, contudo, que essa desadequação é o principal factor para aqueles que não estão satisfeitos com o trabalho que têm. Para além disso, afirmam que o baixo salário e o facto de terem trabalhos fatigantes contribuem, também, para a insatisfação.

Relativamente às redes sociais, constatou-se que estas eram, essencialmente, “agências de turismo” que acompanharam todo o processo migratório desde o país de origem até ao país de destino. Estas agências facultavam pacotes que englobavam:

- Vistos de turismo para qualquer mercado de trabalho no espaço Schengen;
- Disponibilização do meio de transporte (normalmente o autocarro);
- Contactos privilegiados no país de acolhimento.

Segundo um estudo realizado junto dos imigrantes ucranianos (Matias, CIES/ ISCTE, 2004), que pretendia identificar as trajectórias migratórias destes e as modalidades de inserção no mercado de trabalho nacional, verificou-se que estes perspectivam a sua presença como temporária, mas com um forte potencial de estabilização no nosso país. Concluiu-se, também, que as redes sociais implicadas na definição das suas estratégias migratórias são caracterizadas pela sua baixa densidade e têm, de uma maneira geral, objectivos de natureza utilitária. Observou-se que se inserem essencialmente nos sectores da construção civil, dos serviços e indústria, em profissões pouco ou nada qualificadas ou em profissões operárias qualificadas e que, deste modo, se encontravam num processo de desqualificação profissional iniciado no país de origem e acentuado com a entrada em Portugal. (Matias, 2004). Estes imigrantes, à data do estudo, perspectivam a sua estadia em Portugal como temporária devido a diversos factores desfavoráveis à sua integração na nossa sociedade. Por se tratar de uma experiência migratória ainda recente, há uma dificuldade em elaborar planos a longo prazo, sobretudo atendendo ao facto dos ucranianos não terem nenhuma ligação com o nosso país e possuírem características culturais diferentes, nomeadamente em termos linguísticos. A progressiva consolidação da presença destes imigrantes ao longo da presente década, facilitada por modificações institucionais como os processos de regularização de 2001 e 2004, a introdução de um mecanismo de reagrupamento familiar um pouco mais generoso, a transição das autorizações de permanência para autorizações de residência e as próprias alterações introduzidas na Lei da Nacionalidade em 2006, têm contribuído para tornar mais reais as suas perspectivas de se estabelecerem em Portugal.

Por último, é importante relembrar que a comunidade ucraniana apresenta, nos anos mais recentes, um decréscimo no nosso país e isso deve-se, essencialmente, às seguintes razões (Pereira, 2009:118-119):

1. Evoluções desfavoráveis no sector da construção civil e obras públicas;
2. Cumprimento dos objectivos migratórios, largamente de curto prazo;
3. Reconhecimento de melhores oportunidades laborais noutros países europeus.

O quadro seguinte, quadro nº6, sintetiza alguns aspectos que caracterizam a inserção no mercado de trabalho dos ucranianos e moldavos. As principais actividades onde estão inseridos são a Construção Civil, o Serviço Doméstico, a Agricultura e a Indústria. Existe um conjunto de características laborais que são comuns a todos estes sectores que devem ser referenciadas. Uma delas diz respeito ao subaproveitamento das qualificações possuídas por uma parte significativa dos ucranianos e moldavos que vivem em Portugal. Verifica-se, também, que os salários são superiores no nosso país em relação aos que tinham nos seus países de origem. De uma maneira geral, estes imigrantes têm uma grande mobilidade profissional que se relaciona com o tipo de contratos que possuem visto que são, frequentemente, temporários e precários.

Quadro Nº 6
Inserção no Mercado de Trabalho – Ucranianos e Moldavos
(Síntese dos elementos básicos)

Principais Actividades	Características Laborais Gerais
<p>Construção Civil (H; +)</p> <p>Serviço Doméstico (M; +)</p> <p>Agricultura</p> <p>Indústria</p>	<p>Subaproveitamento das qualificações possuídas</p> <p>Salários superiores em Portugal comparativamente ao que tinham nos seus países</p> <p>Grande mobilidade profissional</p> <p>Contratos de trabalho temporários e precários</p>

Fonte: Autoria Própria

3.3.2. Qualificações

O nível de qualificações dos imigrantes é um aspecto importante que influencia a inserção destes no mercado de trabalho do país de destino. Relativamente à formação e qualificação dos ucranianos é de realçar que a maioria possui diplomas de ensino médio e superior. No entanto, mais de metade desempenha actividades profissionais que não têm ligação com o nível de capital escolar que possuem. Góis e Marques (2007:113-114)

referem que a generalidade destes imigrantes apresenta um desfasamento significativo entre a sua qualificação e a profissão exercida em Portugal. Há, assim, um processo de desqualificação pelo facto dos profissionais qualificados ou altamente qualificados se inserirem em profissões nas quais essas qualificações não são necessárias. Este facto origina uma progressiva desactualização dos conhecimentos adquiridos no país de origem e a subsequente resignação ao tipo de emprego que obtiveram em Portugal ¹, o que os prejudica numa possível progressão na carreira profissional. Em termos pessoais, esta situação não é agradável para eles, visto que muitas das expectativas e dos objectivos que tinham com a experiência migratória saem frustrados e, desse modo, há uma certa insatisfação com a sua situação em Portugal. Contudo, destaca-se que este panorama tem-se alterado progressivamente, uma vez que se tem verificado uma mudança nos percursos profissionais que apontam para formas de incorporação em segmentos mais qualificados, como por exemplo quadros técnicos, intelectuais e científicos, empregados de administração, comércio e serviços. ²

De acordo com Rocha-Trindade (2004:177), “é de prever que quando possuidores de um adequado domínio da nossa língua e tenham feito prova de capacidades de desempenho em trabalhos de natureza mais qualificada ou especializada, os imigrantes de Leste venham progressivamente a ter acesso a esse tipo de empregos.”

Esta situação seria a mais desejável para os próprios imigrantes que veriam, assim, reconhecidas e aproveitadas as suas capacidades e conhecimentos, o que iria permitir uma melhoria importante do seu nível de vida. Para Portugal, devido ao facto deste tipo de imigrantes apresentar maior nível de qualificação do que muitos nacionais e outros estrangeiros residentes no nosso país e estarem a trabalhar em actividades que necessitam de poucas qualificações, há um grande desaproveitamento daquilo que estes podem dar ao país. O seu contributo para o progresso e riqueza de Portugal seria mais efectivo se desempenhassem actividades coerentes com os seus conhecimentos e com a sua formação académica.

Relativamente à oferta profissional existente em Portugal verifica-se que a grande maioria corresponde a empregos pouco qualificados que, frequentemente, são procurados pelos imigrantes. Nesse sentido, há um grande desequilíbrio entre a oferta e a procura ao nível das qualificações. Este aspecto é notório quando se observam os dados publicados pela Direcção Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (2004) referentes ao número de empregos vagos em Portugal, no momento do inquérito aos imigrantes da Europa de Leste, nesse mesmo ano. Deste modo, dos 15700 empregos vagos em Junho de 2004,

1 Este aspecto pode explicar os níveis de satisfação mencionados no estudo de Perista (2004), que foi referido atrás.

2 Também este aspecto pode explicar os níveis de satisfação detectados no estudo de Perista (2004).

63,9 % referiam-se a operadores de instalações de máquinas, trabalhadores da montagem e a trabalhadores não qualificados. Para quadros superiores e especialistas das profissões intelectuais e científicas não existiam empregos vagos (Marques e Góis, 2007).

Valente Rosa (2005:5) refere que “a imigração laboral deveria combinar-se com uma elevada taxa de retorno educativo (proveitos do exercício de uma actividade profissional adequada às qualificações escolares), nomeadamente em países como Portugal que apresenta uma relativa descompensação educacional.” De facto, Portugal apresenta níveis de escolaridade mais baixos do que a média europeia. O recrutamento de estrangeiros com mais qualificação seria uma solução inteligente para contrariar essa situação desvantajosa, visto que se obteria uma considerável melhoria da qualificação da população, sem ter custos na sua formação, pois é proveniente do exterior. No entanto, este facto só se torna realmente importante e efectivo caso haja uma adequação entre as qualificações e os sectores de actividade desses imigrantes.

Este desfasamento entre as qualificações e o sector onde estão empregados resulta das dificuldades inerentes ao reconhecimento em Portugal dos diplomas académicos ou dos conhecimentos adquiridos nos seus países e também a um possível desfasamento entre aqueles diplomas e os conhecimentos ou as necessidades especializadas do mercado de trabalho português (Góis e Marques, 2007).

Xavier de Carvalho (2004:22-23) aborda a questão das qualificações dos imigrantes de Leste do ponto de vista da concorrência que estes iriam originar à população nacional mais qualificada e com problemas de integração no mercado laboral, nomeadamente os recém-licenciados, caso se optasse pela adopção massiva de processos de reconhecimento de qualificações dos imigrantes. A população com elevadas competências tornar-se-ia muito vasta para a oferta disponível nesse segmento e prejudicaria a inserção profissional da população jovem nacional com o ensino superior.

Apesar de se reconhecer que apresentam um nível de qualificações elevado, é importante distinguir que há diferenças dentro deste grupo de imigrantes. Segundo um inquérito realizado em 2004 pelo CES da Universidade de Coimbra, os imigrantes moldavos afirmaram, em maior proporção, serem detentores de um diploma profissional e os ucranianos apresentaram, em comparação com as restantes nacionalidades, uma maior percentagem de diplomados por institutos politécnicos. É de referir que 39,7 % dos moldavos e 26,6 % dos ucranianos têm uma formação profissional, 21,3 % dos ucranianos e 17,4 % dos moldavos têm um diploma de uma instituição politécnica e 34,8 % dos moldavos e 26,6 % dos ucranianos têm uma licenciatura. Observa-se, também, que apenas 11,1 % dos inquiridos exerciam, no momento do inquérito, uma profissão intelectual ou científica, enquanto 35,8 % exerciam uma actividade não qualificada (Góis e Marques, 2007:76 e 77).

O inquérito referido salienta o facto de que há um processo de desqualificação profissional dos imigrantes mais qualificados visto que não conseguiram, em muitos dos casos, transferir os conhecimentos adquiridos no seu país de origem para o mercado laboral português. No entanto, deve-se reconhecer que apesar do nível de escolaridade destes imigrantes ser elevado, nem todos possuem um curso superior, havendo, porém, uma boa parte deste grupo com um nível técnico/profissional que lhes permite desempenhar certas actividades nas quais Portugal ainda tem algumas deficiências, visto que existem poucas pessoas qualificadas para essas profissões.

A partir dos anos 90, surgiu um novo tipo de fluxo migratório composto por indivíduos altamente qualificados. Eram cientistas ou académicos do Leste da Europa que integraram universidades e centros de investigação avançada, em regime de complementaridade com os especialistas nacionais. Muitos deles constituíram o primeiro grupo proveniente do Leste da Europa com destino a Portugal. De uma forma geral, foi a partir deles que o nosso país começou a receber imigrantes daquela região da Europa (Marques e Góis, 2008).

Perante o quadro de inserção profissional relativamente dicotómico dos imigrantes de Leste, em que a uma minoria de qualificados a exercerem funções especializadas se junta uma maioria de qualificados a exercerem funções indiferenciadas, Marques e Góis (2008) resolveram propor as seguintes designações para estes grupos: o primeiro são os “imigrantes altamente qualificados funcionalmente legitimados” e o segundo os “imigrantes altamente qualificados funcionalmente ilegítimos”. A grande diferença destes dois grupos refere-se ao tipo de inserção laboral dos imigrantes. No primeiro caso, o indivíduo insere-se nos sectores mais qualificados do mercado de trabalho (segmento primário) e, por isso, as suas qualificações são bem aproveitadas. No segundo caso, que é típico dos imigrantes de Leste, há uma inserção no segmento secundário que se caracteriza por englobar trabalhos pouco ou nada qualificados e as condições de trabalho são mais precárias.

Marques e Góis (2008:90) referem ainda que a capacidade dos imigrantes qualificados participarem nos diferentes sistemas funcionais da sociedade portuguesa e, em particular, no seu mercado de trabalho, se encontra condicionada pelo Estado, pela sociedade e pelo mercado laboral, ou seja, pelo sistema político, social e económico. Determinados grupos de imigrantes são marcados por condicionalismos mais fortes, visto que ocupam, frequentemente, posições no mercado de trabalho secundário. Deste modo, apresentam uma desvantagem e uma limitação das suas oportunidades, o que se traduz num processo de desigualdade dentro do grupo de imigrantes qualificados existentes em Portugal.

3.3.3. Presença na Economia Informal

Os imigrantes são um grupo da população que se associa, frequentemente, ao sector da economia informal. Esta constitui uma vertente importante da inserção laboral da população estrangeira. Alguns sectores de actividade são particularmente vulneráveis a esta situação, principalmente os da construção e do serviço doméstico (Fonseca, 2005). Deste modo, é natural que a população imigrante esteja muito exposta a este tipo de condições e que seja mais facilmente explorada em termos laborais.

Carneiro (2007:13) refere que “de uma forma geral, a noção de economia informal tem associada a si os conceitos de “mercado informal”, “trabalho informal”, “emprego informal”, “trabalho não declarado” ou “emprego subterrâneo” e, em qualquer dos casos, tem subjacente a fuga à fiscalidade, às obrigações da Segurança Social e à diversa regulamentação laboral.” A economia informal pode ser definida por um conjunto de actividades económicas nas quais os trabalhadores não estão abrangidos pela legislação, ou seja, pelos dispositivos formais. Também pode ser designada por economia paralela, visto que não cumpre as obrigações fiscais e corresponde a actividades não registadas e não reconhecidas pela contabilidade nacional. Por exemplo, qualquer imigrante que não tenha a sua regularização efectuada e esteja a trabalhar encontra-se numa situação de economia informal. Por outro lado, o imigrante pode estar regular mas se não declarar nada em termos fiscais e de segurança social, encontra-se também na mesma situação de informalidade.

A situação de ilegalidade, a ausência de contrato de trabalho e de autorização de residência conduz esta população imigrante ao trabalho informal, precário e com piores condições. Para se ter um emprego estável é necessário que o imigrante tenha um contrato de trabalho de longa duração e um título de residência. O estatuto legal que o imigrante apresenta perante o país de acolhimento influencia a sua condição perante o trabalho e, conseqüentemente, a sua inserção em sectores informais da economia.

Para os imigrantes que não tenham o objectivo de estabilizar a vida no país de destino, visando realizar a maior acumulação possível no período de tempo mais curto, o interesse em obter empregos declarados, descontar para a Segurança Social e pagar impostos reduz-se. A situação migratória temporária que muitos deles apresentam favorece a ilegalidade e o desempenho de trabalhos menos remunerados e precários. A questão da formalidade não é uma situação relevante, visto que os maiores objectivos destes são trabalhar e juntar rapidamente dinheiro. Verifica-se, também, que o facto de não terem contratos de trabalho ou estes terem pouca duração origina uma grande instabilidade profissional, pois mudam de emprego com frequência e sofrem o risco de ficarem desempregados muitas vezes. A falta de ajustamento entre a qualificação possuída pelo

imigrante e a ocupação profissional no país de acolhimento é outro factor que contribui para a existência de situações de informalidade.

Contudo, a existência de trabalho informal é largamente fomentada pelos próprios empregadores, que encontram vantagens importantes neste processo ao nível da redução dos custos (com salários, impostos, descontos para a segurança social) e, também, da própria vulnerabilização das relações laborais (a dispensa dos trabalhadores torna-se mais simples).

Os imigrantes de Leste estão, muitas vezes, nesta situação de irregularidade e informalidade. Em muitos casos, não dispõem de documentos que possibilitem o desempenho de actividades laborais remuneradas nos países de destino, o que impede a sua presença no sector formal da economia. Daqui resulta que, tanto em Portugal, como noutros países do Sul da Europa, muitos acabam por trabalhar por períodos relativamente longos, em trabalhos irregulares, sem documentos de residência e sem contratos. Salienta-se que a maior parte dos trabalhadores sem contrato estão empregados em sectores onde a presença de imigrantes é forte, como são os casos do comércio, serviços de limpeza e construção e obras públicas. Este facto também foi destacado por Reyneri (2003:7) aos quais ele acrescenta outros sectores económicos e ocupações em que os imigrantes irregulares estão muitas vezes sobrerrepresentados como a agricultura, empregados de restaurantes, pintores, talhantes, guardas-nocturnos e padeiros.

Note-se que a consolidação das presenças na sociedade de destino conduz a um interesse crescente, tanto pela regularização da sua situação como (trabalhadores) estrangeiros, como por activos formais. Efectivamente, a regularização ajuda-os a saírem da economia informal e a obterem empregos melhores e a uma integração mais adequada no mercado de trabalho e na sociedade. É importante salientar que a economia informal é o aspecto que mais favorece a existência de imigrantes irregulares e, por isso, a falta de controlo das fronteiras não é um factor fundamental que ajude a explicar o número elevado de imigrantes irregulares. Reyneri (2003:8) realça o facto dos imigrantes irregulares estarem, geralmente, empregados em áreas difíceis, pouco limpas e perigosas e terem um estatuto social pobre que constitui o segmento mais baixo da economia informal.

3.3.4.Mobilidade ocupacional dos imigrantes – aspectos gerais e o caso dos ucranianos e moldavos

Esta mobilidade revela-se de duas formas diferentes. Uma está relacionada com o percurso profissional dos imigrantes ao longo do tempo, ou seja, diz respeito aos diversos movimentos efectuados por eles entre empresas do mesmo ramo e/ou sector de

actividade. Esta mobilidade designa-se por horizontal. O outro tipo de mobilidade, a vertical, refere-se às alterações efectuadas em termos de categoriais ou níveis profissionais dos imigrantes, ou seja, as mudanças registadas ao nível do estatuto que possuem numa determinada empresa ou no mercado de trabalho. Este tipo de mobilidade pode revelar uma ascensão ou uma queda profissional por parte do imigrante (Carneiro, 2006; Xavier de Carvalho, 2004).

Xavier de Carvalho (2004:65) destaca o facto de que “a predisposição para a mobilidade vertical assenta nas qualificações e competências que os trabalhadores revelam no desempenho das suas funções laborais, existindo grupos de imigrantes que têm revelado grandes aptidões técnicas, facilidade de aprendizagem e desenvoltura intelectual para adaptação a novas funções.”

É de salientar que os ucranianos e moldavos fazem parte de um grupo que possui as características atrás referidas, e nesse sentido, terão maior capacidade em obter uma maior mobilidade vertical. No entanto, as competências e conhecimentos destes não são aproveitados da melhor maneira e, por isso, essa maior predisposição para a mobilidade profissional vertical não é totalmente real. Seria necessário, por exemplo, haver uma menor burocratização e morosidade dos processos de reconhecimento e equivalências dos diplomas, de modo a facilitar a progressão vertical no mercado laboral nacional por parte destes imigrantes.

De acordo com Carneiro (2006:82), os imigrantes de Leste têm, ao nível dos sectores de actividade, maiores afinidades com as indústrias transformadoras e construção civil (38%), depois vêm as indústrias extractivas e as actividades relacionadas com o sector primário como a Agricultura, Produção Animal, Caça, Silvicultura e Pesca. Estes dois tipos de actividades representam cerca de 28% cada uma. Em termos de incidência de contratos, estão, normalmente, associados a contratos a termo certo. Normalmente, ocupam sectores pouco qualificados que não têm qualquer relação com as suas qualificações nem com o emprego que tinham no país de origem. Em função do tempo de permanência no novo país de residência, entre outros aspectos, há a tendência para ocorrer uma ascensão profissional. Este aspecto é referido por Carneiro (2006:17), que destaca que o declínio do estatuto profissional é comum à maioria dos imigrantes e não só no caso específico dos imigrantes de Leste. O autor refere que, em média, quanto mais acentuado o declínio inicial, mais acentuada será a ascensão subsequente. O imigrante tem algumas qualificações que não são transferíveis de um país para o outro e por isso, inicialmente, há um declínio da carreira durante o processo migratório. Posteriormente, com o maior conhecimento do mercado de trabalho do país de destino, opera-se um processo de algum ajustamento entre as competências dos imigrantes e as necessidades específicas mais

especializadas dos sectores de actividade, o que proporciona uma progressão na carreira durante a estadia no país de acolhimento.

Efectivamente, segundo Carneiro (2006:72), a primeira inserção no mercado laboral nacional revela que metade dos imigrantes com nível universitário obteve empregos pouco qualificados. Este facto representa uma incoerência do mercado e uma rigidez dos postos de trabalho oferecidos a esta população, pelo menos em termos de primeira inserção. Esta situação é, particularmente, característica dos ucranianos e moldavos na medida em que estes possuem, na sua maioria, um nível de formação médio ou superior mas, ao contrário do que sucedia na Ucrânia e Moldávia, não conseguem obter uma situação profissional muito favorável em Portugal. Após a entrada no mercado de trabalho, a tendência é haver alguma inversão nessa situação, ocorrendo o supracitado processo de mobilidade ocupacional, tanto horizontal como vertical. Tal como refere Perista (2004:80), “a influência do tempo de permanência encontrava-se reflectida na qualidade do emprego daqueles que se encontravam a trabalhar, tanto maior quanto mais antiga a vinda para Portugal, quer se tratasse do tipo de contrato ou da realização de descontos para a segurança social. O tempo de permanência em Portugal parece constituir-se como um factor de protecção, também face ao desemprego, quer através da possibilidade de acesso a empregos mais estáveis e seguros proporcionada pela chegada mais cedo ao país, quer pelo facto de o maior tempo de permanência (com as mais-valias que tal pode originar em termos de conhecimento do mercado de trabalho, contactos, domínios da língua, etc) ter levado ao acesso a empregos de segurança e estabilidade crescentes. “

Um outro aspecto que se deve realçar diz respeito ao facto dos imigrantes de Leste serem os únicos, comparativamente aos outros imigrantes, a terem a capacidade de se moverem, de um modo relativamente rápido, para as suas áreas de especialização, não precisando assim de fazer tantas mudanças para alcançarem um emprego que corresponda às suas expectativas e se enquadre no nível de qualificações que possuem.

A maior mobilidade profissional também pode ser explicada devido ao facto de terem uma mobilidade residencial forte o que proporciona uma maior rotatividade no mercado de trabalho. Este facto está associado à eficácia das redes organizadas de tráfico de mão-de-obra que disponibilizam trabalhadores em função das necessidades locais e regionais de trabalho.

É importante referir que a forte mobilidade profissional horizontal constitui uma característica da população imigrante, e em particular dos ucranianos e moldavos, visto que estes são motivados pelos seus objectivos económicos e tendem a mudar, frequentemente, de emprego na busca de melhores salários ou na tentativa de conciliar horários que lhes permita ter mais que um emprego ao mesmo tempo. Desta forma,

conseguem melhorar o seu nível de vida mais rapidamente e podem ajudar mais facilmente os seus familiares, que vivem no país de origem, através do envio de remessas.

Em termos concretos, constata-se que, numa primeira fase, os sectores da construção civil e obras públicas têm grande importância para a maioria dos ucranianos. Passados alguns anos, verifica-se que uma parte destes trabalha em profissões mais qualificadas e prestigiadas como por exemplo na administração pública, comércio, serviços, quadros técnicos, intelectuais e científicos (Mendes, 2009).

Esta mobilidade socioprofissional ascendente é mais notória nos homens, visto que são estes que exercem a sua actividade nos sectores referidos anteriormente. Destaca-se o papel relevante das agências de trabalho temporário em termos de mobilidade profissional, nomeadamente na colocação de imigrantes no mercado de trabalho.

No que diz respeito à primeira experiência profissional, há diferenças entre os géneros que se devem assinalar. As mulheres são, geralmente, empregadas na administração pública, comércio e serviços ou, então, trabalhadoras não qualificadas de serviços domésticos de limpeza. Os homens inserem-se, na sua maioria, no operariado sobretudo no grupo dos trabalhadores não qualificados da indústria e construção (Baganha, Marques e Góis, 2004; Mendes, 2009).

Em termos profissionais, os moldavos no momento de procurarem o primeiro emprego em Portugal optam por fazê-lo através de familiares ou amigos moldavos que já viviam no país ou por si próprios. Ao fim de algum tempo, depois de estarem mais adaptados à sociedade autóctone e de conhecerem a língua portuguesa procuram encontrar emprego sozinhos e recorrem mais à ajuda dos portugueses para além de indivíduos da sua comunidade (Baganha, Marques e Góis, 2006).

Relativamente aos sectores de actividade, constata-se alguma evolução na carreira dos moldavos desde o seu primeiro emprego em Portugal até ao actual. No início, a construção civil assume uma grande importância. Anos mais tarde, apesar de continuar a ser um sector importante, outras actividades relacionadas com os serviços tornam-se mais relevantes.

Salienta-se o facto da maioria dos moldavos estar presente em sectores precários e de terem contratos de curta duração, o que favorece a sua mobilidade profissional. Há necessidade frequente de encontrar novas ocupações, visto não estarem muito tempo no mesmo emprego. Com o melhor conhecimento da língua portuguesa, o seu dinamismo no mercado de trabalho é maior e há uma maior possibilidade de atingir um patamar mais elevado em termos profissionais.

Em síntese, ao nível do mercado de trabalho há uma tendência para se recrutar estrangeiros para determinados sectores onde o trabalho é precário e requer pouca

qualificação, como são o caso de construção civil e os serviços de limpeza. A inserção dos ucranianos e dos moldavos acompanha essa tendência. No entanto, ao contrário de outros imigrantes (principalmente lusófonos), estes apresentam um forte processo de desqualificação profissional, pelo menos na fase inicial da sua presença, visto que possuem um grau de qualificação mais elevado. Posteriormente, parecem iniciar-se trajectórias de mobilidade profissional, sobretudo de carácter horizontal, favorecidas pelas qualificações e grau de mobilidade geográfica destes imigrantes, eventualmente facilitadas pelo reforço dos conhecimentos em língua portuguesa. Note-se que uma parte dos ucranianos e moldavos já terá passado por este processo de desqualificação no seu país de origem.

3.3.5. Apoio à inserção profissional e Empreendedorismo Imigrante

A mobilidade profissional e a própria integração na sociedade de destino podem passar por estratégias que envolvem a orientação institucional para a inserção no mercado de trabalho e, também, pelo desenvolvimento de actividades autónomas ou mesmo pequenas iniciativas empresariais por conta própria.

Relativamente à população imigrante, verifica-se que determinadas nacionalidades têm maior tendência para a iniciativa empresarial e a criação do seu próprio emprego. Ao observarmos os dados dos Censos de 2001, é fácil identificar que os ucranianos eram a nacionalidade que tinha menor taxa de empreendedorismo (número de patrões em cada 100 activos), visto que apenas 1,5% do total da sua população activa era empregador. Se compararmos com os portugueses, essa taxa também era muito menor. Esta situação pode ser explicada pelo facto de haver certas restrições para um imigrante desenvolver uma estratégia empresarial. Tal como refere Reis de Oliveira (2005:125-126), “apenas os titulares de autorização de residência e de visto de trabalho do tipo III podiam desenvolver uma actividade empresarial em Portugal... Esta restrição afectou principalmente os imigrantes ucranianos que representavam cerca de 35% do total de estrangeiros com autorizações de permanência entre 2001 e 2004.”

Como os ucranianos não possuíam o tipo de visto necessário à iniciativa empresarial, tornou-se mais difícil terem dinamismo empreendedor. A autorização de permanência que eles obtiveram apenas permitia que desenvolvessem uma actividade subordinada no mercado de trabalho nacional e nos sectores onde existiam oportunidades de trabalho, não podendo criar o seu próprio emprego. Deste modo, a baixa taxa de empreendedorismo dos ucranianos verificada em 2001 reflectia a sua condição jurídica que os condicionava na sua iniciativa empresarial.

Em 2004, foi criado um Gabinete de Apoio ao Emprego no Centro Nacional de Apoio ao Imigrante com o objectivo de promover a igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho e de sensibilizar o imigrante para apostar na sua formação profissional e no reconhecimento e validação dos seus certificados de competências, de modo a atenuar as desvantagens inerentes à sua condição de imigrante e que, neste caso, são mais visíveis pois os ucranianos e moldavos apresentam determinadas especificidades que os imigrantes lusófonos não têm.

Para concretizar estes objectivos, o Gabinete de Apoio ao Emprego centra as suas actividades em três eixos distintos (Karima, 2008:164):

1. Unidade de Inserção na Vida Activa – UNIVA;
2. Coordenação da Rede UNIVA Imigrante;
3. Núcleo do Empreendedorismo.

As UNIVAS são estruturas de apoio ao emprego destinadas a jovens e adultos desempregados que têm como objectivo desenvolver actividades que potenciam a inserção socioprofissional dos desempregados em colaboração com o IEFP. Em 2004, o actual ACIDI propôs a criação de duas UNIVAS localizadas nos CNAI's de Lisboa e Porto, destinadas a apoiar exclusivamente a população imigrante.

Em 2007, foi criado um Núcleo de Empreendedorismo que pretendia ser um incentivo à criação de auto-emprego dos cidadãos imigrantes com vista à sua realização profissional. Este serviço disponibilizava diversas informações sobre a legislação, os requisitos, viabilidade económica, plano de negócio e financiamento para todos os imigrantes que pretendessem criar o seu próprio emprego. Nesse ano, este gabinete atendeu 186 potenciais empregadores, sendo que cerca de 13% eram ucranianos. Entre as nacionalidades com maior número de pessoas a recorrerem a este serviço estavam também os moldavos.

Catarina Reis de Oliveira (2005:136) afirma que “um serviço de apoio desta natureza responde principalmente aos imigrantes que têm mais dificuldades em reunir recursos para desenvolverem uma actividade empresarial em Portugal e/ou apresentam as mais baixas taxas de empreendedorismo no país.”

A criação deste gabinete foi importante para os ucranianos e moldavos poderem desenvolver o seu próprio emprego, e na procura de um novo emprego, visto que eles apresentam algumas desvantagens ao nível do seu estatuto jurídico, das suas características culturais/linguísticas e da sua inserção no mercado de trabalho que dificultam o seu dinamismo empresarial. Ao longo do tempo essas desvantagens tendem a diminuir, o que facilita a sua integração na sociedade e lhes permite terem maior espírito de iniciativa e dinâmica perante o mercado de trabalho nacional.

Capítulo 4: Competências linguísticas e inserção profissional

O processo de integração de imigrantes depende de diversos factores, nomeadamente da aquisição de competências linguísticas. Este aspecto torna-se fundamental quando o indivíduo possui uma língua materna diferente daquela que se fala no país de acolhimento. O desconhecimento da língua constitui um dos elementos mais problemáticos para os imigrantes visto que a dificuldade de se exprimirem e de comunicarem na nova língua condiciona a sua integração no mercado de trabalho e na sociedade, tornando-se, deste modo, necessário adquirir certas competências linguísticas. Estas facilitam a experiência migratória em vários aspectos como, por exemplo, no conhecimento do funcionamento da sociedade de acolhimento, no exercício de uma cidadania plena e consciente, na comunicação com a população local e na inserção nos mercados de trabalho e de habitação. A língua é um factor que permite a adaptação do imigrante a uma sociedade desconhecida, com regras e valores diferentes da sociedade de origem.

De acordo com Coussey (2000), “a língua é um dos factores que permite aos imigrantes competir por empregos melhores. Este tipo de população enfrenta diversos obstáculos para conseguir uma progressão na carreira e a aprendizagem da língua é um dos aspectos que contribui para a maior capacitação destes no mercado de trabalho.” A mesma autora refere que é preciso criar medidas que proporcionem as mesmas oportunidades à população nacional e à imigrante e que solucionem o problema da falta de conhecimentos linguísticos. A exclusão social a que muitos imigrantes estão sujeitos deve-se, em parte, à sua pouca ou nenhuma fluência linguística.

Segundo a OCDE (2003), “a proficiência na língua do país de acolhimento é um factor essencial no sucesso da integração no mercado de trabalho dos imigrantes. Esta facilita a comunicação no local de trabalho e o acesso a um conjunto de informações tais como vagas de emprego, trocas sociais e leis laborais.” Também torna os imigrantes mais capazes de se expressarem, para compreender e escrever a língua do país de acolhimento, o que se revela um factor positivo em termos de obtenção de salários mais elevados para quem possui estas competências.

Hagendoorn, Veenman e Vollebergh (2003) destacaram que os elevados níveis de desemprego de determinados grupos étnicos minoritários na Holanda se deviam ao seu fraco nível de proficiência na língua holandesa. Os mesmos autores referiram que, o processo de naturalização dos imigrantes, em todos os países, é possível segundo certos critérios entre os quais a sua capacidade linguística. Alam (2008) destacou que, para efeitos de naturalização, é necessário o domínio da língua devido ao facto deste reflectir um compromisso em relação à sociedade adoptada e demonstra uma adaptação às circunstâncias dessa mesma sociedade.

Segundo Bleakley (2003), a língua é uma barreira, social e económica, que separa os imigrantes dos nativos. Em termos sociais, os imigrantes que têm mais dificuldade na língua de acolhimento são mais facilmente considerados estrangeiros do que os outros, contribuindo, assim, para uma maior discriminação por parte dos nativos e um maior isolamento social. Em termos económicos, competências linguísticas fracas, provavelmente, reduzem a produtividade e, consequentemente, aumentam o desnível de salários entre a população imigrante e a população nativa. Para além disso, competências linguísticas fortes elevam o padrão e a qualidade dos empregos que os imigrantes conseguem alcançar. Este último aspecto também foi abordado por Murray (2005) visto que referiu que a competência linguística dos imigrantes tem um efeito positivo nos salários e no estatuto laboral e acrescentou que esta, também, proporciona uma maior taxa de participação desta população no mercado de trabalho e, consequentemente, menores taxas de desemprego, sendo particularmente importante para os imigrantes com ocupações mais qualificadas.

A língua é vista para muitos dos agentes locais como crucial para a integração local dos imigrantes. As competências de comunicação e linguísticas têm vindo a crescer de importância como requisito para um emprego nos serviços, sector ao qual os imigrantes ambicionam ter acesso (OCDE, 2006). O mesmo estudo realça que nos países que recrutam imigrantes mais qualificados, o nível de fluência linguística é um importante aspecto. No entanto, na maioria dos países o ensino da língua é realizado no seu nível mais básico, apesar de muitos empregados imigrantes procurarem níveis mais elevados de competências linguísticas. Para contrariar este facto, por exemplo, em Londres e no Canadá, as instituições locais têm dado especial atenção à criação de cursos de língua ocupacionais, ou seja, direccionados para determinadas profissões, tais como professores, médicos, enfermeiros e engenheiros.

Bulcha (1998), citado por Alam (2008), estudou a comunidade etíope no Sudão e constatou que o domínio da língua oficial (Árabe) do país de acolhimento foi bom para fazerem amizades com a população local. Os seus elos sociais crescem à medida que aumentou a sua proficiência em Árabe. Isto acontece, essencialmente, porque a integração depende da comunicação. A capacidade em comunicar verbalmente na língua da sociedade de acolhimento tem um valor económico e social muito forte. Com o passar do tempo, as competências linguísticas tornam-se o mais importante factor de integração social e económica (Alam, 2008).

De acordo com um estudo que pretendia saber o impacto económico dos imigrantes nas West Midlands (Starkey, 2009), o conhecimento da língua Inglesa que esses trabalhadores tinham era adequado ao emprego que possuíam. No entanto, havia o interesse dos imigrantes em melhorar as suas competências linguísticas, visto que estas são

consideradas importantes para a sua progressão profissional e para a sua integração social.

De acordo com Carrera (2009), as competências linguísticas são consideradas um dos factores-chave que promove a integração. Estas competências facilitam a estruturação dos pensamentos, a habilidade de ser autónomo, a melhor compreensão da sociedade e o modo como esta está organizada e o desenvolvimento das capacidades inter-relacionais que contribuem para a coesão social.

Van Oers, Ersboll e Kostakopoulou (2010) salientam o facto das competências linguísticas serem essenciais para a manutenção da identidade e cultura nacional. É uma condição necessária para a cidadania e um compromisso com a identidade da nação. Deste modo, a aquisição de competências linguísticas é um aspecto que se justifica como algo pertencente a uma comunidade na qual só quem fala essa língua pode partilhar essa identidade nacional.

4.1. Competências linguísticas – barreiras e oportunidades

4.1.1. Políticas Linguísticas Europeias e Portuguesas

Relativamente às políticas linguísticas existentes, verifica-se que o Conselho Europeu tem realizado, nos últimos anos, diversas iniciativas nesse âmbito com vista a proporcionar o aumento do conhecimento e compreensão mútuas entre os povos da Europa de forma a combater certos preconceitos e a intolerância perante outras culturas e outras línguas. Deste modo, desde 1995, têm sido implementados dois documentos de grande importância neste âmbito: o “Quadro Europeu Comum de Referência” e o “Portfolio Europeu de Línguas”. Como Portugal pertence ao Conselho Europeu elaborou um Portfolio para ser utilizado pelos estrangeiros residentes no nosso país.

O “Quadro Europeu Comum de Referência” é um documento que pretende “promover e facilitar a cooperação e informação entre os vários países no campo do ensino e aprendizagem de línguas, criar uma base sólida para o reconhecimento de qualificações e diplomas e fornecer uma base comum para a elaboração de programas de línguas, orientação para currículos, exames, manuais,...” (Fischer, 2002:20).

É fundamental haver coordenação e partilha de informações entre os diversos países europeus, ao nível do ensino, mais especificamente, no que diz respeito à aprendizagem de línguas, de forma a uniformizar os parâmetros nos quais estes se baseiam e, deste modo, permitir uma maior coerência e igualdade nos diversos processos de ensino e de

aprendizagem de línguas na Europa. Por outro lado, é importante pois facilita o reconhecimento dos níveis de competência alcançados, visto que divide os indivíduos em diversas categorias consoante o nível de conhecimentos e fluência em determinada língua. O “Portfolio Europeu de Línguas” é um documento que foi concebido e lançado pelo Conselho Europeu, em 1998, com o objectivo de: “encorajar todos os cidadãos a aprender várias línguas, mesmo a nível elementar e a continuar essas aprendizagens ao longo da vida; melhorar a qualidade da aprendizagem e a competência de autoavaliação; facilitar a mobilidade na Europa através de documentação sobre as competências adquiridas e apresentadas de forma clara e internacionalmente comparável e contribuir para a compreensão mútua dos povos na Europa, através da capacidade de comunicar em várias línguas e de contactos com outras culturas” (Fischer, 2002:22). O grande objectivo deste documento é promover o conhecimento de diversas línguas por parte dos cidadãos europeus, quer seja de uma forma mais elementar, quer de uma maneira mais aprofundada e contribuir para a mobilidade dessas pessoas dentro do espaço europeu. Para isso acontecer, é necessário que haja reconhecimento das competências e diplomas que cada um possui, nos diversos países, de modo a facilitar a comunicação plurilingue e o contacto entre os diversos povos e culturas. O “Portfolio Europeu das Línguas” é um instrumento que pretende apoiar os que aprendem línguas, no que diz respeito à definição de metas de aprendizagem, ao registo de diferentes experiências linguístico-culturais e à avaliação, de forma regular, do desenvolvimento do seu desempenho na língua-alvo. Deste modo, o Portfolio é uma peça-chave para a consciencialização dos conhecimentos e saberes que o aprendente-adulto tem da língua e, conseqüentemente, para uma maior compreensão da dinâmica do processo de aprendizagem e da evolução das necessidades linguístico-comunicativas (Grosso, Tavares e Tavares, 2008). Esta ferramenta é extremamente útil pois permite perceber de que forma o indivíduo está a assimilar a língua de acolhimento, as dificuldades encontradas e estabelecer objectivos ao longo do processo de aprendizagem de uma língua nova. É de salientar que esta aprendizagem é condicionada por diversos factores específicos de cada indivíduo e, também, factores relacionados com a sociedade de acolhimento, nomeadamente ao nível das políticas de integração existentes, que poderão ser facilitadoras ou inibidoras da participação dos imigrantes. Por outro lado, verifica-se que muitos dos problemas encontrados na integração e socialização estão, geralmente, associados a dificuldades linguísticas, ou seja, o desconhecimento da língua do país de destino impede a sua inserção plena na vida social, profissional e cultural.

As discussões actualmente centram-se na natureza dos programas de integração de imigrantes e no tipo de medidas de integração que devem ser tomadas. Geralmente, estes programas consistem em três componentes principais: a língua, educação e orientação

cívica (direitos e deveres dos imigrantes, normas e valores básicos da sociedade de destino) e mercado laboral (Fonseca e Malheiros, 2005).

Tal como os outros Estados, Portugal deve ter certas responsabilidades neste âmbito da integração. Devido ao facto dos ucranianos e moldavos possuírem uma língua muito diferente da nossa, é necessário prever a existência disseminada de pessoal de interpretação bilingue, de modo a melhorar a qualidade da comunicação desses agentes com este novo tipo de imigrante. Na sequência disso, o processo de integração será acelerado pela criação de cursos pós-laborais direccionados para a aprendizagem do Português como Língua Estrangeira, aplicados às diferentes comunidades linguísticas e integrados no “Programa Nacional de Educação de Adultos” (Rocha -Trindade, 2007).

Em Portugal, há diversas instituições que estão habilitadas a ensinar a língua portuguesa aos estrangeiros, como por exemplo, algumas associações de imigrantes, o ACIDI e certas instituições particulares que organizam cursos de português para estrangeiros. Salienta-se o facto do IEFP também implementar medidas e acções de formação no âmbito do Programa designado “Portugal Acolhe” com o objectivo de oferecer aos estrangeiros um conjunto de conhecimentos que envolvem a capacidade de compreensão e expressão na língua portuguesa, como instrumento de uma total integração na sociedade.

A Universidade de Lisboa tem um “Centro de Avaliação do Português Língua Estrangeira” (CAPLE) que, periodicamente, organiza exames, concluídos com diplomas de Português Língua Estrangeira de vários níveis de conhecimento, em concordância com os níveis estabelecidos pela ALTE “Association of Language Testers in Europe”. Os estrangeiros que aprendem português têm, assim, a possibilidade de fazer exames para obter certificados/diplomas de português língua estrangeira no âmbito do CAPLE (Barbulescu, 2005).

O fluxo migratório proveniente do Leste Europeu originou uma nova necessidade nas diversas entidades públicas e privadas relacionada com a aprendizagem da língua portuguesa por parte dos imigrantes. Devido ao facto de 2001 ser o ano em que se intensificou a entrada destes imigrantes no nosso país, só a partir dessa altura é que se iniciou, de uma forma concreta e abrangente, o ensino do português para estrangeiros. A sociedade civil organizou-se e passou a disponibilizar este tipo de formação através de diversas instituições como as escolas, universidades, ONG’s, bibliotecas públicas e instituições privadas. Normalmente, este ensino é efectuado por voluntários, professores do ensino básico e secundário ou simples falantes nativos de português com alguma qualificação académica, independentemente de possuírem formação em didáctica de Português como segunda língua. Com a criação e estruturação do Programa “Portugal Acolhe”, o ensino da língua portuguesa passou a ser realizado no âmbito do Programa nos diversos centros de formação espalhados pelo país e em algumas escolas secundárias.

Nos imigrantes de Leste observa-se que, após aprenderem o português no seu nível mais elementar, a maioria abandona os estudos devido à necessidade de procurar outros recursos para poder sobreviver, não havendo assim um aprofundamento muito grande do seu conhecimento formal do português, o que dificulta a sua inserção no mercado de trabalho mais qualificado que, normalmente, necessita de uma maior fluência da língua portuguesa. Este facto foi confirmado, também, através da realização das entrevistas aos imigrantes. Verificou-se que não havia muita necessidade de conhecerem melhor a língua pois nas actividades pouco qualificadas, onde eles têm estado mais concentrados, a necessidade de comunicação é mais reduzida e por isso o conhecimento mais elementar do português é suficiente.

O ensino do português para estrangeiros tem sido promovido por algumas escolas públicas e diversas instituições (referidas anteriormente) que oferecem centenas de cursos gratuitos. A grande maioria destas instituições tem a noção de que o ensino do português pode ser um instrumento essencial no combate à exclusão social e às redes mafiosas que exploram os imigrantes. No entanto, constata-se que os apoios oficiais para a realização destes cursos continuam, porém, a ser muito reduzidos o que não permite estruturar, nesta área, um verdadeiro sistema de apoio linguístico (Barbulescu, 2005).

4.1.2. Reconhecimento de Diplomas

A existência de um grupo significativo de imigrantes que possui elevadas qualificações, nomeadamente oriundos da Europa de Leste, mas que não conseguiram até agora obter reconhecimento dos seus diplomas, origina uma divisão na população estrangeira qualificada. Uma parte é efectiva e legalmente qualificada e, por isso, pode exercer uma actividade que corresponde ao seu nível de qualificação, outra, que ainda não tem formalmente reconhecidas as qualificações devido à grande complexidade do processo de reconhecimento de diplomas, tem mais dificuldades em aceder a trabalhos qualificados. Esse aspecto afecta directamente os imigrantes de Leste, como os ucranianos e moldavos, visto que estes possuem um determinado nível de qualificações que, devido a razões burocráticas ou de outra ordem, tem tido dificuldades de reconhecimento. O aproveitamento das suas capacidades é, assim, mais reduzido, visto que o nível de qualificação obtida no seu país de origem não foi formalmente transposto, por enquanto, para o sistema português.

Muitas vezes, os mais qualificados são vistos como uma forte concorrência no mercado de trabalho nacional e por isso não há interesse em facilitar o processo de reconhecimento de diplomas. Há assim alguma resistência em cumprir toda a legislação comunitária neste

âmbito, o que dificulta a mobilidade deste tipo de imigrante dentro do espaço da UE pois este não vê, facilmente, reconhecidas as suas capacidades e conhecimentos, o que irá proporcionar um desfasamento entre aquilo que sabe e o que realiza. Por exemplo, a maioria dos que eram médicos e enfermeiros nos seus países de origem apresentam uma mobilidade profissional descendente quando chegam a Portugal. Pelo menos numa perspectiva a curto prazo, estes imigrantes não se integram na profissão que desempenhavam nos seus países.

Baganha e Sousa Ribeiro (2007:71) destacam que essa desqualificação tende a ser percebida como temporária e como um constrangimento necessário, de modo a superar dificuldades experimentadas nos países de origem, nomeadamente atrasos nos pagamentos da remuneração salarial, uma taxa de inflação incontrolável, a necessidade de contribuir economicamente para a educação dos filhos, baixos níveis salariais e dependência de pagamentos informais. Este tipo de imigrante necessita que os seus diplomas universitários sejam reconhecidos para se poder integrar na área da saúde. A Ordem dos Médicos e a Ordem dos Enfermeiros têm de conceder uma cédula profissional que permita o exercício laboral nesta área.

A legislação que regula a equivalência/reconhecimento de qualificações académicas é constituída pelo Decreto – Lei nº283/83, de 21 de Junho, que regula a equivalência/reconhecimento de qualificações estrangeiras e pelo Decreto-Lei nº341/ 2007 de 12 de Outubro, que instituiu um novo regime jurídico de reconhecimento de graus académicos superiores estrangeiros (Presidência do Conselho de Ministros, 2009). De acordo com esta legislação, a concessão de equivalência é da exclusiva competência das instituições de ensino superior público e da Universidade Católica Portuguesa.

Nos últimos anos têm sido realizados alguns projectos de reconhecimento e equivalência de qualificações, com o objectivo de proporcionar uma adequação entre as qualificações do imigrante e a actividade que este desempenha, de forma a evitar um processo de desqualificação resultante da imigração para o nosso país. Salienta-se o facto do ACIDI ter um gabinete de apoio e reconhecimento de habilitações e competências no “Centro Nacional de Apoio ao Imigrante”. Este serviço visa prestar assessoria, orientação e apoio aos imigrantes que pretendam obter o reconhecimento das habilitações que trouxeram do seu país de origem. Pretende-se, também, que estes imigrantes possam desempenhar funções em ramos de actividade nos quais Portugal esteja carenciado e que, por isso, necessite da contratação de profissionais estrangeiros.

Neste âmbito, o “Serviço Jesuíta de Refugiados”, criou dois programas de reconhecimento de habilitações, um dirigido a médicos e outro a enfermeiros imigrantes, em parceria com a “Fundação Calouste Gulbenkian”, com o intuito de desbloquear determinados obstáculos

que estes profissionais tiveram no processo de equivalência. Como em Portugal há carências de médicos, foi esta a primeira área profissional a ser escolhida.

De acordo com Valle, Farmhouse e Marques (2008:173), este projecto “criou condições a 120 médicos que se encontravam a residir e a trabalhar legalmente em Portugal, desempenhando tarefas não qualificadas, para que pudessem rescindir os seus contratos de trabalho e dedicar-se, durante algum tempo, a estudar e a frequentar estágios profissionais em hospitais para se prepararem para os exames de equivalência.” Este projecto, que durou três anos (2002-2005), foi financiado pela “Fundação Calouste Gulbenkian” e beneficiou, principalmente, imigrantes provenientes do Leste Europeu. Dos 120 médicos abrangidos pelo projecto, 107 obtiveram equivalência de diplomas e encontram-se a trabalhar no Sistema Nacional de Saúde. Devido ao sucesso deste projecto foi realizado, posteriormente, um outro projecto desta vez direccionado ao reconhecimento de habilitações dos enfermeiros imigrantes. Todos os enfermeiros apoiados por este projecto (69 no total) eram do Leste da Europa. Desses, 30 eram da Moldávia e 29 da Ucrânia.

O reconhecimento de habilitações académicas, conduzido pela Faculdade de Medicina, é exigente, longo e dispendioso. Deste modo, o projecto englobou apoios financeiros e o ensino da Língua Portuguesa, através da organização de cursos intensivos adaptados para este tipo de alunos e o estabelecimento de protocolos com outras instituições (Mota, 2004).

4.1.3. Sector Educativo e Competências Linguísticas dos Imigrantes

As políticas de integração para imigrantes incluem programas educacionais para adultos, tais como a língua e aspectos profissionais. Por outro lado, a educação para adultos deve estar ligada a questões de paz e respeito mútuo, como instrumento de assimilação das minorias em relação às normas e valores da comunidade maioritária (Fonseca e Malheiros, 2005).

A Educação é uma componente essencial da integração de um imigrante na sociedade de acolhimento, principalmente no caso de se ter efectuado a migração de toda a família. É natural que os pais queiram dar aos seus filhos a possibilidade de ingressar no nosso sistema de ensino, não só com a intenção de facilitar a integração, mas também como forma de desenvolver as capacidades intelectuais e profissionais, adaptadas às condições e características do mercado de trabalho local (Velez de Castro, 2008).

Uma das primeiras iniciativas realizadas, em Portugal, em termos de integração foi precisamente no âmbito da educação, através da criação do Programa Entreculturas, no início da década de 90. A partir dessa altura, o número de estrangeiros aumentou

consideravelmente e desse modo o país passou a ter mais diversidade cultural, havendo a necessidade de se criar este programa educativo intercultural.

Segundo o estudo PISA “Project for International Student Assessment”, realizado em 1997 pela OCDE, os filhos dos imigrantes apresentam, em média, piores resultados escolares do que os estudantes nacionais em quase todos os países europeus. Os resultados escolares obtidos pelos descendentes dos imigrantes são muito importantes, visto que a escola, para além de proporcionar uma aprendizagem e conhecimentos em diversas áreas que serão úteis a qualquer pessoa no decorrer da sua vida profissional, permite desenvolver capacidades de socialização. No caso dos estrangeiros, isto torna-se ainda mais crucial, pois vêm de outro país com uma cultura diferente e, portanto, é essencial que haja uma boa relação com os nacionais, de modo a contribuir positivamente para a sua integração na sociedade de acolhimento.

Para facilitar este processo, é necessário que possuam certas competências, nomeadamente linguísticas, pois estas favorecem a interação e a comunicação com a população autóctone e permitem ter conhecimento de informações importantes ao nível de iniciativas e oportunidades que surjam no âmbito da sociedade em que estão instalados, como por exemplo, em termos de emprego ou em relação a manifestações ou eventos de carácter cultural. No caso específico dos imigrantes de Leste, a aquisição de competências ao nível da língua é fundamental, visto que estes utilizam línguas bastante diferentes da portuguesa e encontram-se, assim, em desvantagem em relação à grande maioria dos imigrantes que vive em Portugal, originária de países lusófonos. Contudo, deve-se referir que pelo facto desta população possuir um grau de qualificação mais elevado tem maior facilidade na aquisição de novas competências linguísticas. Neste âmbito, têm sido realizadas diversas iniciativas, pelos diversos agentes, muitas delas destinando-se aos imigrantes de Leste, uma vez que estes não dominam a língua portuguesa. Nesse sentido, foi criado, em 2005, o Programa “Português Língua Não Materna” pela “Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular” do Ministério da Educação, com o objectivo de desenvolver as competências linguísticas dos filhos destes imigrantes e facilitar a integração dos alunos do ensino básico e secundário no sistema educativo.

Este Programa começou a ser realizado no ano lectivo de 2006-2007 e é válido para o país inteiro, sendo a sua implementação feita junto das escolas, através das “Direcções Regionais de Educação”, com monitorização de “Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular”. Os Despachos Normativos de 2006 estabeleceram os princípios de actuação e normas orientadoras para a implementação, acompanhamento e avaliação das actividades curriculares e extracurriculares específicas, a desenvolver pelas escolas no domínio do ensino da língua portuguesa como língua não materna. Por último, deve referir-se que as iniciativas realizadas, pelos diversos agentes, neste sector,

destinam-se principalmente a imigrantes provenientes da Europa de Leste (70%) visto que estas têm como objectivo principal proporcionar formação linguística a estas populações.

4.1.4. Domínio da Língua Portuguesa

A língua constitui, frequentemente, a barreira inicial para o imigrante que chega pela primeira vez à sociedade de acolhimento, sobretudo quando o indivíduo é proveniente de um país que tem uma língua materna diferente daquela que se utiliza no local de destino. Este aspecto dificulta muito a comunicação e a interacção com a população local e prejudica a sua integração na sociedade. Norte et al (2004:27) realça o facto do “domínio da língua portuguesa apresentar-se como factor-chave de sucesso escolar e de integração social, sendo a respectiva ausência frequentemente motivo e sintoma de fenómenos colectivos de exclusão e da formação de guetos urbanos.”

Para além disso, o eventual choque cultural entre os países pode também constituir um entrave à sua integração e originar uma maior exclusão. Neste sentido, é necessário que haja políticas de integração de carácter linguístico e educativo que permitam um apoio ao imigrante e que facilitem a sua total inserção profissional, social e cultural.

Existem três tipos de políticas de integração que servem de resposta às barreiras linguísticas dos imigrantes (Satalecka, 2009:3-4). O primeiro tipo é uma política a curto prazo que existe na fase inicial da imigração e diz respeito à disponibilização de um serviço de intérpretes/tradutores nas instituições utilizadas pelos imigrantes. Em Portugal, esta função é cumprida pelo “Serviço de Tradução Telefónica” que funciona desde 2006 e que possibilita o acesso a um intérprete. O segundo tipo é uma política a médio prazo e que consiste no ensino da língua oficial do país de acolhimento para estrangeiros. Para estes terem uma participação activa e serem cidadãos conscientes e responsáveis, é necessário que adquiram conhecimentos e competências a nível linguístico e de cidadania. Por fim, o último tipo é o acesso à educação por parte dos filhos dos imigrantes, pois é na escola que as crianças têm um maior contacto com a população nacional e com o modo de funcionamento da nova sociedade.

Em Portugal, só na última década começou a haver uma maior preocupação com o ensino da língua portuguesa para estrangeiros, visto que até essa altura a maior parte era proveniente das ex-colónias e, portanto, não havia a necessidade de facultar cursos desse tipo a estas populações. Com o aparecimento de um novo fluxo migratório, originário dos países do Leste da Europa, esta situação alterou-se. Criaram-se, assim, programas governamentais e privados de ensino do português de modo a dotar os imigrantes de ferramentas essenciais à sua vida social, económica e cultural em Portugal.

O IEFEP tem divulgado e promovido a existência deste tipo de programas junto do público-alvo. O Programa “Portugal Acolhe” foi o passo mais significativo efectuado neste âmbito. No entanto, a procura não foi tão forte como se podia prever, atendendo ao facto de a oferta ser gratuita, os formadores serem competentes e haver disponibilidade de materiais pedagógicos de apoio suficientes.

Em 2008, o Programa “Português para Todos” (PPT) foi criado em conjunto pela Presidência do Conselho de Ministros, pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e pelo Ministério da Educação e corresponde a cursos de português certificados que permitem acesso à nacionalidade, à autorização de residência permanente e/ou ao estatuto de residente de longa duração. Estes cursos são leccionados nos diversos centros de formação espalhados pelo país, sobretudo em lugares com maior concentração de imigrantes (Satalecka, 2009: 7-8).

A mesma autora refere que estes cursos são leccionados com base no referencial “O Português para Falantes de Outras Línguas – O utilizador elementar no país de acolhimento” que é complementado com material de apoio “O Português para Falantes de Outras Línguas – Sugestões de Actividades e Exercícios.” Estes apoios permitem que o formador consiga ensinar os imigrantes, de modo a que estes obtenham um curso com o nível A2 do “Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas”. Este nível deveria permitir ao imigrante comunicar, em português, com facilidade, e constituir um instrumento facilitador do contacto quotidiano na nova sociedade.

O programa destes cursos inclui 12 fichas modulares com 12 temas diferentes nos quais se destacam os seguintes: identificação e caracterização pessoal, alimentação, serviços e direcções, compras, corpo humano, saúde, festas e tempos livres. Estas fichas modulares estão pensadas não só para ensinar expressões linguísticas, como também para mostrar exemplos tipicamente portugueses para que essa aprendizagem seja logo aplicada na vida do imigrante. Salienta-se o facto de haver cursos de português técnico para os sectores de comércio, hotelaria, cuidados de beleza, construção civil e engenharia civil que potenciam um melhor acesso e uma melhor integração no mercado de trabalho.

Segundo um inquérito realizado em 2002 sobre a imigração de Leste em Portugal, um dos aspectos mais interessantes da sua adaptação ao país relacionava-se com a sua fluência na língua portuguesa. Constatou-se que, apenas após alguns meses em Portugal, a maioria dos imigrantes do Leste Europeu demonstrava ter já alguma proficiência na língua. Apenas 9 % dos inquiridos referiam que não falavam nada de português (Sota Martins, 2008).

A questão da língua é um dos elementos que mais distinguem estes imigrantes da grande maioria dos outros presentes no nosso país, os lusófonos. Deste modo, a aprendizagem do português revela-se um aspecto crucial para a integração dos imigrantes de Leste na

nossa sociedade e verifica-se que estes têm alguma facilidade em aprender, visto que em poucos meses, após a sua entrada em Portugal, já conseguem compreender e falar o Português, de uma forma razoável. Atendendo ao facto de possuírem uma língua muito diferente da nossa, sobretudo os ucranianos em relação aos moldavos, é um aspecto a ter em conta e que se deve enaltecer.

O maior conhecimento do funcionamento da sociedade de acolhimento e o alargamento da rede de contactos, resultante da maior fluência da língua de acolhimento, permite aos imigrantes aumentarem o seu capital social. Este funciona com base na confiança, na reciprocidade e no altruísmo entre as pessoas e facilita a consolidação e o desenvolvimento das redes sociais existentes. No contexto específico das migrações caracteriza-se, também, por ter duas dimensões: o “bonding capital” que corresponde a ligações internas específicas de um grupo de imigrantes mas também entre vizinhos de outros grupos étnicos e o “bridging capital” que diz respeito a relações estabelecidas com indivíduos ou instituições da sociedade maioritária e também com outros grupos étnicos que não sejam vizinhos (Beja Horta e Malheiros, 2006). É sobretudo no que respeita ao incremento deste último, que o reforço das competências na língua das sociedades de acolhimento se revela um factor fundamental.

Neste quadro, a apropriação da língua portuguesa por parte dos ucranianos e moldavos é uma decisão necessária e útil para a sua vivência e permanência na sociedade portuguesa. O não domínio ou o fraco domínio do português condiciona muito a sua acção e a sua integração em Portugal. Observa-se que há uma grande cultura de aprendizagem e vontade em conhecer uma nova língua por parte dos ucranianos e dos moldavos, o que constitui um importante impulsionador para a aquisição de competências numa língua que lhes é estranha. O facto de possuírem, geralmente, um nível de habilitações mais elevado e de, em muitos casos, já terem aprendido outras línguas estrangeiras, ajuda-os na aprendizagem, com sucesso, do português.

Em 2002 e 2004, foram realizados dois inquéritos a Imigrantes de Leste promovidos pela Fundação Calouste Gulbenkian e pelo Centro de Estudo Sociais da Faculdade de Coimbra, que permitiram um melhor conhecimento desta população que até àquela data, era pouco conhecida, uma vez que a sua presença em Portugal era ainda muito recente. Em termos de competências linguísticas, constatou-se que a maioria dos inquiridos tinha já um conhecimento considerável do português, na altura do primeiro inquérito, ou seja, frequentemente, poucos meses após a sua entrada no país. Como é clássico no processo de aprendizagem de uma língua, salienta-se o facto da componente activa da escrita ser aquela que representava maiores dificuldades para estes imigrantes na medida em que cerca de 31 % dos inquiridos não sabia escrever português. O segundo inquérito apresenta uma evolução em relação às competências linguísticas dos imigrantes, o que proporcionou

uma maior independência destes na procura de emprego, visto que deixaram de recorrer com tanta frequência a familiares e amigos, nesse aspecto.

Baganha et al (2006:297) afirmam que “as competências linguísticas adquiridas em português permitiram quebrar a sua inicial dependência em relação ao grupo co-étnico, nomeadamente no seu processo de integração económica na sociedade portuguesa, o que teve como consequência uma melhoria considerável, quer dos seus níveis de vencimentos, quer das suas condições de trabalho.”

Em 2003, foi efectuado pelo CESIS um outro inquérito a Imigrantes de Leste, embora neste caso apenas àqueles que habitavam na Área Metropolitana de Lisboa e verificou-se uma concordância com os resultados obtidos nos outros dois inquéritos. Segundo Perista (2004:79), a competência que os inquiridos consideravam estar mais desenvolvida era a compreensão. Esta constitui um elemento que facilita a sua inserção laboral e corresponde a uma primeira fase de aprendizagem de uma língua. O mesmo autor destaca a existência de determinados grupos que possuem uma melhor avaliação no domínio da língua portuguesa, designadamente os indivíduos mais jovens, os que se encontram em Portugal há mais tempo, as mulheres e os imigrantes de nacionalidade moldava.

É de salientar que o domínio da língua portuguesa por parte dos imigrantes de Leste se revela, sobretudo, fora do ambiente doméstico pois com os familiares e amigos da mesma nacionalidade a tendência é falarem a língua do país de origem.

Mendes (2007:274) realça que “é sobretudo em espaços exteriores à esfera doméstica, como por exemplo, em locais de lazer, espaços comerciais e no contacto com serviços públicos que estes imigrantes utilizam, como língua de comunicação, o português. Logo a seguir surgem o contexto laboral e o espaço escolar, como os locais em que se lhes exige a manipulação, nem que seja a um nível básico, da língua portuguesa.” Deste modo, verifica-se que estes imigrantes só usam o português em casos de necessidade, em que tenham de contactar com os nacionais, seja no trabalho ou seja na utilização de diversos serviços do seu quotidiano. Este aspecto pode indiciar que a sua comunicação em português ainda não é suficiente para estabelecer um diálogo fluente com todas as pessoas, pelo facto de possuírem línguas maternas muito diferentes da nossa e de estarem há pouco tempo no país. Por outro lado, os frequentes contactos com o país de origem associados a uma vida quotidiana em contexto endogâmico, dominado pela presença de co-étnicos, contribuem para o uso diário da língua materna, em detrimento do Português.

Relembre-se que o conhecimento do português permite a estes imigrantes uma melhor interacção com a população nacional e facilita a sua integração no mercado de trabalho e na sociedade, mas ainda revela algumas limitações que são naturais para aqueles que provêm de países que não são de expressão portuguesa, como acontece com as

populações oriundas do Leste da Europa, mas também com outros grupos de imigrantes com significado estatístico e social em Portugal, como os chineses, os indianos ou os oriundos do Bangladesh.

Apesar da distância em termos linguísticos e culturais, os imigrantes originários dos países do Leste da Europa são provavelmente mais capazes de se adaptarem a mudanças e de se integrarem socialmente com mais facilidade. No entanto, é importante realçar que dão valor à manutenção da ligação cultural, linguística e afectiva com os países de origem e, nesse sentido, a aprendizagem do português e a sua integração na sociedade portuguesa não implicam o fim da ligação com aqueles estados.

Grosso (2007:1) destaca a importância da aprendizagem da língua e da cultura do país de acolhimento para a inserção e integração do indivíduo na nova sociedade. Mesmo em termos jurídicos este aspecto é importante, visto que para o Governo conceder a nacionalidade portuguesa, por naturalização, é necessário que os estrangeiros conheçam suficientemente a língua portuguesa, ou seja, obtenham o nível A2 do “Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas”.

Relativamente à aprendizagem do português, existem diversos níveis de conhecimento, ou seja, o imigrante precisa de passar por diversas etapas, no que diz respeito ao desenvolvimento de competências linguísticas. Numa fase inicial, a interacção existente corresponde ao uso de frases memorizadas para serem usadas em determinado contexto específico que não necessite de um conhecimento muito vasto da língua. Nesta situação encontram-se os serviços básicos do quotidiano como os mercados, os cafés, lojas, ... É importante salientar que cada imigrante possui características, necessidades e desejos distintos que irão influenciar o grau de conhecimento da língua de acolhimento. Cada indivíduo adquire as competências e os conhecimentos linguísticos que se adequam melhor às necessidades e objectivos resultantes de cada experiência migratória específica. Um outro aspecto referido por Grosso (2007:6) relaciona-se com o facto de haver uma responsabilidade conjunta do imigrante e da sociedade que o recebe, ao nível das diversas competências a desenvolver por este público. Há, assim, uma colaboração bilateral que passa por um processo contínuo de diálogo em que se identificam as suas necessidades e as dificuldades de comunicação e de integração.

Tal como refere Pliássova (2007:8-9), muitos dos ucranianos que chegam ao país optam por aprender o português individualmente, recorrendo a guias de conversação, dicionários e gramáticas. Já outros, tendo a possibilidade para tal e/ou reconhecendo a insuficiência do método, tentam complementar os conhecimentos assim adquiridos com o ensino formal da língua, oferecido em diversos cursos que têm sido criados para ajudar os imigrantes a ultrapassar as barreiras linguísticas. A mesma autora salienta que ao nível do ensino do português para ucranianos adultos, é necessário ter em conta que eles possuem, para

além de uma elevada motivação para a aprendizagem da língua e uma desenvolvida capacidade de auto-regulação, um grande potencial intelectual e uma considerável capacidade de assimilação de novos conhecimentos, sobretudo aqueles que têm formação média ou superior. Os estudantes de língua adultos necessitam que a aprendizagem do português pressuponha uma intensa actividade cognitiva.

A aprendizagem de uma nova língua supõe entrar numa nova cultura e descobrir uma nova realidade, que, no caso dos imigrantes, se torna uma necessidade uma vez que, para se integrarem local e profissionalmente, precisam de ter o domínio da língua portuguesa. O facto de estarem inseridos nessa nova realidade linguística e cultural é positivo, pois permite-lhes pôr em prática, diariamente, os conhecimentos adquiridos, dá-lhes motivação extra para a consolidação da aprendizagem da língua e possibilita-lhes uma melhor adaptação ao novo meio geográfico, linguístico e cultural (Oliveira, 2006:4). A mesma autora realça o facto de os adultos só terem iniciativa de aprenderem uma língua estrangeira quando confrontados com alguma situação que os empurra para essa necessidade, nomeadamente a nível profissional ou por razões de mudança de país como é o caso dos imigrantes.

O contexto ideal para essa aprendizagem é o contexto oferecido aos imigrantes fora da sala de aula, o convívio diário com o grupo social maioritário (população nacional) com o qual tem necessidade de interagir, falar e conviver na língua que estão a aprender na sala de aula.

4.1.4.1. Projecto “Aproximações à Língua Portuguesa”

O domínio da língua portuguesa é um dos factores mais decisivos para a integração social e económica do imigrante e constitui um importante instrumento para o indivíduo adquirir uma cidadania plena e inteira.

O projecto “ Aproximações à Língua Portuguesa: atitudes e discursos de não nativos residentes em Portugal”, promovido, em 2007, pelo Laboratório de Investigação em Educação em Português da Universidade de Aveiro, foi um grande contributo para o desenvolvimento de competências linguísticas em contexto migratório pois permitiu conhecer melhor certos tipos de imigrantes a viverem em Portugal (caboverdianos, ucranianos, chineses) e as suas necessidades e problemas, ao nível da língua e da sua integração social e económica. Este projecto destacava a existência de determinados factores que evidenciam a importância atribuída à língua portuguesa pelos indivíduos entrevistados, relativamente a diversos aspectos da sua integração.

Este projecto analisou dois aspectos que reflectem o grau de integração na sociedade portuguesa (Ançã, 2008): a fixação definitiva de residência em Portugal como objectivo e a importância da língua portuguesa face a um conjunto de factores como a fixação de residência, o exercício da actividade profissional, a integração na sociedade portuguesa e a amizade com os portugueses. Em relação ao primeiro aspecto, mais de metade dos ucranianos apresenta a expectativa de se fixar no nosso país. Uma boa parte deles refere que a sua permanência em Portugal depende das condições que o país oferecer, não tendo assim a certeza de ficarem a residir definitivamente em Portugal. Em relação ao segundo aspecto, constatou-se que todas as comunidades atribuem maior peso à língua portuguesa na sua decisão em ficar em Portugal (86% dos inquiridos que pretende ficar em Portugal afirma que a língua portuguesa teve grande importância nessa decisão). Relativamente à concretização das suas ambições profissionais e sociais, verifica-se que os ucranianos atribuem um peso maior à língua portuguesa do que os outros dois grupos estudados. O conhecimento da língua revela-se de grande importância para esta comunidade para exercer a sua actividade, melhorar a situação profissional, integrar-se na sociedade portuguesa e melhorar/alargar as relações sociais.

Relativamente às estratégias de aprendizagem (Oliveira, Ferreira e Faneca, 2007:29-30), os ucranianos dedicam-se, frequentemente, por iniciativa própria e de forma autónoma, ao desenvolvimento de competências em língua portuguesa. Este tipo de aprendizagem autónoma implica o recurso a diversas estratégias metacognitivas, uma vez que os indivíduos planificam e organizam as actividades de aprendizagem e identificam as suas dificuldades.

Uma outra estratégia cognitiva utilizada pelos ucranianos consiste no uso de guias de conversação, dicionários e gramáticas e na rentabilização dos seus repertórios linguísticos, nomeadamente através de estratégias de intercompreensão, tais como a transferência, a tradução/retroversão e a comparação entre línguas. Uma das características da comunidade ucraniana é a capacidade de reflexão sobre as diferenças e semelhanças entre a língua materna e a língua portuguesa, tanto ao nível lexical como gramatical.

Por fim, esta comunidade também recorre a estratégias sócio-afectivas, quando estão em interacção com locutores nativos, pela necessidade de se fazerem entender e pela vontade de aperfeiçoar a sua fluência em língua portuguesa. Valorizam muito o contacto com os portugueses enquanto meio de melhorarem a sua proficiência na língua portuguesa, o que constitui uma boa estratégia de aprendizagem do português e de integração. Verifica-se que valorizam e apresentam uma grande receptividade em relação à cultura portuguesa, revelando um gosto e interesse em conhecer a cultura e as tradições do nosso país, isto sem esquecer a sua própria cultura. Deste modo, na sua vida quotidiana coabitam as duas culturas, a de origem e a de acolhimento.

A comunidade ucraniana inquirida neste estudo é a que reconhece maior importância à língua portuguesa a diversos níveis e, simultaneamente, a que revela mais sinais de integração na sociedade portuguesa. Neste sentido, o seu empenho e dedicação à aprendizagem do português é maior e, conseqüentemente, os seus resultados no conhecimento de uma língua nova serão melhores. Este aspecto facilita a sua interacção e comunicação com os portugueses, tanto a nível profissional como pessoal. As estratégias de aprendizagem, referidas anteriormente, reflectem uma grande motivação para aprenderem a língua portuguesa e demonstram o seu esforço e a sua intenção de se integrarem na nossa sociedade da melhor forma possível.

As mesmas autoras realçam o facto de a integração não depender exclusivamente do imigrante e do domínio linguístico (Oliveira, Ferreira e Faneca, 2007). Um dos factores que é destacado relaciona-se com as representações que os portugueses têm desses indivíduos. Constata-se que há uma simpatia e consideração pelos ucranianos, devido ao modo desta comunidade se inter-relacionar com os nacionais e, também, uma certa compaixão por estes indivíduos que está associada ao facto de eles exercerem actividades muito abaixo das suas qualificações, ao contrário, das profissões com um certo estatuto social (médicos, advogados e políticos) que desempenhavam no seu país de origem.

Este mesmo projecto apresentou, também, a caracterização da cultura da aprendizagem de cada uma das comunidades relativamente à língua portuguesa. Foram analisados diversos itens: dificuldades linguísticas que os sujeitos dizem sentir; algumas estratégias cognitivas que afirmam utilizar, assim como os exercícios/actividades que consideram mais eficazes e a utilização que dizem fazer de obras de referência em português (dicionários, gramáticas, enciclopédias).

No que diz respeito ao primeiro item (dificuldades linguísticas sentidas), os ucranianos referiram em primeiro lugar a concordância das formas verbais (16,9 % dos inquiridos) e em segundo a estrutura da frase (16,4 %). A maioria dos problemas referenciados dizem respeito à morfossintaxe. Para eles a língua portuguesa é interpretada como tendo um sistema temporal complexo porque apresenta mais tempos morfológicos do que as línguas eslavas orientais. Quanto às questões sintácticas verifica-se que os ucranianos apresentam dificuldades na utilização da preposição, visto que na sua língua existem declinações e as relações sintácticas são marcadas por casos. Isto, conjuntamente com o facto de a ordem das palavras não ser tão rígida como na língua portuguesa, produz algumas dificuldades na estruturação de frases. Em termos de pronúncia, constata-se que os ucranianos encontram sérias dificuldades ao pronunciar certos sons vocálicos e nasais inexistentes na língua ucraniana. A principal causa destas dificuldades reside na interferência das respectivas línguas maternas. Deste modo, quem ensina deve ter atenção às diferenças entre a língua portuguesa e as línguas maternas dos imigrantes, de forma a

compreender quais são, efectivamente, as causas (inter) linguísticas que dificultam a aquisição de determinados conteúdos.

Relativamente ao segundo item, verifica-se que nem sempre recorrem à língua materna na apropriação e na compreensão da nova língua, no que diz respeito à identificação de semelhanças e diferenças entre as duas línguas. Contudo, há certos aspectos da língua materna (sons, vocabulário e estrutura sintáctica), que consideram ser bastante facilitadores no processo de aprendizagem do português. Quanto aos exercícios ou actividades mais eficazes, estes atribuem igual importância à oralidade, leitura e escrita.

Por fim, em relação ao último item, observa-se que usam bastante os dicionários, têm fraca utilização de gramáticas e quase não recorrem a enciclopédias, talvez pelo domínio do português ainda não estar suficientemente consolidado.

De acordo com um estudo realizado no âmbito deste projecto (Ançã, 2008) em que foram inquiridos 75 ucranianos, cerca de metade destes aprendem o português em contextos não formais (associações, institutos) embora o contexto formal também tenha relevo para uma parte significativa dos inquiridos. Salienta-se, porém, que a auto-aprendizagem é uma forma importante de aprender o português para alguns ucranianos.

Relativamente às razões apresentadas para a aprendizagem da língua portuguesa, 29 dos 75 inquiridos refere os aspectos económicos/profissionais e sociais. De seguida são apontados factores relacionados com as necessidades gerais e de comunicação (24 casos) e com a curiosidade e vontade em adquirir conhecimentos (13). Por fim, surgem a vontade de residência/permanência em Portugal e razões familiares. Esse mesmo estudo refere que as principais dificuldades linguísticas são de ordem interlinguística, ou seja, aspectos como a concordância das formas verbais, a estrutura da frase, a formação dos tempos, a pronúncia e a utilização da preposição.

Quando questionados sobre a importância da língua portuguesa para a fixação de residência em Portugal, 58 do total de 75 inquiridos considera muito importante, 10 pouco importante e 5 sem importância. Destes 5 últimos, 3 não pretendem fixar-se em Portugal e, por isso, é natural que não atribuam importância à língua. Os outros 2 pelo facto de demonstrarem uma grande proximidade com os portugueses, já estarão fixados em território nacional e possivelmente dispensarão um bom domínio do português para efeitos de residência. É importante salientar que 46 inquiridos pretendem fixar residência em Portugal, 6 não e 26 ainda não sabem. As opções dependem, sobretudo, de razões de ordem profissional/social e familiar (19), económico/profissional (15) e do “gosto” por Portugal (11), avaliadas de modo específico.

A aprendizagem do Português é um factor fundamental para o imigrante em termos individuais pois permite que este seja autónomo e não dependa dos outros para se expressar e obter informações. A língua constitui, também, uma forma de combater a

discriminação, uma vez que ao se conhecer a língua do país de acolhimento o imigrante deixa de estar marginalizado da sociedade e tem a possibilidade de usufruir de um novo estatuto enquanto cidadão, com os seus respectivos direitos e deveres, pelo facto de estar numa nova sociedade.

A heterogeneidade existente entre as diversas comunidades que residem em Portugal origina não só diferenças ao nível das origens culturais e linguísticas dos imigrantes mas também de outros factores que condicionam a necessidade de dominar a língua de acolhimento e a sua apropriação. Entre estes factores, devem realçar-se (Grosso, Tavares e Tavares, 2008:7-8):

1. Diferentes níveis e tipos de escolarização dos imigrantes que proporcionam necessidades e ritmos de aprendizagem muito distintos;
2. Variação no tempo de permanência em Portugal e, conseqüentemente, no conhecimento do português;
3. Variação da natureza e domínio da língua materna, cuja forma de repercussão na aprendizagem da língua portuguesa é variável;
4. Eventual conhecimento de outra língua poderá constituir uma ajuda preciosa na aquisição de novas destrezas comunicativas;
5. Variação socioeconómica e profissional de origem e actual.

Apesar desta heterogeneidade, o essencial das suas necessidades comunicativas em termos de compreensão e de produção resulta das situações da vida quotidiana, das interacções com os portugueses nos múltiplos contactos da vida social e profissional e das tarefas que, neste contexto, e numa língua que não é a sua, têm de realizar (Grosso, Tavares e Tavares, 2008:8).

O desenvolvimento de competências linguísticas e comunicativas é um processo que favorece não só o desenvolvimento global do indivíduo mas também constitui um importante instrumento de interacção social entre pessoas de diferentes culturas e línguas, o que pode originar um interesse e respeito mútuo e a promoção de um ambiente saudável e harmonioso entre as diversas comunidades. Estes aspectos são essenciais para uma integração bem sucedida dos estrangeiros em qualquer sociedade de acolhimento, e permitem atenuar o natural desfasamento cultural e linguístico existente entre o país de origem e de destino que, no caso português, se torna particularmente evidente para os imigrantes provenientes da Europa de Leste.

Sintetizando, e de acordo com Grosso, Tavares e Tavares (2008:17), as competências gerais e individuais, assim como as características afectivas, cognitivas, linguísticas e

culturais dos imigrantes interferem na realização de tarefas que podem envolver vários domínios de comunicação, nomeadamente:

- domínio profissional – responder a uma entrevista oralmente ou por escrito sobre os seus dados pessoais, receber chamadas e registar mensagens;
- domínio público – pedir informações sobre um produto com vista a adquiri-lo;
- domínio privado – trocar informações com amigos, vizinhos sobre temas da imprensa (programas televisivos ou radiofónicos);
- domínio educativo – organizar e preparar uma exposição sobre o país de origem.

4.1.5. Programa “Portugal Acolhe”

Em 2001, foi lançado pelo Governo, um Programa designado “Portugal Acolhe” que constitui uma estratégia fundamental para corresponder às necessidades de integração social e profissional dos imigrantes. A criação deste Programa tornou-se um aspecto fundamental a partir do momento em que ocorreu uma alteração do perfil do imigrante resultante da maior diversificação de nacionalidades estrangeiras presentes em Portugal, nomeadamente aquelas que são provenientes do Leste da Europa que se caracterizam por não terem o português como língua materna. Esta mudança no tipo de imigrante originou novos problemas e, nesse sentido, tornou-se necessário adoptar uma estratégia que combatesse a segmentação do mercado de trabalho e que proporcionasse uma melhor integração destes “novos” imigrantes. Neste âmbito, é importante que a participação dos imigrantes seja realizada através do cumprimento das normas que regulam o funcionamento do mercado de trabalho, designadamente no que se refere à duração do trabalho, às remunerações, à protecção no emprego e à protecção social. Por outro lado, estes devem ter acesso aos instrumentos necessários, ao exercício de uma cidadania activa nomeadamente em relação ao exercício dos direitos e deveres laborais.

Este programa foi implementado com base na operacionalização de três medidas de acção prioritárias (IEFP, 2004:4):

- a) Concepção, publicação e distribuição de um Guia de Acolhimento, disponibilizado em Português e em mais cinco línguas estrangeiras (Ucraniano, Russo, Romeno, Francês e Inglês);
- b) Organização e desenvolvimento de acções de formação em Português Básico para estrangeiros, de modo a promover a capacidade de expressão e de compreensão na língua portuguesa, com uma duração total de 150 horas (50 horas por cada nível -1. Iniciação / 2. Consolidação / 3. Aprofundamento);

c) Organização e desenvolvimento de acções de formação para a Cidadania, de modo a promover o conhecimento dos direitos e deveres fundamentais à inserção dos imigrantes na sociedade portuguesa e, em particular, no mercado de trabalho, com uma duração de 12 horas.

Estas medidas têm como objectivo promover algumas competências de âmbito linguístico e de cidadania, de forma a funcionarem como apoio ao processo de integração na sociedade portuguesa e, particularmente, no mercado de trabalho. Estas medidas foram operacionalizadas pelo “Instituto de Emprego e Formação Profissional” (IEFP) através dos diversos Centros de Emprego e Formação Profissional existentes no país.

No que diz respeito às competências linguísticas que os imigrantes devem adquirir, é importante destacar que foi adoptado um referencial de formação organizado no âmbito da ANEFA, “Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos”, que é um organismo público tutelado pelos Ministérios da Educação e do Trabalho, e que inclui metodologias de aplicação e materiais pedagógicos de apoio. Foram seleccionados professores e formadores possuidores de qualificações académicas e profissionais adequadas para desempenharem esta função, nos diversos centros de formação existentes no país. Relativamente à componente de cidadania, o programa contempla diversos assuntos relacionados com a sociedade portuguesa como a cultura, sistema político, educativo, segurança e solidariedade social, trabalho e saúde (Falcão, 2002).

Após a observação e análise do programa e dos seus diversos quadros estatísticos e gráficos, há diversos aspectos que devem ser destacados. As acções realizadas no âmbito deste Programa caracterizaram-se por ser, em termos regionais, muito concentradas na região de Lisboa, em qualquer dos anos em análise (2002 a 2004). Foram analisados estes anos visto que o Relatório de Execução do Programa foi realizado em 2004 e os dados por ele disponibilizados referem-se a esses anos. Ao nível do número de formandos essa situação é, naturalmente, semelhante, o que não é de estranhar visto que uma parte muito significativa dos imigrantes presentes em Portugal está instalada, precisamente, na região de Lisboa. Mesmo no caso dos imigrantes de Leste que se caracterizam por estar mais distribuídos espacialmente, a região de Lisboa tem um peso bastante significativo.

De uma forma geral, 2004 representou para o Programa “Portugal Acolhe” um ano de grande crescimento. Nesse ano, foram realizadas 171 acções de formação promovidas pelos diversos centros de formação profissional do IEFP que abrangiam um total de 2453 formandos. A região de Lisboa detinha 142 acções e 2054 formandos, o que correspondia a mais de 80% do total de acções e de formandos em 2004. Constatou-se que os centros de formação profissional da Amadora e de Setúbal apresentam maior número de acções e de formandos, comparativamente aos outros centros da região de Lisboa e, principalmente,

em relação aos das outras regiões de Portugal. Salienta-se que essas acções estão divididas por níveis de desenvolvimento da língua portuguesa. O primeiro diz respeito ao módulo de iniciação, o segundo ao módulo de consolidação e o terceiro ao módulo de aprofundamento. Todos estes módulos são constituídos por 50 horas de formação.

A delegação regional de Lisboa e Vale do Tejo registou em 2004 um total de 71 acções de nível 1, 45 acções de nível 2 e 26 acções de nível 3. Cerca de metade dos formandos de Lisboa estavam abrangidos pelo nível 1 (1045 em 2054), havia 625 formandos com o nível 2 e 384 com o nível 3. Deve-se referir que as acções de nível 2 e 3 obtiveram um aumento significativo em comparação com anos anteriores. Outro aspecto a realçar relaciona-se com o facto de praticamente todas as acções destes dois últimos níveis terem sido realizadas na região de Lisboa, apesar de se verificar que em determinados centros da região de Lisboa e Vale do Tejo apenas existem acções e formandos no nível 1. As acções de nível 2 e 3 só estão presentes em alguns centros desta região. São nesses centros que se concentram as diversas acções e formandos existentes, não só a nível regional como em termos nacionais.

Em termos de origens dos formandos verifica-se que 85,6% são provenientes de países do Leste Europeu, o que é natural visto que estes não possuem nenhum conhecimento da língua portuguesa e falam línguas muito diferentes da nossa. Os ucranianos representam mais de metade (56,4%) dos formandos abrangidos pelo “Portugal Acolhe”, ou seja, dos 2179 formandos abrangidos pelo programa em 2004, 1228 são ucranianos. De seguida aparecem os russos com 272 (12,5%), os moldavos com 198 (9,1%) e os romenos com 96 (4,4%).

Relativamente à distribuição regional, verifica-se que os formandos de Leste estão em muito maior número na delegação de Lisboa, comparativamente às outras regiões. O peso destes em relação às outras nacionalidades é muito superior na região de Lisboa. Nas outras regiões há maior equilíbrio do número de formandos das diversas nacionalidades.

Em termos de idades, constata-se que os escalões etários dos 25 aos 44 anos são predominantes nos imigrantes de Leste, assim com no resto dos imigrantes, ou seja, a maioria dos indivíduos que frequenta estes cursos estão na idade activa. No que diz respeito às habilitações, observa-se que cerca de 1/3 dos imigrantes de Leste possui 12 anos de escolaridade (592 no total de 1844). De seguida surgem os que têm uma licenciatura (495) e em terceiro lugar os que têm 9 anos de escolaridade (313). Estes imigrantes apresentam um dado curioso visto que, pela primeira vez, desde o início do Programa “Portugal Acolhe”, se registou a presença de formandos-imigrantes sem grau de ensino. Este facto pode ser explicado de duas formas. Por um lado, deve-se averiguar se esta informação foi correctamente inserida no SGFOR, “Sistema de Gestão de Formação” e, por outro, cruzando esta informação com as idades, aferir se esses indivíduos

pertencem a um grupo etário muito jovem que tenha abandonado o país de origem sem completar a escolaridade. Na composição por géneros, observa-se que 54 % dos formandos do Leste da Europa são homens e 46 % mulheres, situação que é semelhante para o total de formandos de todas as nacionalidades.

De acordo com um estudo do IEFP (2002) sobre os formandos do Programa “Portugal Acolhe” citado por Dionísio (2007:67), verificou-se que o russo é uma das línguas mais faladas por estes imigrantes. É importante salientar que nem todos são de nacionalidade russa visto que 14,1% dos ucranianos, 4 % de moldavos e 16,2 % de nacionais de outros países também têm o russo como língua materna, devido ao facto de esta língua ser obrigatória sob o regime comunista.

Como os imigrantes constituem cerca de 7% da população activa do país, torna-se muito relevante a criação de um Programa deste género, no qual este grupo de população é prioritário na actuação dos serviços públicos de emprego e formação profissional. Salienta-se, também, que o fenómeno migratório é complexo e engloba diversas áreas como a social, a económica, a jurídica e a cultural. Deste modo, é essencial adoptar-se uma adequada política de imigração que se articule com outras políticas de âmbito social, de emprego e de formação.

Para melhorar a qualidade e a eficácia do Programa, é necessário ter em conta algumas medidas presentes no documento “Proposta de Reformulação do Programa Portugal Acolhe”. Entre elas destacam-se (IEFP, 2004:23-25): maior articulação com o ACIDI através do reforço de estratégias de divulgação do Programa junto dos seus destinatários; reforço da rede de parcerias e envolvimento de outras entidades na execução do Programa; reforço e articulação com os serviços que têm responsabilidades em termos de migrações (Ministérios da Educação e da Saúde, SEF, Instituto de Solidariedade e Segurança Social, Instituto de Desenvolvimento e Inspeção e das Condições de Trabalho), o que irá permitir aumentar o impacto e o estatuto do Programa junto dos destinatários. Acrescia a estas, a necessidade de consolidar a metodologia de intervenção do IEFP no âmbito deste Programa e de reforçar a preparação e formação dos técnicos do IEFP (emprego e formação), formadores e outros agentes envolvidos no processo de acolhimento e no processo formativo.

Em 2008, foi criado pelo ACIDI um novo Programa designado “Português para Todos”, proveniente de um processo de reforma do Programa “Portugal Acolhe”. Houve um reforço das componentes pedagógicas dos Módulos de Português e Cidadania, introduzindo o Português Técnico. Este novo Programa tinha, também, em vista o acesso mais alargado dos imigrantes, designadamente os desempregados. Os cursos são gratuitos e promovidos pelas escolas do Ministério da Educação e pelos Centros de Formação do IEFP. Este Programa revelou ser uma mais-valia na medida em que está em sintonia com a Lei da

Nacionalidade e a Lei da Imigração, pois para o acesso à nacionalidade, autorização de residência permanente e estatuto de residente de longa duração é necessário que haja a prova de conhecimento suficiente da língua portuguesa.

Em seguida são apresentados alguns dados acumulados (2008 e 2009) relevantes, relacionados com este Programa. O quadro nº 7 apresenta o número total de formandos que frequentaram estes cursos por géneros e o principal destaque diz respeito à maior frequência das mulheres pois representam 54,4 % do total de formandos. O quadro nº 8 apresenta os formandos na situação face ao emprego. Constatase que o número de mulheres desempregadas a frequentar estes cursos é muito superior ao dos homens em termos relativos visto que quase 61 % dos desempregados são do sexo feminino. Deve-se referir que em termos de empregados a situação é mais equilibrada, visto que o sexo masculino ganha maior importância, tanto em relação a valores absolutos como relativos, na medida em que representa 49 % do total de empregados. O quadro nº 9 apresenta os formandos por escalão etário, realçando-se o facto de a maioria ter mais de 25 anos em termos totais. Em termos de divisão dos formandos por sexos, observa-se que os homens apenas têm um número mais elevado no escalão dos 15 aos 19 anos, com cerca de 60 %. Em todos os outros escalões as mulheres estão mais representadas, principalmente aquelas que têm idade compreendida entre os 25 e os 34 anos. O quadro nº 10 apresenta os formandos por habilitações literárias e verifica-se que o ensino secundário é o mais comum nos indivíduos que frequentam estes cursos. Ao analisarmos os dados por sexos verifica-se que os homens são em maior número até ao 3º ciclo (9º ano), sobretudo os que possuem o 6º ano de escolaridade. As mulheres ganham maior relevância a partir do ensino secundário, ou seja, nos níveis mais elevados de escolaridade o sexo feminino tem maior percentagem que o sexo masculino, excepto nos pós-doutorados em que há equilíbrio entre os dois sexos.

Quadro Nº 7**Total de Formandos por Géneros em 2008 e 2009, em termos absolutos e relativos**

Por Géneros	Total	H	M
Nº total de formandos	7213	3291 (45,6 %)	3922 (54,4 %)

Fonte: Relatório de Execução do PPT**Quadro Nº 8****Situação face ao Emprego - Homens e Mulheres em 2008 e 2009, em termos absolutos e relativos**

Situação face ao Emprego	Total	H	M
Empregados	4448	2180 (49 %)	2268 (51 %)
Desempregados	2403	943 (39,3 %)	1460 (60,7 %)
Inactivos	362	168 (46,4 %)	194 (53,6 %)
Total	7213	3291 (45,6 %)	3922 (54,4 %)

Fonte: Relatório de Execução do PPT

Quadro Nº 9
Formandos por Escalão Etário - Homens e Mulheres em 2008 e 2009, em termos absolutos e relativos

	Total	H	M
Jovens (15 – 19)	557	336 (60,3 %)	221 (39,7 %)
Jovens (20 – 24)	702	310 (44,2 %)	392 (55,8 %)
Grupo etário (25 – 34)	2070	822 (39,7 %)	1248 (60,3 %)
Grupo etário (35 – 44)	1925	878 (45,6 %)	1047 (54,4 %)
Com idade superior a 44 anos	1959	945 (48,2 %)	1014 (51,8 %)
Total	7213	3291 (45,6 %)	3922 (54,4 %)

Fonte: Relatório de Execução do PPT

Quadro nº 10
Habilitações Literárias dos Formandos – Homens e Mulheres em 2008 e 2009, em termos absolutos e relativos

Habilitações Literárias	Total	H	M
4º Ano	619	327 (52,8 %)	292 (47,2 %)
6º Ano	474	273 (57,6 %)	201 (42,4 %)
3º Ciclo (9º Ano)	1489	750 (50,4 %)	739 (49,6 %)
Ensino Secundário	3302	1420 (43 %)	1882 (57 %)
Bacharelato e Licenciatura	1216	475 (39 %)	741 (61 %)
Mestrado	79	33 (41,8 %)	46 (58,2 %)
Doutoramento	30	11 (36,7 %)	19 (63,3 %)
Pós-Doutorado	4	2 (50 %)	2 (50 %)
Total	7213	3291 (45,6 %)	3922 (54,4 %)

Fonte: Relatório de Execução do PPT

4.2. A influência das competências linguísticas nas opções e trajectórias profissionais

A observação directa dos factos efectuou-se através da concretização de um total de 27 entrevistas durante o período de Abril a Junho de 2010. O processo de angariação de imigrantes realizou-se através de pessoas conhecidas e amigas pois esta foi a melhor forma de contactar com estas populações. Este modo de abordagem revelou-se, também, mais adequado devido ao facto dos imigrantes se sentirem mais confortáveis e acessíveis para responder às questões previamente estabelecidas. Foram entrevistados 14 ucranianos (8 homens e 6 mulheres) e 11 moldavos (6 homens e 5 mulheres) no município de Vila Franca de Xira, a que acrescem mais 2 cidadãos da última nacionalidade (1 homem e 1 mulher) que habitavam e trabalhavam noutros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. A inclusão destes 2 elementos ficou a dever-se ao facto de, na área de Vila Franca de Xira, se estar a tornar muito difícil angariar mais imigrantes desta nacionalidade, pelo que tive de optar por outras hipóteses. É importante salientar que nem todos os imigrantes, tanto ucranianos como moldavos, com quem tentei conversar, se mostraram disponíveis, tendo-se perdido algumas hipóteses de entrevistas por falta de interesse e vontade por parte dos potenciais inquiridos. Um outro problema encontrado associa-se ao processo de entrevistas propriamente dito, isto é, durante os encontros com os imigrantes, alguns deles experimentaram dificuldades no entendimento de algumas perguntas, que tiveram de ser reformuladas com uma linguagem ainda mais cuidada. Neste sentido, houve a necessidade de realizar as perguntas de uma forma mais simples, de modo a torná-las compreensíveis para os entrevistados. O nível de fluência e conhecimento da língua portuguesa por parte destes também influenciou o aspecto referido anteriormente.

4.2.1. Imigrantes Moldavos Entrevistados

Com a realização das entrevistas a imigrantes moldavos (homens e mulheres) foi possível recolher um conjunto de informações relevantes para dar resposta às questões associadas à presente tese. Em relação à primeira pergunta, em que se pretendia saber os motivos que levaram os moldavos a emigrar e a data de emigração, verificou-se que houve alguma diversidade de motivos apresentados. No entanto as duas respostas mais frequentes que, no fundo, estão interligadas entre si, foram o desaparecimento da União Soviética que provocou uma grande crise económica e o consequente aumento do desemprego, e o objectivo de melhorar a vida e o nível económico. Pavel referiu que: “O desaparecimento da União Soviética e a consequente independência da Moldávia provocou uma grande

crise económica no país e fui obrigado a emigrar para encontrar emprego.” Ana respondeu que: “O salário que recebia na Moldávia como enfermeira era muito baixo (200 € por mês).” Salienta-se o facto de dois moldavos terem emigrado, um em 1999 e outro em 2000, ou seja, precisamente na altura em que a imigração do Leste da Europa em Portugal se encontrava em maior crescendo. O ano de 2005 foi aquele que obteve mais respostas (4), sendo que 3 delas foram dadas por mulheres, isto é, metade das mulheres moldavas entrevistadas veio em 2005. Verificou-se que depois desse ano só um entrevistado imigrou, tendo isto ocorrido em 2008. Destaca-se que os moldavos mantiveram a sua imigração depois do “pico” de 2001, mas com o agravar da crise em Portugal tem havido uma natural menor intensidade dos fluxos nos últimos anos.

As razões apresentadas para escolherem Portugal para viver foram, essencialmente, a maior facilidade de legalização, a cultura e a língua serem parecidas pelo facto de serem latinas e, também, por motivos familiares (juntar-se ao marido ou a irmãos e pais). Sérgio assinalou: “Escolhi Portugal porque é um país mais parecido com a Moldávia em relação à língua e à cultura. Os portugueses são mais parecidos com os moldavos em comparação com outros países. As tradições, as festas são mais ou menos iguais nos dois países.” Andrei referiu que: “Para além dos meus pais que já viviam no país, os papéis da legalização são mais fáceis em Portugal do que noutros países.”

No que diz respeito às trajectórias migratórias e profissionais, constatou-se que todos os moldavos entrevistados vieram directamente para Portugal, ou seja, nunca viveram nem trabalharam noutros países europeus, situação que não se verifica em Portugal visto que muitos deles estiveram em muitas zonas diferentes do país (sobretudo na AML) e tiveram diversas profissões. Este facto acontece, principalmente, com os homens. Os trabalhos desempenhados por eles não exigem grandes qualificações (servente de pedreiro, pintor, serralheiro, motorista, carpinteiro, construção civil). Slava informou: “Saí da Moldávia para Beja. Estive no Porto, Lisboa, Almada e actualmente estou no Laranjeiro. Tenho tido trabalhos muito diferentes: montador de ar condicionado, pintor, motorista, carpinteiro e construção civil (Loures).” Apenas 2 moldavos (1 homem e 1 mulher) exercem a sua profissão em áreas de elevada qualificação – um jurista e uma enfermeira – como se pode comprovar pela resposta da enfermeira Angela: “Saí da Moldávia para vir morar para o Montijo e trabalhar em Vila Franca de Xira. Fiz o estágio no Hospital de Vila Franca onde trabalho desde então.” Destaca-se, também, o facto de dois moldavos estarem actualmente desempregados, porém um deles por doença.

Na pergunta referente às principais dificuldades encontradas no momento de chegada a Portugal, a língua foi uma resposta quase unânime. Apenas dois não referiram esse aspecto como um obstáculo ou um problema. Alguns salientaram que tiveram dificuldades em encontrar emprego e casa. O dinheiro gasto na legalização e na equivalência de

diplomas foram também problemas referidos. Vladimir destacou que: “As principais dificuldades encontradas no momento da minha chegada foram a língua, o emprego, o alojamento e informação sobre os procedimentos para obter a equivalência do diploma.” Destaca-se também a resposta de Pavel: “A primeira barreira que tive foi a língua, embora aprendesse com facilidade. As duas línguas têm em comum cerca de 2000 palavras idênticas.” É de realçar que estes imigrantes revelam uma boa capacidade na aprendizagem de novas línguas devido ao facto de, geralmente, possuírem uma qualificação mais elevada e de serem bilingues, por terem pertencido à União Soviética e, desse modo, terem aprendido a língua russa. (Pliássova, 2007; Oliveira, Ferreira e Faneca, 2007).

Relativamente à procura de emprego e à inserção no mercado de trabalho, constata-se que muitos responderam que não tiveram dificuldades em encontrá-lo, visto que receberam o apoio de amigos moldavos ou de familiares que já viviam no país. Natalia afirmou que: “Não tive dificuldades em entrar no mercado de trabalho pois o meu marido, que já cá estava, tinha conhecimentos e ajudou-me a encontrar emprego e na língua. No meu primeiro emprego tinha uma colega moldava que me ajudou no emprego o que me facilitou na comunicação com as outras pessoas.” Dois salientaram que, por falta de visto, de equivalência de diplomas e por não saberem falar a língua, não conseguiram ou tiveram dificuldade em encontrar emprego na sua área de formação. Vladimir salientou que: “Não consegui arranjar trabalho na minha área sem intermediários que dominavam a língua.” Destaca-se, também, que dois jovens moldavos referiram que tiveram problemas em relação aos salários. Num dos casos por não ter recebido no primeiro emprego e noutro por receber pouco para os trabalhos que tem realizado.

Um aspecto importante a realçar diz respeito à falta de ajustamento entre o emprego actual e a qualificação que os entrevistados possuem. A grande maioria está a desempenhar actividades que não se relacionam com o nível de qualificação que possuem, isto devido não só ao facto de muitos terem cursos superiores e estarem em empregos pouco qualificados como, também, muitos terem o 11º ou 12º ano de carácter geral, visto que na Moldávia o ensino secundário é geral, não havendo hipótese de se obter uma especialização até ao 12º ano. Larissa realçou: “Não se ajusta nada pois as minhas qualificações e experiência profissional na Moldávia estavam relacionadas com o ensino de duas línguas e o meu trabalho actual é ser empregada doméstica.” Relativamente à experiência profissional, a situação não é muito diferente, pois raramente há concordância entre a experiência obtida em Portugal e a obtida no país de origem. A situação altera-se quando se analisa a experiência profissional obtida em Portugal, visto que alguns entrevistados têm tido uma experiência profissional numa só área e por isso o seu emprego actual é o mesmo que tinham quando chegaram ao nosso país. Este facto acontece não só

para aqueles que exercem uma actividade mais qualificada como também para os que trabalham numa área de menor qualificação.

Como se pode comprovar pela resposta de Ioane: “O meu emprego ajustava-se à experiência profissional que tenho tido em Portugal. Fui sempre electricista. O trabalho que tinha lá relaciona-se com o que tenho cá mas com uma diferença: lá era papéis, aqui trabalho à mão”.

Todos os entrevistados disseram que aprender a língua portuguesa é importante ou muito importante para a integração no mercado de trabalho e na sociedade, apesar de terem, frequentemente, trabalhos que não necessitam de um conhecimento profundo da língua. O convívio e a comunicação com os portugueses e a compreensão dos colegas de trabalho e dos patrões foram os principais factores que valorizam a importância do conhecimento da língua para a sua vida em Portugal. Angela informou: “Se dominar bem a língua portuguesa integro-me bem e é mais fácil para comunicar com os outros e fazer amigos.” Andrei realçou que: “É importante saber a língua para fazer as coisas que me pedem no trabalho, para falar com os colegas e outros amigos que tenho na minha vida em Portugal.” Este aspecto relaciona-se com aquilo que foi referido anteriormente sobre o aumento do capital social, designadamente de tipo “bridging”. A aprendizagem da língua do país de acolhimento é essencial para comunicar com as outras pessoas, para haver entendimento, para se criarem relações e para haver uma boa integração no mercado de trabalho e na sociedade. O maior conhecimento da língua permite enriquecer a rede de contactos do indivíduo e, conseqüentemente, o seu capital social.

Em termos de conhecimento da língua portuguesa, a maioria dos entrevistados referiu que compreendiam, falavam, liam e escreviam com facilidade. Apenas dois assinalaram que tinham mais dificuldade na parte escrita. A grande maioria aprendeu o português de forma autónoma, através da ajuda da família, de amigos, jornais, revistas, televisão e contacto com portugueses. É de salientar que três tiveram aulas de português numa Escola Secundária e duas moldavas tiveram aulas particulares com uma professora de português. Uma delas, Viktoria, referiu que: “Os conhecimentos que tenho da língua portuguesa são suficientes para a realização do meu trabalho. Compreendo, falo, leio e escrevo com facilidade. Aprendi com a ajuda da família e depois com uma professora de português (6 meses).”

Slava afirmou: “Consigo compreender, falar, ler e escrever bem português. Aprendi o português com a ajuda do meu primo que fez uma lista com palavras portuguesas e moldavas e passado 20 dias já falava minimamente a língua. Os jornais, revistas e a

televisão também me ajudaram. Ao início trabalhava com imigrantes de Leste e por isso não melhorei muito o português dessa forma.”

Todos referiram que os conhecimentos que possuem da língua são suficientes para o trabalho que têm, contudo alguns demonstram interesse em melhorar e aperfeiçoar. Verifica-se que o conhecimento da língua teve um impacto positivo na profissão, visto que é um factor que ajuda e facilita a comunicação e o entendimento entre as pessoas e melhorou, em muitos casos, o desempenho nas actividades onde estão inseridos. O conhecimento da língua também facilitou na procura de novos empregos para alguns dos entrevistados. Vera declarou: “O português ajudou-me a ser melhor profissional pois facilitou a comunicação e a realização das tarefas.” A enfermeira Angela salientou: “O conhecimento da língua portuguesa ajudou-me muito a ponto de estar a orientar alunos de estágio de enfermagem e também sou responsável de turno no Hospital. Faço parte do projecto de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.”

Na pergunta seguinte, pretendia-se saber o que seria mais importante na progressão da carreira: a língua, a experiência ou as qualificações. De uma maneira geral, a língua e a experiência profissional foram os aspectos considerados mais importantes e as qualificações menos, porque a maior parte não está a aproveitar o nível de estudos trazido da Moldávia. Andrei realçou: “A experiência profissional é o mais importante para encontrar um emprego. Para me inscrever num trabalho a língua não é essencial. As qualificações são pouco importantes para mim porque só tenho o 9º ano.” No entanto, alguns responderam que as qualificações tiveram alguma importância pois permitiram-lhes ter mais conhecimentos e estarem mais preparados para a vida, como foi o caso de Slava: “Para a progressão na minha carreira, é ter boa cabeça, inteligência, a minha experiência profissional e a língua. As qualificações também me ajudam para fazer contas, cálculos.”

Nas duas perguntas relacionadas com os cursos e programas de língua portuguesa para estrangeiros, constatou-se que, apesar da grande maioria não os ter frequentado, sabem que existem. Optaram por aprender a língua de uma forma autónoma por falta de tempo em assistir a esses cursos. Pavel respondeu que: “Tenho conhecimento que há escolas e outros locais que dão cursos de português para estrangeiros.” Vladimir considerou que: “Não são suficientes, deveria haver mais cursos de língua portuguesa, não só curso base, mas também cursos avançados.” Deste modo, observa-se que a maior parte dos entrevistados não conhece ao pormenor os programas e por isso não sabe se são úteis e importantes para os imigrantes. No entanto, os que tiveram esses cursos consideram-nos bem organizados e úteis, pois permitem-lhes ter um conhecimento mais profundo da língua, facilitando-lhes o domínio da gramática. Ana informou que: “Conheci aquele

Programa ¹ das aulas que frequentei e estava bem organizado. Na minha turma havia imigrantes de vários países: Angolanos, Romenos, Moldavos, Ucrrianos e Russos e as coisas funcionavam bem. Fiquei com o certificado “Língua Portuguesa para Estrangeiros”. Por seu lado, Sérgio realçou: “As aulas foram importantes para os verbos, para a formação das frases e para saber o significado das palavras. Apenas os horários não são os melhores porque eu trabalho e às vezes tinha dificuldade em frequentar as aulas.”

No que diz respeito à actuação dos diversos agentes, a maioria respondeu que todos têm contribuído de forma positiva para a sua integração. Alguns enalteceram o papel do Governo, das Câmaras, das Associações e dos portugueses de uma maneira geral para a sua melhor integração na sociedade. Por outro lado, alguns entrevistados sentiram pouco apoio, excepto no processo de legalização em que tiveram mais ajuda das instituições, neste caso do Governo e do SEF. A excessiva burocracia e o dinheiro gasto são os principais aspectos referidos por aqueles que não estão tão satisfeitos com a actuação dos agentes. Sérgio realçou que: “De uma maneira geral todos me têm ajudado na minha integração. Por exemplo, no Natal costumo ir a uma festa na Associação de Imigrantes Moldavos local (Liga de Mulheres Moldavas). Há um problema em exigirem muitos documentos na Embaixada e gasto muito dinheiro.” Pelo contrário, Ioane disse: “Nunca senti grande apoio dos agentes, apenas na legalização. Não tenho dinheiro para fazer título de residência.”

Relativamente ao balanço da sua experiência migratória em Portugal, a maioria dos moldavos considera que tem sido positivo e alguns salientam que gostam de Portugal, das pessoas e da língua. Angela referiu: “Faço um balanço positivo. Tive algumas dificuldades no início mas é normal. Ao nível de língua, de emprego e da integração da minha filha na escola houve uma boa integração.” Apenas três entrevistados referiram que não estão totalmente satisfeitos com a vida no nosso país, quer por não estarem a trabalhar na área da formação que possuem, quer por a crise económica actual ter dificultado muito a sua vida. Nesta situação está Larissa que afirmou: “Nem positivo nem negativo, porque não estou a exercer a minha profissão de origem e tenho família na Moldávia.”

A última questão relacionava-se com o futuro dos imigrantes, ou seja, estabilizar a vida em Portugal ou voltar para o país de origem, tendo aparecido uma grande divisão de respostas. Alguns afirmam convictos que querem ficar, outros ficam sob determinadas condições (familiares e económicas) e uma parte deles pensa voltar para o país de origem. No entanto, pode-se concluir que a maioria dos entrevistados pensa ficar, caso outros membros da família venham viver para Portugal. A boa integração dos filhos na escola pode contribuir também para a sua decisão em estabilizar a vida em Portugal. Os aspectos

1 Programa “Portugal Acolhe”

económicos também têm alguma influência na permanência de alguns moldavos, pois se conseguirem estabilidade profissional e económica torna-se mais fácil a sua estadia definitiva no nosso país. Natalia destaca que: “Eu, o meu filho moldavo e a namorada dele que é ucraniana queremos ficar em Portugal, mas o meu marido quer voltar, por isso ainda não sei o que vamos decidir.” Slava esclareceu: “Penso ficar em Portugal, os meus filhos integraram-se cá e é difícil voltar para a Moldávia e começar alguma coisa lá. Os meus filhos, porém, pensam também emigrar.”

4.2.2. Imigrantes Ucranianos Entrevistados

Em relação à primeira pergunta efectuada aos imigrantes ucranianos, os principais motivos apresentados para emigrarem foram de ordem económica. A médica Anzhela referiu que: “A instabilidade socioeconómica e política resultante das transformações ocorridas no meu país obrigou-me a emigrar.” O objectivo da emigração era a procura de uma vida melhor e, no caso de metade das mulheres entrevistadas, também era para juntar-se ao marido que já tinha emigrado anteriormente. Oksana disse que saiu do seu país: “Porque o meu marido já estava emigrado e também com o objectivo de ganhar mais dinheiro.” Destaca-se, também, a resposta de um médico que mencionou a falta de investigação científica na sua área profissional que não permitia progredir na carreira. Relativamente à data de emigração verifica-se que só três dos entrevistados vieram depois de 2001, os restantes vieram no período entre 1998 e 2001, o que corresponde ao momento de maior afluência de imigrantes da Europa de Leste, como tivemos oportunidade de referir anteriormente.

As razões de terem escolhido Portugal para viver e trabalhar prendem-se com aspectos relacionados com uma maior facilidade de legalização, o facto de já terem familiares e amigos a viverem no nosso país, o encontrarem trabalho facilmente e ganharem mais. Nadia escolheu o nosso país para viver: “Porque foi o país mais fácil para me legalizar (leveei um ano) e porque o meu genro já estava cá.” Nikhaylo respondeu que veio para Portugal: “Porque o visto era mais barato e era mais fácil encontrar trabalho.” É de realçar as respostas de dois ucranianos que apontaram outro tipo de razões: a paz social, o clima, o espírito hospitaleiro do povo português, a necessidade de médicos em Portugal e a entrada mais facilitada dos imigrantes comparativamente a outros países.

No que diz respeito à trajectória migratória e profissional, apenas um entrevistado viveu e trabalhou noutro país europeu (Rússia), após sair da Ucrânia, e só depois veio para Portugal. Um outro ucraniano referiu que tentou a Alemanha mas que por motivos de legalização escolheu Portugal. Os outros vieram directamente para Portugal e têm vivido, essencialmente, na área de Lisboa e mais concretamente em Vila Franca de Xira. Em

termos de profissões verifica-se que quase todas as mulheres têm trabalhado como empregadas domésticas ou de mesa (apenas uma como médica). Os homens apresentam profissões como servente de pedreiro, carpinteiro, engenheiro de construção civil, pintor, torneiro mecânico e motorista (apenas um como médico na área da Ginecologia e da Obstetrícia). Estes aspectos são bem demonstrados pelas respostas de Alexis: “Saí da Ucrânia para a Alemanha, depois para Lisboa (2 meses), depois Vila Franca (1 ano e meio), depois voltei a Lisboa (várias zonas), Chaves e novamente em Vila Franca. Trabalhei como servente, pintor, manobrador de máquinas, fábrica de plásticos (5 anos) e motorista” e da empregada Anzhela: “Saí da Ucrânia e vim para Portugal (Azambuja). Lá trabalhei numa empresa de frangos (Avipronto) e também em alguns restaurantes. Agora estou em Vila Franca também a trabalhar num restaurante.”

Na pergunta sobre as principais dificuldades sentidas no momento da chegada apenas um assinalou que a língua não foi um grande obstáculo como se pode averiguar pela resposta do Médico Yuri: “Há falta de controlo do Ministério dos Negócios Estrangeiros na Embaixada da Ucrânia em Portugal, há pouca organização e muita burocracia. Para mim, a língua não foi grande problema.” Para os restantes, a língua foi o principal factor de entrave quando chegaram e, em muitos casos, o único. Alguns salientaram que tiveram problemas com a legalização, com a cultura diferente e a falta de equivalência do curso que tinham. Nadia referiu que: “Quando cheguei a Portugal senti dificuldade com a língua, a minha idade ¹ e a falta de equivalência do curso.” Oksana realçou que: “A língua foi a principal dificuldade que tive. Mas também tive dificuldade em lidar com o tipo de educação de alguns portugueses. A cultura e a educação dos portugueses e ucranianos são diferentes.”

Na procura de emprego e na inserção no mercado de trabalho, a maioria respondeu que não teve grandes dificuldades pois conseguiu encontrar emprego ao fim de pouco tempo, quer por iniciativa própria, quer através da ajuda de familiares e amigos ucranianos. Alguns mencionaram o desconhecimento da língua como um problema na sua inserção no trabalho, numa fase inicial, o facto de terem contratos de pouca duração e de não receberem. Note-se que uma ucraniana está actualmente desempregada, o que exemplifica as dificuldades de inserção laboral actualmente sentidas por esta população. Iuri respondeu que: “Já vinha com contrato de trabalho e por isso não tive dificuldade em encontrar emprego.” Nikhaylo destacou o facto de: “Para encontrar emprego sério foi problema, consegui vários trabalhos mas os patrões não pagavam. Como estive ilegal três anos, era difícil receber ordenado.”

Muitos dos entrevistados referiram que o seu emprego actual ajusta-se à experiência profissional que têm tido cá e à que tinham no país de origem.

1 Actualmente tem 50 anos. Quando chegou a Portugal tinha 40.

Tal como mencionou Yosip: “O meu emprego actual ajusta-se à experiência profissional que tenho tido na minha vida em Portugal e à que tinha na Ucrânia. Sempre trabalhei nas obras. O meu curso não estou a usá-lo, não tenho prática dele e gosto mais de trabalhar nas obras pois é o que sei fazer.”

Em alguns casos a experiência profissional não se ajusta à que tinham na Ucrânia. O maior desajustamento verifica-se em relação ao nível de qualificação que possuem, visto que a maioria respondeu que o emprego actual não tem relação nenhuma com os estudos que realizaram na Ucrânia, como se pode verificar pela resposta de Irina: “A minha experiência profissional ajusta-se pois fui sempre empregada doméstica desde que cá cheguei. Não se ajusta ao meu nível de qualificações pois tenho um curso de Economia.”

Na questão sobre a importância da aprendizagem da língua na integração no trabalho e na sociedade, a maioria realçou que é importante ou muito importante saber a língua. Uma das entrevistadas considerou a rápida aprendizagem da língua portuguesa como factor determinante para o sucesso da sua integração. Uma outra ucraniana, Luba, disse que: “A língua foi muito importante para desempenhar o meu trabalho. Ao início não sabia nada de português e trabalhei nos primeiros dois anos como ajudante de cozinha. Quando comecei a entender melhor o português passei para empregada de balcão.” No entanto, uma parte significativa dos entrevistados referiu que para o trabalho que tem, o português não é essencial embora ajude na comunicação com as outras pessoas e na vida social. Iuri respondeu que: “A língua não foi problema para o meu trabalho, mas facilita-me a comunicar com as outras pessoas.”

Em termos de conhecimentos que têm da língua portuguesa constatou-se que, de uma maneira geral, compreendem e falam razoavelmente mas, em alguns casos, há alguma dificuldade em ler e escrever porque, também, não treinam muito essas duas competências. Apenas quatro entrevistados disseram que aprenderam português através de cursos disponibilizados pelos Centros de Formação de Alverca e da Baixa-Chiado, por uma escola e uma faculdade em Lisboa. Os restantes aprenderam sozinhos através do contacto com os portugueses, com dicionários, lendo revistas e jornais e vendo televisão.

Nikhaylo respondeu que: “Compreendo e falo razoavelmente. Leio muito pouco e escrevo quase nada. Aprendi português no Centro de Formação de Alverca e através do contacto com os portugueses. Às vezes leio o Correio da Manhã mas pouco. Comprei um dicionário mas como o português tem muitos significados para a mesma palavra torna-se confuso. Na Ucrânia cada palavra só tem um sentido.”

Irina afirmou que: "Nunca estive numa escola a aprender português. Aprendi através do contacto com portugueses, a ver televisão, no emprego, na rua e a ver a publicidade dos supermercados. Consigo compreender bem, falo razoavelmente, consigo ler e escrevo pequenas mensagens como por exemplo para a creche da minha filha." Todos responderam que o conhecimento que têm da língua é suficiente para o tipo de trabalho que desempenham, embora alguns dissessem que queriam saber mais.

A maioria dos ucranianos entrevistados destacou que um melhor conhecimento da língua ajudou no seu desempenho a nível profissional, pois permitiu realizar as tarefas de forma mais rápida e melhor. Alexis referiu que: "Foi bastante importante porque consegui tirar a carta de pesados e a língua facilitou-me a perceber melhor o código da estrada. É importante para a minha profissão de motorista." Em alguns casos, o maior domínio do português proporcionou um progresso na carreira, quer por passarem a desempenhar outras funções no mesmo local de trabalho ou então por conseguirem encontrar emprego na sua área de formação. Foi o caso de Luba que destacou que: "O conhecimento da língua ajudou-me e passei da cozinha para o balcão, o trabalho é mais leve e limpo e melhorei o meu ordenado." No caso da médica entrevistada, esta referiu que era impossível a prática da sua actividade sem uma comunicação suficiente com os pacientes.

Para muitos dos entrevistados a experiência profissional é o aspecto mais importante para obterem uma maior progressão na carreira. Quanto mais trabalham na mesma área, mais rápido e melhor fazem o seu trabalho. Yosip afirmou que: "A minha experiência facilita-me para trabalhar melhor e mais rápido, depois a língua e a mecânica em último lugar." Em termos profissionais, a língua assume relevância sobretudo para aqueles que têm empregos que implicam maior contacto com outras pessoas como é o caso das empregadas de mesa e, também, para aqueles que tiveram de obter a equivalência do curso. Para atender os clientes, entender os colegas e o patrão consideram que têm de ter um bom domínio da língua. De uma forma geral, as qualificações são o aspecto menos importante porque a maior parte não está a aproveitar os estudos que possui. Este aspecto foi realçado por Nadia: "Caso tivesse sido reconhecido o meu curso, considerada a minha experiência profissional e o conhecimento que tenho da língua teria podido exercer a minha profissão. A língua científica da minha área é igual nos dois países, pois utiliza-se muito o latim." É importante salientar que o médico Yuri considerou que a experiência de vida é o mais importante na progressão na sua carreira, enquanto os outros aspectos são menos importantes.

Nas perguntas relacionadas com os cursos de português para estrangeiros observou-se que a maioria revela conhecimento em relação à sua existência (através de amigos ou de familiares) mas que por falta de tempo não os frequentam. Tal como diz Oksana: "Penso que existem os suficientes pois amigos meus ucranianos fizeram esses cursos no Centro

de Formação de Alverca.” Por outro lado, a médica Anzhela disse que: “Não, não existem, mas dadas as dificuldades do país considera-se satisfatório.” Apenas cinco responderam positivamente à pergunta sobre o conhecimento dos programas, quatro porque os frequentaram e outro porque tinha conhecimento através de amigos. Quatro referiram que estavam bem organizados e são úteis para os imigrantes, enquanto o quinto informou que a turma dele tinha muitas nacionalidades e níveis de língua diferentes.

Este aspecto é demonstrado pela resposta de Nikhaylo: “Fiz um curso no Centro de Formação de Alverca, cerca de 2 meses, 2 vezes por semana, 4 horas cada dia, mas como a minha turma (15 alunos) tinha muitas pessoas de nacionalidades e níveis de língua diferentes era um bocado difícil aprender muita coisa. As aulas ajudaram-me mas pouco.”

Por seu lado, Vladimir destacou que: “Os cursos de português estavam bem organizados e ajudaram para o meu emprego e vida em Portugal. Eu trabalhava de dia e ia às aulas de português à noite.” Realça-se o facto de um dos entrevistados ter afirmado que os cursos existentes nos Centros de Formação são leccionados por pessoas que estão pouco preparadas e têm poucos conhecimentos profissionais para desempenhar essa função e, por isso, optou por tirar um curso na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa que é mais organizado e com uma metodologia mais adequada.

Em relação à actuação dos agentes institucionais, todos responderam que têm uma acção positiva para a sua integração. A actuação do Governo e do SEF no processo de legalização foi o aspecto mais focado. Irina referiu que sente apoio dos agentes: “Porque há vários sítios onde podemos fazer formação, como por exemplo a Biblioteca Municipal e o Centro de Emprego. Há também um centro que apoia os imigrantes (CLAI), aqui em Vila Franca.” Nikhaylo disse que: “O Governo português quando criou uma lei extraordinária de legalização, em 2001, foi uma ajuda e o Centro de Formação de Alverca também foi importante pois tive lá aulas de português.” Dois deles tiveram ajuda do patrão, um em relação à casa e à respectiva renda e outro em termos de obter mais formação com o objectivo de progredir na carreira profissional. Realço que uma das ucranianas sente apoio dos agentes, apesar de ter noção das dificuldades resultantes do grau de desenvolvimento do país.

Todos os entrevistados consideram ter uma vida satisfatória e por isso fazem um balanço positivo da sua emigração para Portugal. Apenas Oksana respondeu de forma diferente: “Não posso dizer que seja positivo ou negativo. Eu gosto de Portugal, da cultura e das pessoas, mas com a crise económica actual e com o emprego que tenho que não está relacionado com as minhas qualificações, não estou totalmente satisfeita.” Realça-se a

resposta da empregada Anzhela: “Faço um balanço positivo mas a minha terra é a minha terra.”

Na última questão, constata-se que há uma grande divisão de respostas visto que uma parte tem o objectivo de voltar para a Ucrânia pois a sua vida ainda não está estável e tem a família no país de origem e outra revelou que queria ficar porque tem a família cá e estão bem integrados. Por fim, alguns mostraram alguma incerteza em relação ao futuro, pois tanto podem ficar ou voltar. Vladimir declarou que: “Penso ficar cá em Portugal. A minha filha está na escola e isso ajuda-me na minha integração e em estabilizar a minha vida em Portugal.” Pelo contrário, Slau referiu que: “Penso um dia voltar para a Ucrânia pois tenho a minha família lá.”

4.2.3. Análise Comparativa

Quadro nº 11: Processo de integração e relevância do conhecimento da língua portuguesa – síntese da situação de moldavos e ucranianos

	Moldavos	Ucranianos
A- Imigração e integração no mercado de trabalho		
Motivos dominantes da imigração	Fim da União Soviética, procura de vida melhor e reunificação familiar.	Motivos económicos relacionados com o fim da União Soviética e reunificação familiar.
Período de Chegada	Maioria depois de 2002	Maioria até 2001
Razões da vinda para Portugal	Familiars que já viviam em Portugal e a língua e a cultura terem semelhanças com a portuguesa.	Familiars que já viviam em Portugal e facilidade de legalização.
Estratégias de obtenção do 1º emprego	Recurso à rede de familiares e amigos da mesma nacionalidade.	Recurso à rede de familiares e amigos da mesma nacionalidade.
Inserção profissional e trajetórias profissionais	Maioria insere-se em profissões pouco qualificadas e revelam grande mobilidade	Maioria insere-se em profissões pouco qualificadas e revelam grande mobilidade

	geográfica por motivos profissionais (sobretudo os homens).	geográfica por motivos profissionais (sobretudo os homens).
<i>B – Língua Portuguesa, integração e percurso profissional</i>		
<i>Relevância do domínio da língua Portuguesa nas trajectórias profissionais e sociais</i>	É importante para o trabalho, para comunicar com os outros. É um aspecto que facilita a mobilidade profissional.	É importante para o trabalho e para comunicar com os outros. O domínio da língua torna-se ainda mais fundamental para quem tem qualificações mais elevadas.
<i>Formas de aquisição de conhecimentos em língua Portuguesa</i>	Aprenderam sobretudo de forma autónoma. Alguns tiveram a necessidade de ter aulas de português (em escolas e com uma professora de português).	Aprenderam sobretudo de forma autónoma. Alguns recorreram a cursos de português nos Centros de Formação.
<i>Grau de dificuldade na aquisição de competências em Português</i>	A maioria revela facilidade em adquirir competências em Português visto que também possuem uma língua de base latina.	De uma maneira geral, demonstram alguma facilidade em aprender a língua, apesar da sua língua de origem ser eslava.
<i>Grau de conhecimento e avaliação dos Programas formais</i>	Sabem que existem mas como muitos não os frequentaram não conseguem avaliá-los. Os poucos que os conhecem consideram-nos importantes e úteis.	Muitos sabem que existem cursos de português mas poucos optaram por este modo de aprender a língua. Os que o fizeram, em geral, consideram que foram positivos e os ajudaram a saber mais.
<i>Factores mais relevantes para a progressão na carreira</i>	A experiência profissional e a língua, por esta ordem, são os dois factores mais referidos. As qualificações apresentam pouca importância.	A experiência profissional e a língua, por esta ordem, são os dois factores mais referidos. As qualificações apresentam pouca importância.

<i>Língua contribui para a progressão profissional? Porquê?</i>	A língua facilita o desempenho profissional mas não é essencial para progredirem na carreira, excepto se for associada a outros factores como o reconhecimento de diplomas e a experiência, ou então se o imigrante estiver numa profissão mais qualificada.	A língua facilita o desempenho profissional mas não é essencial para progredirem na carreira excepto, se for associada a outros factores como o reconhecimento de diplomas e a experiência, ou então se o imigrante tiver uma profissão mais qualificada.
<i>Efeito do Português no alargamento da rede social e de contactos institucionais</i>	A maior facilidade na comunicação em português permitiu-lhes alargar os seus contactos e recorrer mais às instituições formais para obter emprego.	O maior conhecimento da língua contribuiu para aumentar a rede social e para usar modos formais de procura de emprego através de contacto com as instituições.

Fonte: Autoria Própria

Após a análise das entrevistas efectuadas às duas nacionalidades é relevante e útil fazer uma comparação das respostas obtidas com o objectivo de encontrar semelhanças e diferenças entre os ucranianos e moldavos, nos aspectos que foram abordados. Por exemplo, em relação à primeira pergunta, verifica-se que os motivos da emigração são semelhantes nos dois casos, visto existir a instabilidade política e económica dos países de origem, devido ao fim da União Soviética. Daí haver uma grande emigração desses países para a Europa Ocidental com o objectivo de melhorar a condição económica. Em relação às datas de emigração, verifica-se que os ucranianos saíram, de uma maneira geral, primeiro que os moldavos, uma vez que a maior parte dos ucranianos chegou a Portugal antes de 2001, enquanto que muitos moldavos vieram depois desse ano.

Em termos de razões para escolherem Portugal para viver e trabalhar há concordância quanto à facilidade de legalização e ao reagrupamento familiar. Este último aspecto revela que já há uma consolidação do processo da migração de Leste no nosso país. Apesar do fluxo ser relativamente recente, verifica-se que muitos destes imigrantes vieram para Portugal através dessa forma, sobretudo a população feminina, visto que, de uma maneira geral, é o homem que emigra primeiro e a mulher chega ao país quando o primeiro já possui condições para poder receber o resto da família. Quando uma pessoa decide sair

do seu país de origem com o objectivo de viver e trabalhar noutro estado, é frequente que haja tendência para escolher um local onde já esteja instalado algum familiar, seja o marido ou outro parente.

A única diferença diz respeito à questão da nossa língua e cultura serem mais semelhantes às dos moldavos, parecendo esse facto ter algum relevo na formação da sua decisão de emigrarem para Portugal.

Relativamente às trajectórias migratórias e profissionais, apenas um ucraniano viveu noutro país europeu, no caso a Rússia, antes de vir para Portugal e outro teve uma passagem pela Alemanha, enquanto todos os moldavos vieram directamente para o nosso país. Em termos de profissões mais comuns, a situação é parecida nos dois casos, tanto nos homens como nas mulheres. A maioria está empregada em sectores de actividade que não exigem grandes qualificações, excepto no caso de dois moldavos e três ucranianos, que trabalham nas áreas da Medicina, do Direito e da Engenharia Civil.

O principal problema que tiveram quando chegaram foi a língua. Este aspecto foi o mais focado pelos imigrantes das duas nacionalidades embora nos ucranianos esse aspecto constitua um obstáculo maior, visto que possuem um língua eslava enquanto os moldavos falam uma língua latina como a nossa. Muitos referiram, também, que tiveram problemas com a equivalência dos diplomas e com a legalização.

Na procura de emprego observa-se que a maioria não teve grandes dificuldades visto que tiveram ajuda de familiares e de amigos para a sua obtenção. Numa fase inicial, o conhecimento das oportunidades de trabalho efectua-se de uma forma informal, ou seja, através do recurso às redes sociais de co-étnicos que constituem o capital social interno (bonding social capital) destes indivíduos. É normal que no princípio da experiência migratória se apoiem em pessoas da mesma nacionalidade que tenham vindo para Portugal há mais tempo. Ao fim de algum tempo começam a criar novas relações e novos contactos com pessoas locais, alargando o seu espectro de contactos. No entanto, uma parte dos entrevistados referiu que a língua dificultou, ao início, a sua inserção no mercado de trabalho. Alguns moldavos salientaram o seu descontentamento em relação aos salários. Nos ucranianos esse aspecto foi mencionado apenas uma vez.

Há um grande desajustamento entre o emprego actual e o nível de estudos que os imigrantes das duas nacionalidades obtiveram nos seus países de origem. A grande maioria não está a trabalhar na sua área de formação. Em relação à experiência profissional, constata-se que os ucranianos apresentam uma maior relação entre a actividade que desempenham actualmente e aquilo que faziam no país de origem, enquanto nos moldavos não há tanta ligação entre a experiência profissional obtida cá e na Moldávia.

Todos referiram que a língua é importante ou muito importante para a sua integração no mercado de trabalho e na sociedade portuguesa pois facilita-lhes a comunicação com as outras pessoas e o seu desempenho nas profissões. No que diz respeito aos conhecimentos que têm do português, de uma maneira geral, compreendem, falam e lêem com facilidade. Apenas na parte escrita, alguns moldavos e ucranianos afirmaram que tinham mais dificuldade. A maioria dos imigrantes das duas nacionalidades aprenderam a língua de forma autónoma, através do contacto com os portugueses, da ajuda de amigos e familiares, de dicionários, revistas, jornais e televisão. No grupo dos que tiveram aulas de português, verifica-se que os moldavos não frequentaram os cursos de nenhum Centro de Formação, tendo optado por uma Escola Secundária e por aulas particulares com uma professora de português. Alguns ucranianos frequentaram os cursos dos Centros de Formação e, num dos casos, também de uma Faculdade. Todos consideram suficientes os conhecimentos que têm da língua, mas em alguns casos gostavam de melhorar e de saber mais. A aprendizagem da língua é um factor que facilita o desempenho das suas actividades, tendo alguns moldavos referido que o maior conhecimento do português lhes proporcionou uma maior facilidade na procura de novos empregos e alguns ucranianos destacado que o maior domínio da língua permitiu trabalharem na sua área de formação.

Na pergunta sobre os factores mais importantes para a progressão da carreira, as qualificações são o aspecto que apresenta menor importância visto que a maioria não está a aproveitar o nível de estudos que possui. A experiência profissional e a língua são unanimemente mencionadas pelas duas nacionalidades, enquanto factores que permitem uma maior progressão na carreira profissional.

Nas perguntas sobre os programas de português para estrangeiros observa-se que os moldavos apresentam um maior conhecimento da existência desses cursos o que não quer dizer que tenham recorrido mais a essa forma para aprender a língua, comparativamente aos ucranianos. Nesse aspecto, a situação é parecida nas duas nacionalidades visto que a maioria não aprendeu a língua desse modo e a falta de tempo foi o motivo mais invocado para não assistirem a esses cursos. É importante salientar que os imigrantes que estão em profissões de maior qualificação são os que demonstram maior espírito crítico, não só em relação à insuficiência da oferta de cursos de português para estrangeiros, como em relação à organização desses mesmos.

Constata-se que alguns moldavos não sentem grande apoio dos agentes na sua integração, devido à excessiva burocracia e aos custos processuais. Esta situação não acontece com os ucranianos visto que estes realçaram que os agentes têm uma actuação positiva na integração dos imigrantes.

Relativamente ao balanço da experiência migratória em Portugal constata-se que, de uma maneira geral, os ucranianos estão mais satisfeitos com a vida que têm em Portugal.

Alguns moldavos referiram que o facto de estarem a trabalhar numa área que não corresponde à sua formação e a crise económica actual deixam-nos menos satisfeitos. Apenas uma ucraniana destacou, também, esses aspectos mais negativos da sua vida em Portugal. Apesar disso, pode-se afirmar que a maioria dos moldavos pensa ficar no nosso país, caso tenham uma certa estabilidade económica, profissional e familiar. Os ucranianos apresentam algumas diferenças nas respostas na medida em que uma boa parte deles tenciona voltar para o seu país de origem, pois têm lá a família e ainda não usufruem de uma vida muito estável em Portugal. Aparentemente, isto é contraditório com o que responderam na pergunta anterior, sobre o balanço da migração, em que demonstravam estar mais satisfeitos com a vida no nosso país, comparativamente aos moldavos.

Capítulo 5: Conclusão

Após a análise cuidada da bibliografia existente sobre o tema e do tratamento e descrição da informação recolhida através do método directo da entrevista, chegou-se a várias conclusões que permitem responder à pergunta de partida e fundamentar as minhas hipóteses.

O fenómeno migratório do Leste Europeu foi algo inesperado e apresenta características específicas que o tornam diferente de outros tipos de imigração que já existiam em Portugal antes deste novo fluxo. A sua língua e a sua cultura são muito diferentes das da maioria dos imigrantes já presentes no nosso país, provenientes das ex-colónias, visto não haver nenhuma ligação histórica e cultural entre esses países e Portugal. Apesar de existir um grande desfasamento linguístico/cultural entre os países de origem e de destino, verifica-se que há, de uma maneira geral, uma boa integração desses imigrantes na sociedade portuguesa, como atesta a sua capacidade, interesse e espírito autodidacta na aprendizagem de novas línguas, o que constitui um importante factor de integração social e económica. A sua capacidade e disponibilidade profissional são características positivas que proporcionam uma melhor adaptação à sociedade, por vezes em situação de exploração, salientando-se a sua flexibilidade em termos de horários, a aceitação de salários mais baixos e o desempenho de profissões pouco condizentes com a sua formação. Em ligação com essas características, surge a boa opinião geral dos portugueses em relação a este tipo de imigrantes que contribui para uma melhor convivência e harmonia entre todos. Por outro lado, as condições criadas pelas diversas instituições que desempenham a sua actividade no âmbito das migrações também é um aspecto a ter em conta na sua boa integração visto que estas procuram encontrar as melhores soluções para a integração deste novo fluxo migratório, onde se realça a criação de cursos de português como segunda língua para a população adulta e o Programa PLNM destinado aos filhos dos imigrantes.

Há vários factores que contribuíram para que tenha surgido este fluxo, entre os quais se destacam os seguintes: grandes diferenças salariais e de nível de vida entre os países de origem e Portugal, existência de “agências de viagens” que ofereciam pacotes atractivos e acessíveis para o nosso país, processo de regularização extraordinária de imigrantes em 2001 e necessidade de mão-de-obra estrangeira numa fase de dinamismo económico relevante (2ª metade dos anos 90 e inícios do presente século), para o qual contribuiu a forte expansão da construção civil e das obras públicas.

A integração processa-se de acordo com vários aspectos que estão explicitados no modelo de análise. O papel dos diversos agentes e as políticas realizadas por estes são essenciais para que a integração do imigrante ocorra de forma eficaz e satisfatória. Portugal tornou-

se, nas últimas décadas, um país com maior carácter imigratório o que originou uma consequente diversificação de nacionalidades, línguas e culturas e, desse modo, a acção dos agentes, tanto públicos como privados, passou a ter a preocupação de integrar, de forma correcta, esta nova população, através da elaboração e implementação de políticas e programas nas mais diversas áreas. Isto constitui apenas uma das partes da integração, pois o imigrante também necessita de se adaptar à sociedade, ou seja, não deve ser só uma preocupação dos agentes e da sociedade em geral. Assim, é necessário saber as características que os imigrantes possuem para se poder conhecer qual o seu perfil e que capacidades têm para se adaptar à nova sociedade. Relacionado com este aspecto está o modo como estes se inserem no mercado de trabalho, que é uma componente muito importante na integração de qualquer imigrante.

Os ucranianos e moldavos, tal como a maioria dos imigrantes de Leste, apresentam características muito favoráveis em termos de emprego visto que são, geralmente, bastante competentes naquilo que fazem, têm uma grande capacidade de trabalho e aceitam condições salariais menos elevadas, horários mais alargados e actividades sem relação com o seu nível de instrução. Este último aspecto revela que têm grande dificuldade em obter reconhecimento dos seus diplomas e das suas qualificações, o que limita a sua progressão na carreira profissional. Apesar disso, em muitos casos, apresentam grande empregabilidade devido às razões enumeradas anteriormente e, também, ao grande espírito de iniciativa que possuem na procura de emprego. O sector da construção é um dos que apresenta maior número de ucranianos e moldavos. As características que estes possuem, e que foram referidas acima, explicam a sua forte inserção nesta actividade. Para além deste sector, é importante referir que há uma parte significativa que exerce a sua actividade na agricultura, na indústria, comércio e serviços domésticos, sendo que os últimos dois ramos apresentam taxas de feminização significativas.

As duas comunidades analisadas, ucraniana e moldava, revelam uma grande vontade e interesse em aprender a língua portuguesa e constata-se que ao fim de um período relativamente curto já têm um conhecimento razoável daquela. Deve salientar-se que uma parte significativa desta população aprendeu sozinha a língua, sem recorrer a aulas de português existentes em diversas instituições. Este facto revela uma grande capacidade dos ucranianos e moldavos em aprender novas línguas e de uma forma autónoma. Apesar de possuírem uma língua materna tão diferente da nossa (mais evidente nos ucranianos) conseguem, com alguma facilidade, adquirir competências linguísticas através do contacto com os portugueses, com a televisão, a leitura de jornais e revistas e o uso de dicionários. Nota-se que têm um grande interesse em saber mais e em aperfeiçoar o seu conhecimento

do português, pois a aprendizagem da língua é um aspecto importante para uma melhor integração no mercado de trabalho e na vida social do país de acolhimento. Destaca-se, porém, que os ucranianos e moldavos estão, frequentemente, inseridos em profissões que não estão relacionadas com o nível de instrução que possuem e, por isso, não necessitam de um conhecimento mais aprofundado da língua. Neste sentido, aquilo que sabem de português é suficiente para o tipo de actividades que desempenham. Muitos dos entrevistados referiram que a língua não foi um aspecto fundamental para a sua integração no mercado de trabalho, embora reconheçam que facilita a comunicação com as outras pessoas e permite-lhes compreender melhor as instruções dos respectivos patrões. Muitos deles começaram a trabalhar sem saber nada ou quase nada de português e conseguiram, com maior ou menor dificuldade, integrar-se no mercado de trabalho. Obviamente no início da sua experiência migratória em Portugal, a língua constitui um importante obstáculo, mas com o tempo foram adquirindo competências a esse nível, com a ajuda dos portugueses ou através dos cursos disponibilizados pelos Centros de Formação e escolas, que lhes proporcionaram uma melhor adaptação à sociedade portuguesa.

Pretendia-se averiguar a importância da língua para os ucranianos e moldavos, na sua integração no mercado de trabalho e na sociedade portuguesa e compreender se esta desempenhava um papel fundamental na inserção, mobilidade e progressão profissional. Logicamente que a aprendizagem da língua do país de acolhimento é um aspecto muito importante, não só em termos de comunicação com as outras pessoas, como também para se ter conhecimento das oportunidades existentes em diversas áreas como o emprego, a habitação, a educação, a cultura,...

No entanto, após a realização das entrevistas, constatou-se que o conhecimento da língua não foi um factor essencial para muitos dos imigrantes entrevistados em termos da sua inserção no mercado de trabalho, na mobilidade que apresentam em termos profissionais e na progressão da sua carreira. Um dos aspectos que ajuda a explicar este facto diz respeito ao desaproveitamento das qualificações e da experiência que possuem dos seus países de origem, ou seja, como na maioria dos casos estão inseridos em actividades que não estão relacionadas com os estudos e com a experiência profissional obtida nos países de origem, desempenham funções em actividades pouco qualificadas e de trabalho mais manual que não necessitam de um conhecimento profundo da língua. Deste modo, a língua não assume uma importância vital para a sua integração no mercado de trabalho. Estes imigrantes sentem que o que sabem de português é suficiente para o trabalho que possuem e, neste sentido, a sua inserção não é muito dificultada. Para os que possuem uma profissão mais qualificada, o conhecimento da língua torna-se mais relevante e útil, visto que para exercerem esse tipo de funções precisam de ter mais conhecimentos de português, nomeadamente, em relação à terminologia específica da profissão em questão.

Por exemplo, foram entrevistados alguns imigrantes que trabalham na área da medicina (médicos e enfermeira) que afirmaram que têm necessidade de saber mais português pois na sua profissão lidam com muitas pessoas, quer sejam colegas ou pacientes e, por isso, necessitam de ter uma comunicação correcta e fluente para interagirem com o público e, também, porque nesta área existe uma linguagem específica/técnica. Assim, para se ser um profissional competente e responsável, um conhecimento mais profundo da língua, em termos de terminologia científica, é essencial.

Salienta-se que só a língua, isoladamente, não constitui um aspecto crucial para a mobilidade e progressão na carreira, isto é, no caso dos ucranianos e moldavos, a obtenção da equivalência das habilitações que possuem é um factor, igualmente, importante para a sua mobilidade e progressão profissional. Como uma boa parte dos entrevistados não conseguiu, até então, obter correspondência dos seus cursos superiores torna-se mais difícil haver uma progressão significativa na carreira, mesmo que tenham adquirido mais competências linguísticas ao longo da sua experiência migratória em Portugal. A experiência de vida e profissional de cada um também emerge como um factor crucial de progresso nas carreiras profissionais, sobrepondo-se, inclusivamente, ao factor linguístico. Nota-se que muitos dos imigrantes, apesar de estarem a trabalhar em sectores pouco condizentes com o seu nível de instrução, demonstram estar satisfeitos com a profissão que exercem, o que, de algum modo, não contribui para incentivar o progresso das suas carreiras profissionais. Verifica-se que, de uma maneira geral, os ucranianos e os moldavos, sobretudo os homens, apresentam uma grande mobilidade geográfica e uma grande diversidade de profissões, o que não quer dizer que tenham um percurso ascendente profissionalmente, visto serem profissões pouco qualificadas, de importância e nível idêntico. Deste modo, o desconhecimento da língua não dificultou a sua mobilidade profissional, verificando-se, também, na maioria dos casos, a ausência de uma progressão significativa nas carreiras, associada à mudança de emprego. Só no caso de conseguirem trabalhar na sua área de formação têm necessidade de aprofundar mais os seus conhecimentos de português.

Apesar de todos os entrevistados referirem que a língua é um obstáculo no momento da sua chegada, verifica-se que esse aspecto não constitui um grande problema na procura e inserção no mercado de trabalho, visto que a maioria teve ajuda de amigos e familiares nesta área e por isso não tiveram grande necessidade de comunicar e compreender as informações prestadas em língua portuguesa, que lhes surgiam neste âmbito. A língua é um aspecto que tem pouca influência no momento inicial da inserção profissional e contribui pouco para a progressão significativa nas carreiras, mas quando articulada com outros factores, como o reconhecimento dos diplomas e a experiência adquirida no país de destino, pode ser uma mais-valia relevante. Inicialmente, a língua é, essencialmente, útil

em termos sociais, ou seja, na interacção com as outras pessoas e como forma de compreender o que os outros dizem. Muitas das profissões onde estão inseridos não exigem saber muitas palavras, por isso, conseguiram inserir-se com alguma facilidade no mercado de trabalho. Com o tempo, adquirem mais competências linguísticas, o que facilita o desempenho das suas actividades, tornando-se profissionais mais competentes e eficazes. Deste modo, numa segunda fase, a língua torna-se mais importante sobretudo para os que conseguem ajustar o trabalho às suas competências e para os que têm mobilidade profissional vertical, pois possibilita o desenvolvimento de novos contactos com empregadores e o desempenho de actividades que exigem maior contacto com o público. Foi o caso de uma ucraniana que revelou que obteve uma mudança de funções no local onde trabalhava pelo facto de saber mais português. Quando chegou ao seu trabalho era ajudante de cozinha e com o passar do tempo, sabendo mais português, passou a atender clientes ao balcão, onde tem maior necessidade em comunicar na língua do país de acolhimento.

Na área da Educação, destaca-se a criação de cursos pós-laborais gratuitos de aprendizagem da língua para estrangeiros, adultos. O Programa “Portugal Acolhe” e, mais recentemente, o “Português para Todos” constituem duas acções essenciais, criadas pelo Governo, neste âmbito. Para os ucranianos e moldavos, que não possuem a mesma língua materna que nós, estes programas são importantes para conhecerem e aprenderem a língua portuguesa de forma mais profunda. Verifica-se que estes imigrantes, frequentemente, aprendem apenas aspectos mais elementares da língua que são suficientes para o tipo de actividades onde estão inseridos. No entanto, para poderem trabalhar numa área mais qualificada, necessitam de mais competências linguísticas.

De acordo com informações obtidas através do contacto com uma professora que ensina português para estrangeiros num Centro de Formação, constatou-se que há um número elevado de imigrantes de Leste que procuram aprender português através destes cursos tanto nos Centros de Formação, como também em algumas escolas básicas e secundárias, bibliotecas municipais e associações que ministram este tipo de aulas. A frequência dos cursos depende do número de formandos interessados, mas de uma maneira geral, há uma boa oferta de cursos de português. O tipo de dificuldades que moldavos e, sobretudo ucranianos, sentem na aprendizagem é o sotaque, os verbos irregulares e alguns tempos verbais, nomeadamente o imperativo, pois não o compreendem. Os resultados obtidos são satisfatórios e observa-se que os formandos ficam satisfeitos com a aprendizagem, notando-se uma melhoria, quer a nível da oralidade quer a nível da escrita. Outro aspecto também importante a referir diz respeito ao pagamento do subsídio de transporte e da bolsa de formação, uma vez que estes cursos são subsidiados pelo Fundo Social Europeu.

As medidas de reformulação do programa “Portugal Acolhe”, após a sua implementação, contribuíram para a sua maior promoção e visibilidade junto da população interessada, que neste caso são os imigrantes. O reforço de parcerias foi importante para que houvesse maior sintonia entre as diversas entidades envolvidas neste processo e maior aproveitamento dos recursos, de forma a se desenvolverem acções favoráveis a uma maior integração destas comunidades na sociedade portuguesa. A consolidação da metodologia de intervenção do IEFP e a melhor preparação dos formadores e técnicos permitiram uma maior qualidade e eficácia do Programa.

Através das entrevistas realizadas, constatou-se que alguns inquiridos referiram que havia pouca publicidade destes cursos e, portanto, não tinham conhecimento da existência de cursos de português para estrangeiros. Outros também salientaram que a metodologia e a preparação dos formadores não era a mais adequada e, por isso, a concretização destas medidas foi essencial para que o Programa tivesse obtido mais impacto nas comunidades imigrantes. A acrescentar a este facto é importante referir que a criação do Programa “Português para Todos” em 2008 permitiu a aprendizagem de um nível mais técnico da língua portuguesa, essencial para exercer actividades mais qualificadas. Esta era uma das lacunas que o programa anterior, “Portugal Acolhe”, apresentava pois o português que se ensinava era mais elementar. Este aspecto foi confirmado pelos imigrantes entrevistados que frequentaram cursos no âmbito deste programa.

Salienta-se que o facto de os ucranianos e moldavos apresentarem uma língua materna muito diferente entre eles, tem influência na aprendizagem de uma nova língua. Os ucranianos revelam, naturalmente, uma maior dificuldade em aprender português comparativamente aos moldavos, na medida em que falam uma língua eslava e possuem um alfabeto diferente do nosso, o cirílico, enquanto os moldavos têm uma língua latina, com um alfabeto igual, pelo que as semelhanças com a língua portuguesa são mais notórias. Este aspecto foi realçado por vários imigrantes entrevistados, das duas nacionalidades. Embora, no início, todos apresentem dificuldades com a língua Portuguesa, nota-se que os moldavos têm mais facilidade em aprendê-la. Um dos moldavos referiu que existem cerca de 2000 palavras semelhantes entre a língua moldava e a portuguesa, o que revela uma vantagem comparativamente aos ucranianos, cuja língua tem um vocabulário muito diferente do nosso. Verificou-se que, de uma maneira geral, os moldavos apresentavam uma maior fluência oral em português e compreendiam melhor as outras pessoas. Têm maior facilidade de comunicação e possuem mais competências linguísticas que os ucranianos. No entanto, a menor fluência na língua, por parte destes, não constitui uma desvantagem significativa na inserção no mercado de trabalho e na progressão na carreira profissional. Embora haja uma maior distância cultural-linguística em relação aos ucranianos, observa-se que estes conseguem aprender com relativa

facilidade a língua e como se inserem, frequentemente, em actividades com pouca necessidade de comunicação, esse problema torna-se menos relevante.

Pode-se concluir que a língua é um obstáculo para qualquer das nacionalidades, principalmente numa fase inicial e em termos sociais. A sua progressão na carreira não depende só desse aspecto. Como muitos dos imigrantes contactados não apresentam grande evolução na sua carreira, não se pode referir que o conhecimento do português tenha sido fundamental para eles. É importante aliar a língua com outros factores que foram referidos anteriormente como a experiência profissional e o reconhecimento dos diplomas. Para os imigrantes que possuem uma profissão mais qualificada, o maior conhecimento do português é um factor essencial para poderem desempenhar melhor a sua função, independentemente da sua nacionalidade.

Referências Bibliográficas

A. Jackson J (1991) *Migrações*. Sociologias Escher, Lisboa.

Alam R (2008) *Is English Really a Tool of Integration? A case Study of Bangladeshi Community in London*. GRIN Verlag, Germany.

Albuquerque R, Évora Ferreira L, Viegas T (2000) *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório*. Celta Editora, Oeiras.

Aleinikoff A, Weil P (2008) Cidadania. *In A Europa e os seus Imigrantes no século XXI*. Fundação Luso-Americana, Lisboa: 59-78.

Amorim Figueiredo MV (2010) *Relatório de Actividades de 2009 da Divisão de Saúde e Acção Social*. DHSAS da Câmara Municipal, Vila Franca de Xira.

Ançã M.H. (2008) Apropriação da Língua Portuguesa: O Exemplo de um Público Ucrainiano Adulto e Jovem Adulto. *In Português Língua Segunda e Língua Estrangeira Das Teorias às Práticas*. LIDEL, Lisboa: 115-132.

Ançã M.H. (2008) Língua portuguesa em novos públicos. *In Revista Saber e Educar nº13 2008*. Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, Porto: 71-87.

André I (2005) *Metodologias de Investigação em Geografia Humana – Programa*. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Baganha M.I., Marques J.C. (2001) *Imigração e Política O Caso Português*. Fundação Luso-Americana, Lisboa.

Baganha M.I., Marques J.C., Góis P (2002) *O Sector da Construção Civil e Obras Públicas em Portugal: 1990-2000*. Oficina do CES, Coimbra.

Baganha M.I., Marques J.C., Góis P (2004) Novas migrações, novos desafios: A imigração do Leste Europeu. *In Revista Crítica de Ciências Sociais, nº69*. CESIS, Coimbra: 95-115.

Baganha M.I. (2005) Política de Imigração: A regulação dos fluxos. *In Revista Crítica de Ciências Sociais Nº73*. Centro de Estudos Sociais, Coimbra: 29-44.

Baganha M.I., Marques J.C., Góis P (2006) Trajectórias Migratórias: os imigrantes do Leste Europeu. *In Nação e Estado: Entre o Global e o Local*. Edições Afrontamento, Porto: 281-300.

Baganha M.I. e Sousa Ribeiro J (2007) Imigração qualificada no sector da saúde – as oportunidades do mercado laboral português. *In Revista Migrações Nº1 de Setembro de 2007*. Observatório da Imigração, Lisboa: 53-78.

Beja Horta A.P. (2002) Imigração em Portugal: Experiências e Contradições. *In Revista História Nº42 Ano XXIV (III Série)*. Publicações e Conteúdos Multimédia, Lda., Lisboa: 46-53.

Beja Horta A.P. e Malheiros J (2006) Social Capital and Migrants Political Integration: The Case Study of Capeverdean Associations in the Greater Lisbon Area. *In Revista Finisterra Volume XLI, n º81, Lisboa, 2006: 143-170*.

Camarneiro A, Almeida A (2006) Imigrantes de Leste em Portugal: Apoio Social e Sintomatologia Depressiva. *In Fórum Sociológico nº15/16 (II Série)*. Lisboa: 277-293.

Carneiro R (2006) *A Mobilidade Ocupacional do Trabalhador imigrante em Portugal*. Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP) Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa.

Carrera S (2009) *In search of the perfect citizen: the intersection between integration, immigration, and nationality in the EU*. Brill, Leiden.

Castles S (2005) *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios*. Fim de Século – Edições, Sociedade Unipessoal, LDA., Lisboa.

Comissão Europeia (2004) *Manual de Integração para decisores políticos e profissionais*. ACIME, Lisboa.

Conselho de Ministros (2007) *Relatório Anual de Execução do Plano de Integração de Imigrantes Maio 2007 – Maio 2008*. ACIDI, Lisboa.

Coussey M (2000) *Framework of integration policies*. Council of Europe, Germany.

Dionísio E (2007) *Políticas Locais e Acção Colectiva dos Imigrantes da Europa de Leste, no concelho de Lisboa*. Tese de Mestrado em Relações Interculturais da Universidade Aberta de Lisboa, páginas 280.

Ferrão J, Malheiros J, Baganha M.I (1999) *Análise Social – Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. ICS da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Flowerdew R e Martin D (2005) *Methods in Human Geography – Second Edition*. Pearson Education Limited, Edimburgo.

Fonseca L et al (2002) *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*. Luso – American Foundation, Lisbon.

Fonseca L, Malheiros J, Esteves A, José Caldeira M (2002) *Immigrants in Lisbon – Routes of integration*. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa

Fonseca L (2004) *I Congresso Imigração em Portugal Diversidade, Cidadania e Integração*. ACIME, Lisboa.

Fonseca L, Alegria J, Nunes A (2004) Immigration to Medium Sized Cities and Rural Areas: The Case of Eastern Europeans in the Évora Region. *In New Waves: Migration From Eastern To Southern Europe*. Luso-American Foundation, Lisbon: 91-118.

Fonseca L (2005) *Migrações e Território – Programa*. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano Nº 64, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Fonseca L e Malheiros J (2005) *Social Integration & Mobility: Education, Housing & Healthing*. Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.

Fonseca L et al (2005) *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal*. ACIME, Lisboa.

Fonseca L, Goracci M (2007) *Mapa de boas práticas de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal*. OIM e ACIDI, Lisboa.

Gama A et al (2002) *A imigração em Portugal: os movimentos humanos e culturais em Portugal*. SOS Racismo, Lisboa.

Gaspar J (2002) Developing cohesive cities. A perspective from the ground. *In Fonseca, M. L. et al. (ed), Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*. Luso-American Foundation, Lisbon, pp. 67-82.

Grosso MJ, Tavares M e Tavares A (2008) *O Português para falantes de Outras Línguas – O utilizador elementar no país de acolhimento*. Ministério da Educação – Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, Lisboa.

Hagendoorn L, Veenman J and Vollebergh W (2003) *Integration immigrants In Netherlands, Cultural versus Socio-Economic Integration*. Ashgate Publishing Limited, England.

Haidinger B (2008) Contingencies Among Households: Gendered Division of Labour and Transnational Household Organization – the Case of Ukrainians in Austria in Lutz, Helma (ed.) *Migration and Domestic Work. A European Perspective on a Global Theme*. Ashgate, London.

Hatziprokopiou P. (2003) Albanian immigrants in Thessaloniki, Greece: Processes of Economic and Social Incorporation. *In Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.29 (6): 1016-1033.

IEFP (2004) *Relatório de Execução do Programa “Portugal Acolhe”*. IEPF, Lisboa.

Karimo N (2008) Igualdade de oportunidades e diminuição das barreiras no acesso ao mercado de trabalho português: a importância das parcerias. *In Imigração e Mercado de Trabalho. Revista Migrações Nº2 de Abril de 2008 do Observatório da Imigração*. ACIDI, Lisboa: 163-170.

Lages M.F. et al (2006) *Os Imigrantes e a População Portuguesa Imagens Recíprocas*. ACIME, Lisboa.

Luís E (2010) *Revista Nº78 Imigrantes e Administração Pública Proximidade ou Barreira?* ACIDI, Lisboa.

Luísa Amaral A et al (2007) Das Representações às Práticas – Discursos de Ucrânicos Adultos sobre a Apropriação da Língua Portuguesa. *In Aproximações à Língua Portuguesa. Cadernos do LEIP – Coleção Temas nº1*, Aveiro: 47-62.

Malheiros J (2002) “Nova” imigração e desenvolvimento regional. *In Imigração e Mercado de Trabalho – Cadernos Sociedade e Trabalho Nº2*. MSST/DEPP, Lisboa: 69-88.

Malheiros J e Mendes M (2007) *Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na Área Metropolitana de Lisboa*. ACIDI, Lisboa.

Marques J.C. e Góis P (2007) *Estudo Prospectivo sobre os Imigrantes Qualificados em Portugal*. ACIDI, Lisboa.

Marques J.C. e Góis P (2008) Imigrantes altamente qualificados em Portugal: uma tipologia. *In Imigração e Mercado de Trabalho. Revista Migrações Nº2 de Abril de 2008*. Observatório da Imigração, Lisboa: 73-95.

Mègre G (1995) Regularização Extraordinária de Estrangeiros - Decreto- Lei Nº212/92, 12 de Outubro. *In Portugal, a Europa e as Migrações*. Conselho Económico e Social, Lisboa: 227-251.

Mendes M (2002) Os imigrantes de leste e o mercado de trabalho. *In Imigração e Mercado de Trabalho, Cadernos Sociedade e Trabalho nº2*. Celta Editora, Lisboa: 209-211.

Mendes M (2007) Representações face à Discriminação: ciganos e imigrantes russos e ucranianos na Área Metropolitana de Lisboa. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais (Sociologia Geral) do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, páginas 356.

Mendes M (2009) Imigrantes russos e ucranianos na AML: «Retrato Sociais». *In Ler História: Emigração e Imigração* (número especial), Lisboa: 183-210.

MSST/DEPP (2002) *Imigração e Mercado de Trabalho*. Celta Editora, Lisboa.

Murray D (2005) ESL in Adult Education. *In Handbook of Research in Second Language Teaching and Learning*. Eli Hinkel, New Jersey.

Niessen J, Huddleston T, Citron L (2007) *Índex de Políticas de Integração de Migrantes*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

OCDE (2003) *Trends in International Migration 2002: Continuous Reporting System on Migration*. OCDE Publishing, Paris.

OCDE (2006) *From Immigration to Integration, Local Solutions to a Global Challenge*. OCDE Publishing, Paris.

Pardal L, Ferreira H e Afonso E (2007) Língua e Integração: Representações Sociais de imigrantes. In *Aproximações à Língua Portuguesa. Cadernos do LEIP – Coleção Temas nº1*, Aveiro: 63-82

Peixoto J (2001) Migrações e Políticas Migratórias na União Europeia: Livre Circulação e Reconhecimento de Diplomas. In *Análise Social 158-159 Volume XXXVI Primavera Verão de 2001 Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, Lisboa: 153-183.

Peixoto J (2008) Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes. In *Imigração e Mercado de Trabalho. Revista Migrações Nº2 de Abril de 2008 do Observatório da Imigração*. ACIDI, Lisboa: 19-46.

Pena Pires R (2003) *Migrações e Integração*. Celta Editora, Oeiras.

Penninx R (2008) Os processos de integração dos Imigrantes: resultados da investigação científica e opções políticas. In *A Europa e os seus Imigrantes no século XXI*. Fundação Luso-Americana, Lisboa: 35-57.

Pereira S (2009) Que lugar para os trabalhadores de origem africana no mercado de trabalho em Portugal? Análise do impacto de “novas” vagas de imigração. Tese de Doutoramento em Geografia Humana. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, páginas 476.

Perista P (2004) Imigrantes de Leste na Área Metropolitana de Lisboa Novos Fluxos, Novos Perfis? In *CIDADES Comunidades e Território nº 9*. Lisboa: 71-82.

Pestana J (1995) Integração Europeia e Migrações de A a Z. *In Portugal, a Europa e as Migrações*. Conselho Económico e Social, Lisboa: 11-187.

Pliássova I.V. (2007) As principais dificuldades em Língua Portuguesa – o caso dos aprendentes ucranianos. *In Aproximações à Língua Portuguesa. Cadernos do LEIP – Coleção Temas nº1*, Aveiro: 35-45.

Presidência do Conselho de Ministros (2007) *Plano para a Integração dos Imigrantes*. ACIDI, Lisboa.

Presidência do Conselho de Ministros (2009) *Imigração em Portugal – Informação Útil*. ACIDI, Lisboa.

Quivy R e Campenhoudt LV (2005) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva, Lisboa.

Reis Oliveira C (2005) Empresários de Origem Imigrante Estratégias de Inserção Económica em Portugal. Tese de Mestrado pelo Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa (ISEGI/UNL), Lisboa, páginas 176.

Reis Oliveira C (2008) Determinantes das Estratégias Empresariais de Imigrantes em Portugal. *In Empreendedorismo Imigrante. Revista Migrações Nº3*. ACIDI, Lisboa: 109-138.

Reyneri E (2003) *Underground economy and the new immigration – the case of Southern Europe*. Department of Sociology and Social Research University of Milan Bicocca, Milan.

Ribeiro Santos O (2008) Ponto Imigrante: Resposta de uma empresa para a integração sócio-profissional de imigrantes. *In Imigração e Mercado de Trabalho. Revista Migrações Nº2 de Abril de 2008 do Observatório da Imigração*. ACIDI, Lisboa: 183-189.

Rodrigues T e Luís Rocha Pinto M (2002) As Migrações no Portugal do Século XX. *In Revista Ler História Nº43/2002. Ler História – Associação de Actividades Científicas*. ISCTE, Lisboa: 179-203.

Russo H e Soeiro A (2007) *Imigrantes de Leste – Vivências Diferentes num Espaço Comum*. Autonomia 27, Azeitão.

Sacco M (2005) *Geografia Universal Grande Atlas do Século XXI Europa Oriental e do Sul Volume 4*. Planeta De Agostini, Lisboa.

Satalecka M (2009) Os Imigrantes Frente às Barreiras Linguísticas – Aulas de Língua como a Resposta. Caso Português: Programa Português para Todos. Trabalho realizado no âmbito do curso de Migrações, Inter-Etnias e Transnacionalismo da Universidade Nova de Lisboa, páginas 13.

Sota Martins A (2008) A Escola e a Escolarização em Portugal Representações dos Imigrantes da Europa de Leste. Dissertação de Mestrado de Relações Interculturais, Universidade Aberta, Lisboa, páginas 194.

Spencer S (2008) O Desafio da Integração na Europa. *In Europa e os seus Imigrantes no século XXI*. Fundação Luso-Americana, Lisboa: 1-34.

Starkey P (2009) *Community Cohesion and Migration: Tenth Report of Session 2007-2008, Volume II*. The Stationery Office, England.

Vaiou D (2002) *In the interstices of the city: Albanian women in Athens. Espaces, Populations, Sociétés*, 2002-3:373-385.

Valle L, Farmhouse R e Marques V (2008) Reconhecimento de habilitações académicas de médicos e de enfermeiros migrantes. *In Imigração e Mercado de Trabalho. Revista Migrações Nº2 de Abril de 2008 do Observatório da Imigração*. ACIDI, Lisboa: 171-176.

Van Oers R, Ersboll E and Kostakopoulou D (2010) *A re-definition of belonging?: language and integration tests in Europe*. Martinus Nijhoff Publishers, Leiden.

Velez de Castro F (2008) A Europa do Outro – A imigração em Portugal no início do Século XXI – Estudo do Caso dos Imigrantes da Europa de Leste no Concelho de Vila Viçosa. Dissertação de Mestrado em Estudos sobre a Europa – «A Europa: as Visões do Outro», especialidade de Estudos Europeus, Faculdade de Letras de Coimbra, páginas 294.

Xavier de Carvalho L (2004) *Impacto e Reflexos do Trabalho Imigrante nas Empresas Portuguesas Uma visão qualitativa*. ACIDI, Lisboa.

Bibliografia Online

Abecasis M (2008) A População Imigrante e o Mercado de Trabalho. Observatório do Emprego e Formação Profissional. Acedido em Julho de 2009. www.oefp.pt/.../f9d5faaf-0cdb-4b84-a5d1-5d1b033bb3cc.pdf.

Aires de Matos I (2007). Diversidade Linguística e Ensino de Português. Acedido em Fevereiro de 2010. [Http://www.ipv.pt/millennium/millennium33/2.pdf](http://www.ipv.pt/millennium/millennium33/2.pdf)

Almeida M.A., Nunes S e Amaro T.P. (2008) Aspectos Estruturais do Mercado de Trabalho. Acedido em Agosto de 2010. [Http://oefp.iefp.pt/admin/upload/Publicacoes/Aspec_Est_Mercado_Trabalho/d8e046d0-c640-4b2e-b2c9-25c5844b9cb7.pdf](http://oefp.iefp.pt/admin/upload/Publicacoes/Aspec_Est_Mercado_Trabalho/d8e046d0-c640-4b2e-b2c9-25c5844b9cb7.pdf)

Alves S (2004) Imigrantes de Leste na área norte do concelho: Realidade Recente Perspectivas Futuras. GARSE/Loures Observa. Acedido em Fevereiro de 2009. www.cm-loures.pt/doc/garse/imigrantes_leste.pdf.

Arroteia J.C. (2001) Aspectos da Emigração Portuguesa. Acedido em Agosto de 2010. www.ub.es/geocrit/sn-94-30.htm.

Barbulescu G (2005) O Ensino do Português como Língua Estrangeira para Alunos de Língua Romena em Portugal. Acedido em Fevereiro de 2010. [Http://www.multiculturas.com/textos/PLNM_romenofonos_Georgiana-Barbulescu.pdf](http://www.multiculturas.com/textos/PLNM_romenofonos_Georgiana-Barbulescu.pdf)

Bleakley H (2003) Language Skills and Earnings: Evidence from childhood Immigrants. Acedido em Setembro de 2010. [Http://www.uh.edu/~achin/research/bleakley_chin_english.pdf](http://www.uh.edu/~achin/research/bleakley_chin_english.pdf).

Comissão Europeia (1995) Instituições e outros órgãos da União Europeia. Acedido em Agosto de 2010. [Http://europa.eu/institutions/index_pt.htm](http://europa.eu/institutions/index_pt.htm)

Falcão L (2002) Immigrant Language Learning - Imigração em Portugal. Acedido em Janeiro de 2010. [Http://www.dlt.pt/ficheiros/Imigr_Portugal%28part2%29.pdf](http://www.dlt.pt/ficheiros/Imigr_Portugal%28part2%29.pdf)

Fischer G (2002) Quadro comum de referência e portfolio europeu de línguas *Educação & Comunicação*, 7, 19-26. Acedido em Março de 2010.

[Http://www.esecs.ipleiria.pt/files/f1431.1.pdf](http://www.esecs.ipleiria.pt/files/f1431.1.pdf).

Fundação Calouste Gulbenkian (2004) Projecto de Reconhecimento de Habilitações de Enfermeiros Imigrantes e de Apoio à sua Integração Profissional. Acedido em Abril de 2010.

[Http://www.gulbenkian.pt/media/files/actividades/programas_projectos/ProjectoEnfermeiros05-07.pd](http://www.gulbenkian.pt/media/files/actividades/programas_projectos/ProjectoEnfermeiros05-07.pd).

Góis P e Marques J.C. (2007) Ukrainian Migration to Portugal. From non-existence to the top three immigration groups. Acedido em Dezembro de 2009.

[Http://aa.ecn.cz/img_upload/3bfc4ddc48d13ae0415c78ceae108bf5/JCMarquesPGois_UkrainiansinPortugal.pdf](http://aa.ecn.cz/img_upload/3bfc4ddc48d13ae0415c78ceae108bf5/JCMarquesPGois_UkrainiansinPortugal.pdf)

Grosso M.J. (2007) As competências do Utilizador elementar no contexto de acolhimento. *In Língua Portuguesa e Integração*. Acedido em Fevereiro de 2010.

[Http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Seminario_LPIntegracao/3_Maria_Jose_Grosso.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Seminario_LPIntegracao/3_Maria_Jose_Grosso.pdf)

IEFP (2009) Referencial de Língua Portuguesa e Cidadania “Portugal Acolhe”. Acedido em Dezembro de 2009.

[Http://portal.iefp.pt/xeobd/attachfileu.jsp?look_parentBoui=32288760&att_display=n&att_download=y](http://portal.iefp.pt/xeobd/attachfileu.jsp?look_parentBoui=32288760&att_display=n&att_download=y).

Lages M, Policarpo V (2002) Análise preliminar de duas sondagens sobre imigrantes em Portugal. Gabinete de Ética e o Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa. Acedido em Fevereiro de 2009.

[Http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/pdf/Sondagem%20Imigrantes.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/pdf/Sondagem%20Imigrantes.pdf).

Malheiros J e Baganha M.I. (2001) Imigração ilegal em Portugal: padrões emergentes em inícios do séc. XXI. Acedido em Setembro de 2010.

[Http://www.janusonline.pt/2001/2001_3_3_12.html](http://www.janusonline.pt/2001/2001_3_3_12.html)

Marques da Costa E, Estevens A e Barroqueiro M (2005) Envelhecimento, Escassez de Mão-de-Obra e Imigração de Substituição Tendências de Evolução em Portugal e Espanha. Acedido em Novembro de 2009.

[Http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/006.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/006.pdf)

Matias A.R. (2004) Da Ucrânia a Portugal: trajectos migratórios e modalidades de inserção no mercado de trabalho. CIES/ISCTE. Acedido em Fevereiro de 2009.

[Http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/pdf/Imigucraniana.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/pdf/Imigucraniana.pdf).

Monteiro A (2006) Imigração e Saúde – Imigrantes da Europa de Leste em Portugal. Escola Superior de Enfermagem de Coimbra. Acedido em Fevereiro de 2009.

[Http://www.esenfc.pt/rr/admin/conteudos/downloadArtigo.php?id_ficheiro=219&codigo=](http://www.esenfc.pt/rr/admin/conteudos/downloadArtigo.php?id_ficheiro=219&codigo=)

Mota I (2004) O Projecto de Reconhecimento de Habilitações de Médicos Imigrantes. Acedido em Fevereiro de 2010.

[Http://mighealth.net/pt/images/0/0a/Projecto_M%C3%A9dicos.pdf](http://mighealth.net/pt/images/0/0a/Projecto_M%C3%A9dicos.pdf)

Nare L (2003) *Ukrainian and Polish Domestic Workers in Naples – A Case of East-South Migration*. Acedido em Agosto de 2010. www.migrationonline.cz

Norte C et al (2004) O Impacto da Imigração nas Sociedades da Europa: Um Estudo para a Rede Europeia das Migrações - O caso Português. Acedido em Julho de 2009. [Http://www.sef.pt/documentos/56/VersaoFinal_OImpactodaImigracaonasSociedadesdaEuropav1Port.pdf](http://www.sef.pt/documentos/56/VersaoFinal_OImpactodaImigracaonasSociedadesdaEuropav1Port.pdf)

Oliveira A.L., Maria Faneca R e Ferreira T (2007) Integrar em Língua Portuguesa. *In Língua e Integração*. Laboratório de Investigação em Educação em Português (LEIP) da Universidade de Aveiro, Aveiro. Acedido em Setembro de 2009. [Http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Seminario_LPIntegracao/4_Simposio_%20Integrar_LP.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Seminario_LPIntegracao/4_Simposio_%20Integrar_LP.pdf).

Oliveira MCM (2006) O Ensino do Português a Adultos Imigrantes. Acedido em Março de 2010.

[Http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6730/2/II%20Revis%C3%A3o.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6730/2/II%20Revis%C3%A3o.pdf).

Perista P (2003) Imigrantes de Leste em Portugal: Da migração à inserção. Acedido em Abril de 2010. [Http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628e59f4bafc_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628e59f4bafc_1.pdf)

Pliássova I.V. (2007) Comunicação intercultural e aquisição/aprendizagem do Português: o exemplo dos imigrantes ucranianos. In *Língua Portuguesa e Integração*. Acedido em Março de 2010.

[Http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Seminario_LPIntegracao/7_lana_%20Pliassova.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Seminario_LPIntegracao/7_lana_%20Pliassova.pdf).

Reis Oliveira C, Abranches M, Healy C (2006) Manual sobre como implementar um onestop-shop para a integração de imigrantes. Acedido em Julho de 2009. www.oss.inti.acidi.gov.pt/index.php?option=com.

Rocha-Trindade M.B. (200?) A Imigração em Portugal: E Agora? As Migrações em Portugal. Acedido em Janeiro de 2010. www.museu-emigrantes.org/BEATRIZ%20ROCHA-TRINDADE.pdf

SEF (2002-2008) População Estrangeira por Distritos. Lisboa. Acedido em Junho de 2009. [Http://www.sef.pt/portal/v10/PT.aspx/estatisticas/index.aspx?id_linha=4224&menu_position=4142#0](http://www.sef.pt/portal/v10/PT.aspx/estatisticas/index.aspx?id_linha=4224&menu_position=4142#0).

Valente Rosa MJ (2005) (Des) encontro entre as Migrações Internacionais (laborais) e as Qualificações (escolares): o caso dos europeus de Leste em Portugal. Acedido em Janeiro de 2010.

[Http://www.socinovamigration.org/portallizer/upload_ficheiros/\(Des\)encontro entre as Migrações Internacionais \(laborais\) e as Qualificações \(escolares\).](http://www.socinovamigration.org/portallizer/upload_ficheiros/(Des)encontro_entre_as_Migrações_Internacionais_(laborais)_e_as_Qualificações_(escolares).)

Anexos

1. Guião das entrevistas

1. Que motivos o levarem a emigrar? Quando emigrou?
2. Por que razão escolheu o nosso país para viver?
3. Pode traçar brevemente a sua trajectória migratória e profissional desde que saiu do seu país?
4. Quais foram as principais dificuldades encontradas no momento da sua chegada a Portugal?
5. Que problemas teve na procura de emprego e na inserção no mercado de trabalho português?
6. Considera que o seu emprego actual se ajusta à experiência profissional e ao nível de qualificação que possui? Porquê?
7. Qual a importância da aprendizagem da língua portuguesa na sua integração no mercado de trabalho nacional e, consequentemente, na sociedade que o acolheu?
8. Que conhecimentos tem da língua portuguesa? Onde e quando os adquiriu? Consegue ler, escrever, falar e compreender? Considera que são suficientes para a realização do seu trabalho?
9. No seu caso pessoal, o conhecimento da língua portuguesa ajudou o seu desempenho e teve algum impacto na sua carreira profissional? De que forma?
10. O que considera ser mais importante para uma maior progressão na sua carreira profissional: as qualificações, a experiência profissional ou o conhecimento da língua do país de acolhimento? Porquê?
11. Em sua opinião, existem Programas/Ações suficientes de Língua Portuguesa para estrangeiros?
12. Conhece os Programas de Língua Portuguesa actualmente oferecidos pelas instituições? Se sim, acha que estão bem organizados ou têm problemas? Considera-os úteis?
13. Sente que os diversos agentes, Governo, Municípios, Associações, Comunidade Local, têm uma actuação positiva na procura de melhores soluções para a integração dos imigrantes?
14. Como caracteriza a sua experiência migratória em Portugal? Faz um balanço positivo ou negativo?
15. Tenciona fixar-se no nosso país ou pensa voltar ao seu país de origem?

2. Matriz de Entrevistas (Moldavos)
Quadro N°12

Indivíduos Perguntas	A	B	C	D	E	F	G
0. Dados sociográficos básicos (sexo, idade e nível de escolaridade)	Sexo masculino, 45 anos e 12º ano de escolaridade	Sexo feminino, 22 anos e 12º ano de escolaridade	Sexo feminino, 42 anos e curso profissional numa fábrica de fios de telefone	Sexo feminino, 40 anos e dois Cursos – Enfermagem e Direito	Sexo masculino, 23 anos e 12º ano de escolaridade	Sexo masculino, 26 anos e 9º ano de escolaridade	Sexo feminino, 42 anos e Licenciatura em Enfermagem
1. Motivos e data de emigração	Desaparecimento da União Soviética provocou uma grande crise económica. 1999	O marido ter emigrado. 2008	Fim da União Soviética, desemprego aumentou muito. 2002	Devido ao facto do marido ter saído do país. Ela veio 5 meses depois dele. 2005	Pais já tinham emigrado. 2004	Pais já tinham emigrado. 2003	Marido já estava cá e preparou papéis. O seu salário na Moldávia era baixo (200 €por mês). 2005
2. Razão de escolha de Portugal	Através de amigos moldavos percebeu que era mais fácil encontrar trabalho porque o país precisava de mão-de-obra e era mais fácil legalizar-se.	Não escolheu, estava casada e o meu marido já estava em Portugal.	Procura de uma vida melhor e juntar-se ao seu marido.	Cultura e língua parecida com a Moldávia e visto mais fácil de obter.	Vim de visita e depois comecei a viver cá com os meus pais com objectivo de trabalhar.	Os pais já estarem cá e os papéis de legalização serem mais fáceis.	Marido estava cá e chamou-a.
3. Trajectória migratória e profissional	Algés, Almada, Beja, Montijo, Évora, Póvoa e Alenquer Trabalhou como servente de	Alenquer Em dois meses conseguiu trabalho e é onde está actualmente – fábrica de bolos	Montijo (lavandaria) VFX – loja de utilidades	Mora no Montijo e é enfermeira no Hospital de VFX. Fez o estágio cá.	Alenquer Carpintaria, armazéns (distribuição), pintor e transportes (zona	Mora em Lisboa. Decorador numa loja, obras, oficina e motorista na zona de Lisboa e Vila	Cova da Piedade Almada Trabalhou sempre como empregada de limpeza nos primeiros meses

	pedreiro, manobrador de máquinas, pintor e ajudante de serralheiro (Alhandra).	(zona de Vila Franca).			de Vila Franca)	Franca de Xira. Está desempregado.	numa Clínica no Pragal e agora em casas particulares.
4. Principais dificuldades no momento de chegada	A língua, embora aprendesse com facilidade pois as duas línguas têm cerca de 2000 palavras idênticas.	Sobretudo a língua, pois teve bom acolhimento familiar.	Língua	Burocracia associada à tradução dos diplomas; o dinheiro que gastou e a língua.	Língua e encontrar emprego	Língua e encontrar emprego	Língua e dinheiro gasto nos papéis da legalização.
5. Problemas no emprego	Amigos ajudaram, no segundo dia já tinha emprego. Só há dois anos é que esteve desempregado durante 8 meses.	Não teve, uma amiga moldava ajudou-a.	Marido já estava cá, tinha conhecimentos e ajudou-a. No primeiro emprego, uma moldava ajudou-a na comunicação com as outras pessoas.	Não teve. Naquela altura não havia o desemprego que há agora.	Ao início tive dificuldades devido à idade e não receber o salário.	Primeiros dois anos sem trabalho. Sente-se pouco integrado, recebe pouco para os trabalhos que faz; não chega para a renda e comer.	Arranjou com facilidade através de amigas moldavas, chorou muito por não estar a trabalhar como enfermeira. Como não tem contrato de trabalho não pode descontar para a Segurança Social e não vai ter reforma.
6. Emprego actual ajusta-se à experiência/ qualificações	A experiência tem sido variada mas não se ajusta à sua qualificação.	Primeiro emprego, não tinha experiência noutra área.	Não se ajusta nem à experiência de cá nem de lá, nem à qualificação.	Ajusta-se ao curso de enfermagem e à experiência que teve na Moldávia e em Portugal.	Não se ajusta porque tenho tido trabalhos diferentes e a minha qualificação é geral.	Empregos não se ajustam nem à experiência nem à qualificação.	Não se ajusta à experiência de enfermeira (19 anos na Moldávia) nem à qualificação nessa área.
7. Importância da língua na integração trabalho/ sociedade	É importante para o trabalho e para conviver	Teve de aprender português para comunicar com as	É muito importante para atender os clientes	Dominar bem a língua, ajuda-a a integrar-se.	É muito importante.	É importante para saber as coisas que lhe pedem no	Muito importante para se integrar e falar com os

	com portugueses.	peessoas no emprego e na sociedade local.	e saber o nome dos artigos que vende.	É mais fácil comunicar com os outros e amigos.		trabalho e para falar com colegas e outros amigos.	portugueses.
8. Conhecimentos da língua, como aprendeu, se são suficientes para o trabalho	Compreende, fala, lê e escreve com muita facilidade. Aprendeu português nos locais de trabalho, livros, jornais e televisão. São suficientes mas gostava de se aperfeiçoar.	Compreende, fala, lê e escreve com facilidade. Aprendeu com a ajuda da família e de uma professora de português (6 meses) São suficientes.	Compreende, fala, lê e escreve com facilidade. Teve ajuda de uma portuguesa que lhe ensinou algumas coisas e de uma moldava que já estava cá. São suficientes.	Compreende, fala, lê e escreve bem. Aprendeu sozinha. A filha dela anda na escola e ajudou-a. São suficientes, mas tenta sempre melhorar e aperfeiçoar.	Compreende, fala e lê com facilidade. Na escrita tem mais dificuldade. Pai ensinou-lhe português porque já estava cá há anos e aprendeu através da convivência com os portugueses. São suficientes.	Compreende, fala e lê bem. A escrever tem mais dificuldades. Aprendeu em contacto com os patrões e as pessoas de uma maneira geral. São suficientes.	Compreende, fala, lê e escreve, mas às vezes tem alguma dificuldade. Aprendeu com o seu marido e portugueses. Teve aulas de português numa escola durante 4 meses. São suficientes para o seu trabalho.
9. Conhecimento da língua no desempenho e impacto na carreira	Quanto mais conhecia a língua, mais facilidade tinha de encontrar emprego e de comunicar com o patrão e colegas.	Ajudou-a muito porque conseguia comunicar e fazer o que lhe pediam.	Facilitou-lhe. Ao início não sabia nada e por isso foi importante para saber fazer as coisas.	Ajudou-a muito. Está a orientar os alunos de estágio de enfermagem, é responsável de turno no Hospital e faz parte do projecto de integração dos imigrantes da Santa Casa.	Teve mais facilidade em conseguir certos empregos, pois a sua comunicação melhorou com o tempo.	Patrão explica-lhe as coisas e ele percebe, nunca lhe dificultou no emprego, não foi preciso saber mais.	Começou a fazer o seu trabalho mais rapidamente pois tinha menos dificuldade em comunicação com as patroas.
10. Progressão: qualificações, experiência e língua	Qualificações, experiência e língua Os patrões perante o seu comportamento trabalhador e cumpridor	Língua, experiência e qualificações que não estão relacionadas.	Experiência e língua Qualificações não	Língua, qualificações e experiência	Quanto mais tiver experiência, mais facilidade se tem em fazer as coisas, depois a língua e as qualificações.	Experiência é o mais importante para se inscrever num emprego, a língua não é essencial. As qualificações são pouco	Qualificações e a experiência que teve na Moldávia. Depois é a língua pois a experiência como empregada foi melhorando com o

	confiaram-lhe novas tarefas.					importantes.	conhecimento da língua.
11. Existência de cursos de português	Sabe que há escolas e outras instituições que dão esses cursos.	Sabe que existem.	Um amigo fez um curso desses e disse que ajudou pouco, pois ensinam o português básico.	São poucos. Sobre a aprendizagem da língua e da cultura devia haver mais.	Acho que existem os suficientes.	Sabe que existem, mas não teve tempo nem interesse.	Sabe que existem mas não tem tempo para frequentar mais cursos.
12. Conhecimento dos programas	Aprendeu por si próprio, não precisou desses cursos.	Não conhece.	Não	Sabe que existem nos Centros de Formação e Associações de Imigrantes mas não os conhece.	Não	Não	Estava bem organizado. Tinha alunos de várias nacionalidades mas funcionava bem. Ficou com o certificado “Língua Portuguesa para Estrangeiros”.
13. Actuação dos agentes	Centro de Apoio ao Imigrante (Alverca) ajudou-o a tratar dos papéis para trazer a sua esposa. De uma maneira geral há apoio sobretudo do Governo.	Sim, sobretudo o Governo e a Câmara.	Todos contribuíram, os portugueses foram simpáticos com ela, integrou-se bem.	Todos têm contribuído, sobretudo os municípios de Lisboa (projecto de integração de imigrantes) do Montijo e de VFX	Os diversos agentes fazem alguma coisa pelos imigrantes sobretudo a Câmara.	Ajudam pouco. Esteve 5 anos ilegal e assim não tinha nenhum direito.	Câmara de Almada trouxe cantores moldavos. Embaixada de Portugal na Roménia ajudou-a no visto de entrada.

14. Balanço da migração	Muito positivo, Portugal foi uma boa opção.	Positivo Gosta muito de Portugal, das pessoas e da língua.	Positivo	Positivo Em termos de língua, emprego e filha na escola a integração foi boa.	Positivo mas tem saudades da Moldávia e da família que ficou lá.	Não faz balanço positivo, não está bem integrado.	Positivo, mas se tivesse equivalência do curso seria muito melhor.
15. Ficar ou voltar	Tenciona estabilizar a sua vida em Portugal.	Tenciona ter uma casa e criar os filhos (quando os tiver) em Portugal, mas depois pensa voltar.	Ela, o filho moldavo e namorada ucraniana querem ficar, o marido não. Por isso ainda não sabe.	Pensa ficar sobretudo se a filha se integrar cá, no final da vida talvez volte.	Pensa voltar quando tiver condições.	Pensa voltar, nunca teve interesse em vir para cá, foi mais pelos pais.	Se conseguir a estabilidade económica do seu marido gostava de trazer os seus filhos e ficar em Portugal.

2. Matriz de Entrevistas (Moldavos)
Quadro Nº13

Indivíduos Perguntas	H	I	J	K	L	M
0. Dados sociográficos básicos (sexo, idade e nível de escolaridade)	Sexo feminino, 28 anos e Licenciatura em Romeno e Francês	Sexo masculino, 39 anos e Curso de Mecânica de Aparelhos de Indústria Alimentar	Sexo feminino, 43 anos e 12º ano de escolaridade	Sexo masculino, 45 anos e Curso de Educação Física	Sexo masculino, 43 anos e Curso de Direito	Sexo masculino, 53 anos e Curso Superior de Electricidade
1. Motivos e data de emigração	Melhorar o seu nível económico e vir ter com os seus irmãos. 2005	Por espírito de aventura, já tinha vindo de visita e acabou por ficar. 1999	Procurar uma vida melhor para poder criar os seus filhos. 2004	Fim da União Soviética, tudo destruído. O que ganhava não dava para fazer coisas maiores. 2001	Razões associadas à política do país de origem. 2005	Melhorar a vida; naquela altura a vida estava mal. 2000
2. Razão de escolha de Portugal	Estavam cá os seus irmãos e tinha a certeza de apoio.	O primo estava cá, tinha casa e comida, o que noutro país não tinha.	Marido já estava cá e queria que estivesse com ele.	Os dois países são parecidos na cultura, língua, tradições e festas.	Mais fácil obter visto e a cultura e a evolução dos dois países é parecida (grupo latino)	O irmão já estava cá e a língua era mais fácil.
3. Trajectória migratória e profissional	Mora em Almada. Empregada doméstica. Actualmente trabalha na zona de Vila Franca.	Beja, Porto, Lisboa, Almada, Laranjeiro. Montador de ar condicionado, pintor, motorista, carpinteiro e construção civil (Loures).	Catujal (costureira) Vive agora em Alenquer e trabalha em VFX como engomadora.	Sintra, Mem Martins, Charneca da Caparica, Benavente, Carregado, VFX, Almada. Fábrica de produção de mármore e granitos, fábrica de fios de plástico, Construção Civil, Remodelação de tectos falsos na Gulbenkian, Metro	Montijo, Lisboa, Sintra, Montijo Jurista	Figueira da Foz, Carregado, Alhandra, Leiria, Alhandra e Arruda dos Vinhos. Electricista

				de Lisboa, Carpinteiro e actualmente Serralheiro em Oeiras.		
4. Principais dificuldades no momento de chegada	Língua	Encontrar casa (teve que viver numa pensão) e não tinha dinheiro.	Não saber a língua	Não tinha documentos legais nem contrato de trabalho e por isso foi difícil encontrar emprego.	Língua, emprego, alojamento e informações sobre a equivalência do diploma.	Língua e um confronto com uma máfia que lhe dificultou no início.
5. Problemas no emprego	Não teve problemas, a irmã ajudou-a e só parou 4 meses quando a sua filha nasceu.	Através de outro moldavo conheceu o seu patrão que gostou do seu trabalho e aparência e ficou.	Conseguiu encontrar bem os empregos que teve.	Por causa dos documentos, não tinha visto e falava pouco português e por isso não conseguiu trabalhar na sua área.	Só conseguiu arranjar trabalho na sua área através de intermediários que dominavam a língua.	Não teve. Conseguiu encontrar logo trabalho. Desde 2005 está desempregado por causa de um problema de vista.
6. Emprego actual ajusta-se à experiência/ qualificações	Não se ajusta à experiência que teve na Moldávia, nem às qualificações (ensino de línguas).	Não se ajusta nem à experiência nem à qualificação. Não tentou a sua área por falta de equivalência e porque gosta do que faz.	Ajusta-se, porque é engomadora há muitos anos. A qualificação não tem ligação.	Não se ajusta à experiência que tem tido em Portugal, pois é muito diversificada, nem à qualificação.	Não se ajusta completamente em relação à Moldávia, ao nível de qualificação que obteve no país e da experiência profissional .	Ajusta-se à experiência que tem tido em Portugal. O seu trabalho lá era com papéis, aqui trabalha à mão Os estudos relacionam-se.
7. Importância da língua na integração trabalho/ sociedade	É importante, pois consegue desenrascar-se e integrar-se bem na sociedade.	É muito importante para falar, perceber, contar anedotas e realizar os seus trabalhos.	Muito importante para entender-se com os patrões e colegas e perceber as tarefas pedidas.	A importância é grande, se conhecer língua é melhor para ler revistas e livros.	É muito importante. Sem dominar a língua não se consegue evoluir como pessoa e na vida profissional.	É preciso saber a língua para trabalhar, para comunicar e ir às lojas.

8. Conhecimentos da língua, como aprendeu, se são suficientes para o trabalho	Compreende, fala, lê e escreve com facilidade. Aprendeu num curso de 150 horas numa escola. Recebeu o certificado que revela que domina a língua. São mais que suficientes.	Compreende, fala, lê e escreve bem. O primo ajudou-o através de uma lista de palavras portuguesas e moldavas Também aprendeu através de jornais, revistas e televisão. São suficientes.	Compreende, fala, lê e escreve com facilidade. Aprendeu com o marido e com uma professora de português (3 meses). São suficientes.	Compreende, fala, lê e escreve com facilidade. Aprendeu numa escola no Pragal durante três meses. Foi melhor para os verbos ter aulas. Também aprendeu com os portugueses. Para os seus trabalhos não é preciso muitas palavras.	Compreende, fala, lê e escreve com facilidade. Auto – -aprendizagem (na rua, no trabalho, na televisão, na leitura) São suficientes para o dia a dia, mas para a carreira tenta aperfeiçoar.	Compreende, fala, lê e escreve bem. Agora tem dificuldades em ler e escrever por causa do seu problema de vista. Aprendeu sozinho a ler revistas, jornais e televisão O irmão já estava cá e ajudou-o São suficientes.
9. Conhecimento da língua no desempenho e impacto na carreira	Ajudou-a pois compreende tudo o que lhe dizem e assim faz bem o seu trabalho	Como é encarregado de obras é necessário para perceber as plantas e ouvir as ordens dos outros.	Ajudou-a a ser melhor profissional, facilitou-lhe a comunicação e a realização das tarefas.	É importante, mas para trabalhar na sua área era necessário saber mais em termos de terminologia.	Facilitou-lhe muito pois conseguiu o seu objectivo de exercer a sua profissão (no seu país advogado, aqui jurista)	Foi importante para perceber o que o seu patrão dizia e saber o nome das ferramentas.
10. Progressão: qualificações, experiência e língua	Dominar a língua, experiência profissional e as qualificações	Ter boa cabeça, inteligência, experiência e saber a língua. Qualificações são importantes para fazer contas, cálculos.	Experiência profissional, língua e qualificações	Língua e experiência para saber as oportunidades de trabalho. Qualificações pouco importantes. Tem pouca informação para obter a equivalência.	Importante tudo, estão interligados entre si. Qualificação, experiência e língua	Língua, experiência que teve na Moldávia (10 anos) e aqui e por fim as qualificações.
11. Existência de cursos de português	Sabe que existem no Centro de Emprego mas como são pagos não são	Ouviu falar, mas conhece pouco.	Sim, há muitos.	Sim	Deveria haver mais cursos (não só cursos base, mas	Não sabe.

	tão acessíveis.				também cursos avançados).	
12. Conhecimento dos programas	Conhece aquele que frequentou na escola e estava bem organizado e é útil.	Não	Não	As aulas são importantes para os verbos, formação de frases, significado das palavras. Os horários é que não eram os melhores.	Desconhece pois há pouca publicidade.	Não
13. Actuação dos agentes	Sentiu mais apoio da Câmara e da “Associação das Mulheres Moldavas”	Em termos de legalização é que o apoiaram. Foi criada uma lei de legalização quando os filhos nasceram. Há muita burocracia, muitos papéis, não há grande apoio.	Todos contribuem um bocadinho para a sua integração.	Associação de Imigrantes Moldavos local (festa de Natal) Nas embaixadas exigem muitos documentos e o dinheiro gasto é muito.	Sente algum apoio, mas deveriam arranjar mais estratégias e soluções para a sua integração.	Nunca sentiu grande apoio, apenas na legalização. Não tem dinheiro para fazer título de residência
14. Balanço da migração	Nem positivo nem negativo, pois não está a exercer a sua profissão de origem e tem família na Moldávia	Ao início a vida era boa, agora com a crise a vida piorou e as pessoas estão menos compreensivas.	Positivo, gosta da vida cá	Positivo, mas os filhos estão na Moldávia e queria que viessem.	Positivo	Positivo, apesar do seu problema de vista que lhe dificultou muito a vida.
15. Ficar ou voltar	Pensa voltar mas se a sua filha se integrar bem cá, nunca se sabe o futuro.	Pensa ficar, os filhos estão bem integrados, agora é difícil começar alguma coisa lá.	É cedo dizer, depende da vontade do filho.	Esposa quer mais ficar, depende do trabalho e dos filhos virem. Gosta da praia pois no país dele não tem.	Pensa e tenta fazer tudo para ficar.	O filho está em Itália e tem o apoio dele. Pensa ir para a Itália, mas não quer voltar para a Moldávia.

3. Matriz de Entrevistas (Ucranianos)

Quadro nº 14

Indivíduos Perguntas	A	B	C	D	E	F	G
0. Dados sociográficos básicos (sexo, idade e nível de escolaridade)	Sexo feminino, 50 anos e Curso de Medicina Bacteriológica	Sexo masculino, 31 anos e 3 anos do Curso de Educação Física (professor de natação)	Sexo masculino, 35 anos e Curso de Economia	Sexo feminino, 37 anos e Curso de Contabilidade	Sexo masculino, 55 anos e 11º ano de escolaridade	Sexo feminino 30 anos e Curso de Economia	Sexo feminino, 32 anos e 11º ano de escolaridade
1. Motivos e data de emigração	Ganhar mais para ajudar filha e mãe. 2000	Falta de trabalho na Ucrânia e espírito de aventura. 1999 com o irmão	O marido já tinha emigrado e para ganhar mais dinheiro. 2002	Economia da Ucrânia estava mal, falta de emprego. 2000	Na Ucrânia ganhava pouco (20 €por mês). 2001	Juntar-se ao marido e vida melhor. 2001	Porque o marido já tinha emigrado e para melhorar a vida. 2000
2. Razão de escolha de Portugal	Genro estava cá e é mais fácil a legalização.	Mais fácil de legalizar do que na Alemanha. Cá pode-se trabalhar ilegalmente e não há problema.	O marido já estava cá e foi mais fácil legalizar-se.	Irmão já estava cá e disse que se ganhava mais. Preços da comida mais baratos.	Um cunhado já estava cá.	Marido já estava cá.	Marido já estava em Portugal..
3. Trajectória migratória e profissional	Torres Vedras, VFX Empregada de limpeza numa fábrica e café	Alemanha, Lisboa e VFX, Lisboa, Chaves e VFX Servente, pintor, manobrador de máquinas, fábrica de plásticos e motorista	VFX Trabalhou em vários restaurantes como empregada de mesa (Forte Casa, VFX).	Azambuja, VFX Trabalhou numa empresa de frangos e em vários restaurantes.	Castanheira do Ribatejo Trabalhou sempre como servente de pedreiro no mesmo patrão.	Chaves, VFX Empregada doméstica	VFX Trabalhou sempre numa casa de sandes em VFX, na cozinha e agora como empregada.

4. Principais dificuldades no momento de chegada	Língua Idade Equivalência do curso	Língua	Língua cultura e educação de alguns portugueses	Não saber uma palavra de português, parece que se está no fim do mundo.	Língua	Língua Papéis da Legalização	Língua, cultura e ter deixado a filha na Ucrânia durante 6 anos.
5. Problemas no emprego	Contratos de pouca duração, muitas mudanças de emprego	Nenhum	Nenhum, mas no início foi difícil porque não sabia português.	Não teve; 40 dias depois já estava a trabalhar. “Precisa-se de força e saúde. “	Não teve problema, encontrou logo emprego e continua no mesmo.	Amigo do marido e mãe ajudaram.	Não teve. Marido ajudou-a; inicialmente só se entendia com as colegas por gestos.
6. Emprego actual ajusta-se à experiência/ qualificações	Emprego não se ajusta à qualificação.	Não se ajusta à qualificação nem à experiência.	Não se ajusta ao curso que tem, ajusta-se à experiência que tem tido em Portugal mas não à da Ucrânia.	Não se ajusta aos estudos que possui mas ajusta-se à experiência que tem tido em Portugal.	Ajusta-se à experiência que tem tido em Portugal, mas não à da Ucrânia nem às qualificações.	Ajusta-se à experiência, mas não à qualificação.	Ajusta-se à experiência que tem tido cá e na Ucrânia, mas não às qualificações que são de carácter geral.
7. Importância da língua na integração trabalho/ sociedade	Para o trabalho não é importante, para a vida social é suficiente.	É importante saber português.	É muito importante para o trabalho e para a vida.	Muito importante para o trabalho mas não tem jeito para línguas.	Ao início não sabia nada, com o trabalho foi aprendendo algumas coisas.	É importante quando trabalha e para falar com amigos portugueses. Em família só ucraniano.	Muito importante, pois no início era ajudante de cozinha e quando começou a saber mais português passou a empregada de balcão.
8. Conhecimentos da língua, como aprendeu, se são suficientes para o trabalho	Compreende e fala razoavelmente. Lê e escreve alguma coisa. Não teve aulas.	Compreende, fala, lê e escreve com muita facilidade. Comunicação com portugueses e dicionários São suficientes.	Compreende e fala bem, lê e escreve com alguma facilidade Contacto com os portugueses e dicionários Para este emprego são suficientes.	Entende, lê e escreve bem mas fala rápido. Contacto com portugueses, fez exame por causa do título de residência São suficientes	Compreende, fala, lê e escreve mas ainda com alguma dificuldade Aprendeu no trabalho com os colegas e com os portugueses. São suficientes.	Compreende bem, fala razo- avelmente, lê e escreve pequenas mensagens. Contacto com portugueses, rua, publicidade,	Compreende e fala, mas lê e escreve com alguma dificuldade. Marido e filha ajudaram-na (pois ele teve aulas e a filha está na escola). O contacto com portugueses foi

				para o trabalho.		jornais, tv São suficientes.	essencial. São suficientes mas gostava de saber mais.
9. Conhecimento da língua no desempenho e impacto na carreira	O que sabe chega para o tipo de actividade que tem.	Conseguiu tirar carta de pesados pois percebeu o código da estrada.	Ajuda no trabalho mas não é fundamental para o progresso na carreira.	Tem ajudado para atender os clientes e perceber os colegas.	Mais conhecimento da língua, melhor desempenho pois percebe o que o patrão diz e os colegas	O que sabe dá para o trabalho.	Passou da cozinha para o balcão, trabalho mais limpo e leve. Ordenado melhor
10. Progressão: qualificações, experiência e língua	Reconhecimento do curso, da sua experiência e a língua	Qualificações, língua e experiência Escolaridade é importante para preparar para a vida e para o trabalho.	Língua, experiência profissional e qualificações	Experiência e língua são mais importantes. Qualificações não servem. Voltar para a Ucrânia é a melhor forma de progredir.	Experiência, língua e qualificações Com a experiência faz o seu trabalho mais depressa e melhor.	Língua, equivalência das qualificações e experiência	A língua permitiu contactar com o público e atender clientes, a experiência ao longo de 10 anos e as qualificações não têm tanta importância.
11. Existência de cursos de português	Não sabe.	Existem suficientes.	Existem os suficientes. Amigos fizeram esses cursos.	Sim, sabe que existem em Alverca e Santarém.	Não sabe.	Não sabe.	Sim, porque o marido esteve no Centro de Formação de Alverca.
12. Conhecimento dos programas	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
13. Actuação dos agentes	Sim, todos contribuem na integração.	De um modo geral, têm actuação positiva.	Teve a ajuda do marido e por isso não teve de recorrer a esses agentes.	Sempre foi bem tratada por todos; não fez mal a ninguém.	Todos têm ajudado, o patrão arranhou casa e paga a renda.	Sim. Centros de Formação e CLAI	Governo ajudou-a a ficar legal ao fim de um ano e portugueses também ajudaram.
14. Balanço da migração	Tem uma boa vida, gosta de viver cá.	Positivo	Gosta de Portugal, cultura, pessoas mas a crise e o	Balanço positivo mas a sua terra é a sua terra.	Positivo	Positivo	Positivo. Gosta mais de Portugal do que da

			emprego que tem não a deixam totalmente satisfeita.				Ucrânia.
15. Ficar ou voltar	Pensa voltar.	Pensa voltar, mas não sabe quando.	Pensa voltar porque a sua vida ainda não está estável.	Depois de juntar algum dinheiro pensa voltar.	Pensa voltar pois a família está lá.	Ainda não sabe.	Quer ficar, mas daqui a cinco anos não sabe.

3. Matriz de Entrevistas (Ucranianos)
Quadro Nº 15

Indivíduos Perguntas	H	I	J	K	L	M	N
0. Dados sociográficos básicos (sexo, idade e nível de escolaridade)	Sexo masculino, 48 anos e 11º ano de escolaridade	Sexo masculino, 52 anos e Curso Técnico de Mecânico	Sexo masculino, 42 anos e Licenciatura em Engenharia Civil	Sexo masculino, 43 anos e 10º ano de escolaridade	Sexo masculino, 56 anos e Curso de Engenharia	Sexo feminino, 35 anos e Curso de Medicina	Sexo masculino, 49 anos e Doutoramento em Ginecologia e Obstetrícia
1. Motivos e data de emigração	Procurar uma melhor vida. 2001	Para melhorar a vida. Tinha emprego na Ucrânia mas ganhou mais aqui. 2000	Melhorar a vida pois não tinha emprego na Ucrânia. 1999	Motivos económicos. 1998	Melhorar a vida e ajudar família. 2000	Instabilidade socioeconómica e política resultante das transformações ocorridas no seu país. 2006	Falta de investigação científica, não havia hipóteses de progredir na carreira; Instabilidade política. 2003
2. Razão de escolha de Portugal	Legalização mais fácil. Na Alemanha e Itália é mais difícil. Amigo ucraniano já estava cá.	Amigos estavam cá e disseram que havia trabalho e era bom trabalhar cá.	Amigo aconselhou-o a vir com ele para Portugal.	Visto mais barato e é mais fácil encontrar trabalho.	Já tinha cá um familiar.	Paz social, clima e espírito hospitaleiro do povo português.	Clima, Portugal precisava de médicos e entrada mais facilitada em Portugal (país de imigrantes)
3. Trajectória migratória e profissional	VFX Foi sempre carpinteiro.	Morou em Lisboa Ao início em Santa Apolónia e agora em Fetais. Trabalhou em Carcavelos, Lumiar, Chelas, Oriente, Alcântara e Vila Franca e sempre	Costa da Caparica, VFX Trabalhou nas obras, foi cortador de lenha e está numa empresa de engenharia civil.	Sibéria (Rússia), Lisboa, VFX Teve várias profissões em várias zonas de VFX (empresa aeronáutica, obras, pintor, Pingo Doce) Trabalhou no cemitério de	Lisboa, VFX Fábrica alimentar, de móveis e plásticos	Mora em Lisboa. Trabalha no Hospital de VFX como médica.	Lisboa, Porto, Cascais e Lisboa. Fez estágio no Hospital de São João no Porto. Trabalha no Hospital de VFX como Obstetra e Ginecologista.

		nas obras.		Odivelas, mas agora é torneiro mecânico, há 8 anos, numa oficina metalomecânica no Carregado.			
4. Principais dificuldades no momento de chegada	Língua	Língua	Língua	Língua e legalização (só ao fim de 3 anos). Apenas com a lei extraordinária de 2001 é que se tornou legal.	Língua Falta de equivalência do diploma	Língua	Falta de controlo do Ministério dos Negócios Estrangeiros na Embaixada, há pouca organização e muita burocracia. Para ele a língua não foi grande problema.
5. Problemas no emprego	Já vinha com contrato de trabalho e por isso foi fácil.	Não teve pois amigos ucranianos encontraram emprego e teve pouco tempo desempregado neste tempo todo.	Um dia depois de chegar arranjou emprego. Ficou desempregado, mudou de terra e de tipo de emprego. Por fim passou a trabalhar na área de formação.	Encontrar emprego sério foi difícil, os patrões não pagavam. Enquanto esteve ilegal era difícil receber ordenado.	Não teve	Os normais no quadro da sua carreira profissional (prestando provas exigidas para esse efeito).	Só ao fim de dois anos é que conseguiu trabalhar na sua área de formação, teve que prestar várias provas e tirou equivalência do seu curso num ano.
6. Emprego actual ajusta-se à experiência/qualificações	Emprego ajusta-se à experiência de cá e da Ucrânia, mas não às qualificações.	Ajusta-se à experiência que tem cá e à que tinha na Ucrânia O curso não está a usá-lo, não tem prática dele e gosta mais do que está a fazer	O emprego actual ajusta-se à experiência que tem cá, à que teve na Ucrânia e à qualificação.	Ajusta-se à experiência que tem em Portugal e à que teve na Ucrânia. As qualificações não se relacionam.	Não se ajusta à qualificação.	O facto de reiniciar a sua carreira num país estrangeiro com língua e cultura diferentes, a sua expectativa foi superada visto que trabalha na área em que se formou e da qual tinha	Não se ajusta completamente visto que na Ucrânia era Professor Catedrático e cá não dá aulas, trabalha no Hospital na mesma área. Qualificações relacionam-se.

						experiência na Ucrânia.	
7. Importância da língua na integração trabalho/ sociedade	É importante. Ao início foi difícil perceber as coisas.	Não é problema para o seu trabalho mas facilita-lhe na comunicação com os outros.	Conforme foi aprendendo, melhor se integrou no trabalho e na sociedade.	É importante para a comunicação com os outros, mas não é fundamental para o trabalho.	Não fez muita diferença para o tipo de trabalho.	Considera que a rapidez de aprendizagem da língua portuguesa foi um factor determinante para o seu sucesso.	É necessário saber a língua para comunicar com os outros e para terminologia profissional.
8. Conhecimentos da língua, como aprendeu, se são suficientes para o trabalho	Compreende mas não pode se falar muito rápido. Fala, lê e escreve com alguma facilidade. Através dos portugueses, jornais e dicionário. São suficientes mas gostava de saber mais.	Compreende e fala razoavelmente mas lê e escreve com alguma dificuldade. Através do contacto com os portugueses e dos jornais. São suficientes.	Compreende, fala, lê e escreve com facilidade. Aprendeu no Centro de Formação de Alverca e numa escola em Lisboa. São suficientes.	Compreende e fala razoavelmente. Lê muito pouco e escreve quase nada. Aprendeu português no Centro de Formação de Alverca e através do contacto com portugueses. Lê o Correio da Manhã mas pouco. Comprou um dicionário mas é confuso porque as palavras têm muitos significados. São suficientes.	Compreende e fala razoavelmente. Lê e escreve com alguma facilidade. Não teve aulas.	Compreende, fala, lê e escreve com facilidade mas gostava de melhorar. Teve aulas de português num Centro de Formação na Baixa-Chiado em 2006. São suficientes para a profissão e convívio social.	Compreende, fala, lê e escreve com muita facilidade. Aprendeu através do contacto com os portugueses, dicionários e a ler livros científicos. Teve aulas de português na Faculdade de Letras de Lisboa. São suficientes, mas quer ter mais conhecimentos de português.
9. Conhecimento da língua no desempenho e impacto na carreira	Útil para o seu trabalho pois começou a fazer as coisas mais rapidamente.	Ajuda-o a perceber melhor o seu patrão e a falar com amigos	Melhor domínio da língua permitiu encontrar emprego na sua área.	Compreende melhor o que lhe pedem e entende-se melhor com os colegas.	Maior conhecimento do português, mais facilidade no desempenho	Ajudou-a profissionalmente visto que é impossível a prática da medicina sem	É muito importante saber português para a sua profissão, para comunicar e explicar as coisas aos seus

		portugueses.				uma comunicação suficiente com os pacientes.	colegas.
10. Progressão: qualificações, experiência e língua	Experiência e língua, pois as qualificações são pouco importantes.	A experiência serve-lhe para trabalhar melhor e mais rápido, depois a língua e por fim a mecânica.	A equivalência do curso, a língua e a experiência	A experiência, pois tornou-se mecânico há muitos anos, a seguir a língua e por fim as qualificações. Gosta do que faz, mas recebe pouco e queria melhor.	Experiência profissional de lá e de cá, formação e língua	Qualificações, experiência e língua. Só uma compreensão correcta da língua permite a prática médica correcta e um bom relacionamento social.	Acha que é mais importante a experiência de vida. Na medicina não existem regras, na sua profissão há três categorias profissionais, cada país tem o seu âmbito jurídico.
11. Existência de cursos de português	Amigos fizeram esses cursos em vários sítios do país.	Sabe que existem, mas nunca fez nada.	Sim, porque teve em alguns cursos.	Sabe que existem.	Não sabe	Não, não existem, mas devido às dificuldades do país considera-se satisfatório.	Não, não existem programas suficientes.
12. Conhecimento dos programas	Não	Através de amigos conhece alguns e disseram-lhe que estavam bem organizados e são úteis para os imigrantes.	Os cursos estavam bem organizados e foram úteis. Trabalhava de dia e ia às aulas de noite.	A turma onde estive tinha muitas nacionalidades e níveis de língua diferentes e era um bocado difícil aprender muita coisa. Ajudou, mas pouco.	Não	As aulas estavam bem organizadas e foram importantes, mas aprendeu melhor sozinha.	Considera que nos Centros de Formação, as pessoas não têm conhecimentos suficientes. As aulas que teve na Faculdade eram boas, bem organizadas e com uma boa metodologia.
13. Actuação dos agentes	Todos o ajudaram. A legalização no SEF foi fácil	Teve apoio do SEF para tratar dos papéis (foi rápido). Amigos	Todos contribuíram para a sua integração. O patrão aconselhou-o a	O Governo ao criar uma lei extraordinária de legalização, em 2001, ajudou e o	Actuação positiva	Sim, apesar das dificuldades encontradas, inerentes ao grau de	Sim, acha que existe um bom apoio dos agentes na integração.

		portugueses e ucranianos ajudaram-no.	tirar um curso de informática.	Centro de Formação também, pois teve lá aulas de português.		desenvolvimento do país.	
14. Balanço da migração	De uma maneira geral, a vida é boa.	Positivo	Positivo	Positivo	Positivo	Satisfatório visto que, profissionalmente, considera-se integrada e a sua situação socioeconómica perspectiva-se boa num futuro próximo.	De uma maneira geral, é positivo. Ainda não chegou ao nível que tinha lá, mas há perspectivas de melhorar.
15. Ficar ou voltar	Quer ficar em Portugal. Na Ucrânia não consegue encontrar trabalho.	Não sabe se fica ou volta. É preciso trabalho e saúde.	Pensa ficar pois a filha está na escola, o que ajuda a integração e estabilização da sua vida em Portugal.	Quer ficar, a sua vida está estabilizada, tem mulher e dois filhos com ele.	Pensa voltar	Não vai voltar ao seu país.	Não tem ideia de voltar, já não há espaço para ele na Ucrânia.